

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

NEM HERTZ, NEM MARCONI. A ONDA É WEB
Ensino superior de radiojornalismo em tempos de Internet na
Universidade Católica de Santos

MARCELO LUCIANO MARTINS DI RENZO

SANTOS
2006

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

NEM HERTZ, NEM MARCONI. A ONDA É WEB
Ensino superior de radiojornalismo em tempos de Internet na
Universidade Católica de Santos

MARCELO LUCIANO MARTINS DI RENZO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação e Formação
Orientadora: Prof^a Dr^a Nereide Saviani.

SANTOS

2006

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

NEM HERTZ, NEM MARCONI. A ONDA É WEB
Ensino superior de radiojornalismo em tempos de Internet na
Universidade Católica de Santos

MARCELO LUCIANO MARTINS DI RENZO

SANTOS
2006

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

NEM HERTZ, NEM MARCONI. A ONDA É WEB
Ensino superior de radiojornalismo em tempos de Internet na
Universidade Católica de Santos

MARCELO LUCIANO MARTINS DI RENZO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação e Formação
Orientadora: Prof^a Dr^a Nereide Saviani.

SANTOS

2006

DEDICATÓRIA

À Raffelina, esposa querida e companheira sempre presente,
cujo amor profundo é minha estrela-guia
em todos os instantes da vida,

À Giulia Carolina, filha mui amada, cujo amadurecer
significa a realização de um sonho e a
construção de uma esperança,

pelo esforço compartilhado, pelas lições aprendidas,
pela cumplicidade repartida, pelo incentivo sempre necessário,
pelo carinho nas horas mais críticas
e pelas críticas nos excessos.

AGRADECIMENTOS

Foi uma jornada longa, de muitos meses, muito sacrifício, decepções sem conta, esforço além conta, mas resultou num fruto abençoado graças à contribuição inestimável de pessoas de boa vontade que cuidaram de manter viva essa árvore. Agradeço em especial:

À Prof^ª.Dr^ª Nereide Saviani, minha orientadora nesta pesquisa, que com sua experiência, sua paciência, sua sólida formação cultural e acadêmica e sua visão de mundo, aparou as arestas, supriu minhas muitas falhas e soube manter-me na trilha até o final do trabalho.

Aos professores do programa de Mestrado em Educação, que em tão pouco tempo de convivência e de uma maneira tão especial, compartilharam seus saberes e amizade.

Ao Prof. Dr. Norval Baitello Junior, que me revelou o mundo novo da Semiótica da Cultura, e à Prof^ª.Dr^ª.Conceição Gmeiner, que me conduziu à beleza da filosofia de Gaston Bachelard, ensinamentos fundamentais ao processo de pesquisa.

Ao Prof. Paulo Roberto Börnsen Vibian, amigo e parceiro na construção de uma nova proposta para o ensino de Radiojornalismo.

Aos colegas professores que, ao longo de 50 anos, construíram o curso de Jornalismo da UNISANTOS e, em particular, ao grande mestre e amigo Walter Sampaio Smolka, que abriu o caminho para a organização curricular de radiojornalismo nesta instituição.

Aos colegas de estudo com quem cruzei nesta trajetória, pelo muito que trocamos de angústias e de dúvidas, de risos e de cafés.

Aos funcionários da UNISANTOS, que com carinho e atenção receberam-me e compartilharam desse trabalho.

À Giulia e ao Hugo, pelo socorro nas traduções.

Aos meus alunos, razão maior desse projeto de ensino.

- D536n Di Renzo, Marcelo Luciano Martins
Nem Hertz, nem Marconi. A onda é web: ensino superior de radiojornalismo em tempos de Internet na Universidade Católica de Santos / Marcelo Luciano Martins Di Renzo - Santos : [s.n.], 2006.
173 f. ; 30 cm (Dissertação de Mestrado - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação)

I. Di Renzo, Marcelo Luciano Martins. II. Nem Hertz, nem Marconi. A onda é web: ensino superior de radiojornalismo em tempos de Internet na Universidade Católica de Santos

CDU 37(043.3)

BANCA EXMINADORA:

-

-

RESUMO

DI RENZO, Marcelo Luciano Martins. *Nem Hertz, nem Marconi. A onda é Web*. Ensino superior de radiojornalismo em tempos de Internet na Universidade Católica de Santos. Santos / SP, 2006. (Dissertação de Mestrado)

O estudo investiga a relação ensino-aprendizagem nas disciplinas que visam à formação do estudante para a prática do jornalismo no rádio, um veículo de comunicação com características peculiares. O objetivo principal é detectar como a organização curricular do ensino superior de radiojornalismo responde aos desafios decorrentes do avanço tecnológico, responsável por mudanças significativas no processo de produção do jornalismo radiofônico, bem como identificar problemas existentes na prática pedagógica e apontar eventuais soluções. Consiste em estudo de caso, informado por análise documental e exame de experiências, cuja discussão se faz à luz de contribuições teóricas em Educação, no campo de Currículo, e em Comunicação, nos campos de Jornalismo e Radiojornalismo. O levantamento histórico do ensino de jornalismo no Brasil abrange desde a implantação da primeira escola, em 1918, até os dias atuais, possibilitando compreender-se como se processou a evolução da formação profissional no Brasil. A pesquisa centraliza-se no Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Santos, criado em 1954, o primeiro do Litoral Paulista. A análise de documentos acadêmicos, currículos e planos de ensino permite compreender-se a contínua reorganização curricular do curso de Jornalismo, em geral, e das disciplinas responsáveis pelo ensino de Radiojornalismo, em particular, ao longo destes 50 anos, os condicionantes internos e externos e os respectivos processos de negociação. Possibilita também a identificação das deficiências internas existentes e das perspectivas oferecidas pelo mercado de trabalho, capacitando-se à apresentação de possíveis alterações curriculares. Considerando-se que os cursos de Jornalismo atravessam momento crítico, influenciado pelas decisões judiciais envolvendo a prática profissional, e buscam novos caminhos por meio de amplas reformas curriculares, este trabalho busca contribuir ao aperfeiçoamento do processo revisional e do ensino de Radiojornalismo, bem como identificar elementos para o ensino do exercício de radiojornalismo em ambientes virtuais, como a Internet.

Palavras-chaves: currículo de radiojornalismo; ensino de radiojornalismo; radiojornalismo; webrádio; Internet.

ABSTRACT

DI RENZO, Marcelo Luciano Martins. Neither Hertz, nor Marconi. The wave is the web. Superior teaching of radiojournalism at Internet times of Santos Catholic University. Santos/SP.2006. (Master's Degree Dissertation)

This study investigates the relation between teaching and learning in disciplines that aim formation of the student for the journalism practice at radio, a mean of communication with unique characteristics. The main objective is to detect how the curricular organization of the university education of radiojournalism answers the challenges imposed by the technologic advance responsible by significant changes in the building process of the radiojournalism, as well as finding the existing problems in the teaching practice and pointing eventual solutions. It consists in a case study, informed by documental analysis and experience examination, wish discussion is made at the light of teorical contribution in education at the curriculum's field, and in communication, at journalism and radio-journalism fields. The historical build up of the journalism teaching goes from the implantation of the first school, in 1918, until nowadays, allowing comprehend how did the evolution of the professional formation occurred in Brazil. The study focus in the journalism course of the Santos Catholic University, created of 1954, the first one at São Paulo seaside. The analysis of academic documents, curriculum in general and from the disciplines responsible for the Radiojournalism teaching, in particular, trough the course of this past 50 years, the internal and external allowers of the respective process of negotiation. Allow also the identification of the exist internal deficiency and the perspectives offered by the jobmarket qualifying the possibility of changes in curriculum. Considering that the journalism courses goes trough critic moments, influenced by judicial decisions involving the professional practice and search new ways by big curricular changes, this work looks forward to contribute to the improvement of the revision process and of the teaching of Radiojournalism, as well as how to identificate elements to the exercise of teaching radio journalism in virtual environment, like the Internet.

Keywords: Radiojournalism curriculum; Radiojournalism teach; Radiojournalism; radioweb; Internet.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPEC	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM
COMUNICAÇÃO	
ABI	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA
AM	AMPLITUDE MODULADA
APJOR	ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE JORNALISMO
BBC	BRITISH BROADCASTING CORPORATION
CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE	NÍVEL SUPERIOR
CCA	CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E ARTES
CCE	CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CCS	CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CET	CENTRO DE CIÊNCIAS DA ENGENHARIA E
TECNOLOGIA	
CFE	CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CJS	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CNE	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
FENAJ	FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS
FM	FREQÜÊNCIA MODULADA
MCMS	MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
MST	MOVIMENTO DOS SEM TERRA
PPP	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
PUC	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
RADCOM	RÁDIO COMUNITÁRIA
UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO
UNISANTOS	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
UPI	UNITED PRESS INTERNATIONAL

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
LISTA DE ABREVIATURAS	09
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – CURRÍCULO E DISCIPLINA	22
1.1 Rumo ao mercado de trabalho.....	38
CAPÍTULO 2 - DESENVOLVIMENTO DO RÁDIO NO BRASIL	53
2.1 No Brasil	59
2.2 Em Santos, desde 1924	66
2.3 A educação no rádio popular: de Roquette-Pinto às ondas comunitárias.....	69
2.4 Meta	74
CAPÍTULO 3 – JORNALISMO: PRÁTICA E ENSINO	79
3.1 Edição em radiojornalismo	82
3.1.1 Signos acústicos	87
3.1.2 Só audição	92
3.1.3 Formatos	95
3.1.4 Experiências	97
3.1.5 Edição e interatividade	101
3.1.6 Edição na Web.....	102
3.2 Curso Superior de Jornalismo.....	105
CAPÍTULO 4 – ENSINO DE JORNALISMO NA UNISANTOS	121
4.1 Reconstrução: viva o tempo real!	128
4.2 Novas mudanças	131

4.3 Público	134
4.4 Outros laboratórios	137
4.5 Internet	140
4.6 Outro diferencial	144
4.7 Recapitulando	145
CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS	165
ANEXOS	
SOBRE O AUTOR	

INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX, o dramaturgo Bertolt Brecht tinha um sonho: a radiodifusão deveria ser um instrumento bidirecional, capaz de dar vez e voz ao cidadão. Essa possibilidade tecnológica do sistema original de radiodifusão foi sacrificada em favor do barateamento dos aparelhos receptores, fator necessário à expansão industrial e comercial do sistema comunicacional. Neste início do terceiro milênio, no entanto, é justamente o progresso da técnica que reaviva o rádio imaginado por Brecht. Ao lado da parafernália moderna à disposição das empresas de comunicação, como rádio digital, áudio pela Internet, automação dos estúdios, áudio por assinatura através de satélites, rádio visual (que permite, por meio de um pequeno visor, a leitura do que está transmitido), recepção por celular (Cf. BARBUTO, 1998; FERREIRA, 1998; MALIN, 2005), na radiodifusão brasileira há dois fatos novos que merecem uma investigação pelas mudanças que provocam: a emissora virtual, criada na rede mundial de computadores, sem controle estatal de qualquer espécie, eliminando a um só tempo o caráter analógico de transmissão contínua numa dimensão temporal única e toda a tecnologia necessária ao processo convencional (Cf. MALIN, 2005); e a rádio comunitária (RadCom). Trata-se de um serviço de potência reduzida e alcance limitado, amparado pela Lei Federal n.º 9.612/98¹ (SANTOS, 1998, p.19), destinado a atuar em comunidades pequenas, periféricas e de baixa renda. Em ambos os casos, de modo efetivo, o cidadão-ouvinte pode tornar-se emissor, controlador do conteúdo veiculado, acabando com o monopólio empresarial da produção e

¹ Criada em 1998, a lei instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária que permite a associações não governamentais sem fins lucrativos, sem vínculos com instituições políticas, religiosas e empresariais, promover a radiodifusão na região onde tiver sua sede. O serviço é limitado a 25 watts de potência e circunscrito a uma área de no máximo, quatro quilômetros de diâmetro. Destina-se à integração da comunidade por meio da difusão de idéias, prestação de serviços, programação educativa e cultural. A captação de recursos limita-se a apoio cultural de

transmissão de conteúdos. E isso faz diferença quando o assunto é ensino de Jornalismo em Rádio.

Estamos diante de uma revolução midiática, na qual a tecnologia de um lado e a política de outro permitem que o cidadão comum passe a ter acesso e controle de um meio de comunicação poderoso e popular: o rádio. Ao mesmo tempo, a migração de verbas publicitárias para a televisão, processo iniciado no fim dos anos 50, no Brasil, empobrece as emissoras radiofônicas comerciais, que reagem reduzindo seus quadros jornalísticos e artísticos e ampliando a comercialização de horários na grade de programação, num momento, inclusive, em que o processo de digitalização exige altos investimentos.

A presente realidade deste meio de comunicação de massas pode sugerir que a formação dos estudantes para o exercício do jornalismo em rádio recebe atenção especial dos cursos superiores que a oferecem. Engano: pesquisa realizada em cinco escolas de São Paulo revela o “grau de deficiências existente [...] tais como: infra-estrutura inadequada, professores mal formados, ausência de interdisciplinaridade, planos de ensino e currículos precários, bibliotecas desatualizadas, além de alunos desinteressados pelo rádio” (VIBIAM, 2000).

Numa ponta da balança do mercado de trabalho, observa-se o rádio moderno driblar a falta de generosidade dos recursos publicitários com o baixo investimento na manutenção de equipe de jornalistas, substituindo-a pela Internet, além de, para angariar alguma audiência extra, valer-se do ouvinte como “repórter de rua”. A mesma tecnologia virtual oferece oportunidade aos estudantes de também contornarem a falta de postos de trabalho com a criação de “emissoras” particulares a baixo custo, por exemplo.

empresas situadas dentro da área de cobertura e à contribuição dos próprios ouvintes. A autorização, por tempo determinado – seis anos – é concedida pelo Governo Federal, mediante o atendimento de determinadas exigências.

Na outra extremidade, o crescimento contínuo e quase sem barreiras do número de organizações mantenedoras de rádios comunitárias², gera uma anomalia nesse segmento de trabalho: os postos de trabalho são ocupados por voluntários quase sempre inabilitados e oriundos da comunidade onde a emissora tem sede. O entrave está na morosidade do processo de regularização das RadCom, controlado pelo Governo Federal. Trabalhando sob o risco de serem fechadas de uma hora para outra, pela Polícia Federal, as rádios não investem em profissionais, nem em capacitação técnica de seus colaboradores, como determina a Lei nº 9612. Por outro lado, estudantes de jornalismo e mesmo jornalistas profissionais não sabem e/ou não querem explorar esse nicho de mercado.

Este estudo observa como o ensino de radiojornalismo em nível superior responde às questões suscitadas pelo desenvolvimento político-tecnológico transformador do mercado de trabalho. De modo específico, como é a organização curricular adotada nesse processo de ensino-aprendizagem, baseado de modo geral, na prática, e como ocorre a interação com as demais disciplinas básicas e técnicas do curso de Jornalismo. De modo particular, analisa o processo desenvolvido no cinquentenário Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Santos.

Justificativa

O ensino de Jornalismo foi mencionado pela primeira vez em 1908, durante o ato de instalação da Associação Brasileira de Imprensa – ABI. Em 1938, o Decreto-Lei nº 910 estabeleceu a criação do Curso de Jornalismo. Em 1943, o Decreto-Lei nº 5.480 instituiu o Curso

² Conforme revela a deputada federal Mariângela Duarte (PT-SP), integrante da Comissão Permanente de Comunicação Social e Telecomunicações, cerca de 30mil entidades comunitárias já obtiveram autorização para atuação em períodos variando de seis meses a um ano. A maioria, no entanto, ainda não recebeu a habilitação definitiva. (Cf. A TRIBUNA, 2006,p.A-4).

de Jornalismo³ no sistema de Ensino Superior no país, a ser ministrado na Faculdade Nacional de Filosofia(RJ). Mas, até 1962, o ensino de Jornalismo não estava sujeito a um currículo mínimo próprio, o que vai acontecer a partir desse ano, com o Parecer nº 323/62, resultado prático da Lei nº 4.024⁴. Depois, virão, entre outros, o Parecer CFE nº 984/65, de 19 de abril de 1966, que reformulou o currículo mínimo e a duração do curso de Jornalismo, e as Resoluções nº 11/69, de 6 de agosto de 1969 (do Ministério da Educação e Cultura - MEC, criando o curso de Comunicação Social); MEC nº 03/78, de 12 de abril de 1978, que fixou o Currículo Mínimo do Curso de Comunicação. (Cf. MOURA, 2000) Mais recentemente, foram homologados os pareceres do Conselho Nacional de Educação nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares de diversos cursos, entre eles o de Comunicação Social; nº 1.363, de 12 de dezembro de 2001, retificando o parecer anterior; e nº 16, 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações.(Cf. CNE).

A partir do “gancho jornalístico” oferecido pelas cinco décadas de ensino de Jornalismo na Cidade de Santos, cidade quatrocentona de tradições pioneiras e libertárias, essa revisão também é oportuna por revelar uma dinâmica política na construção destes currículos, a qual pode ser observada analisando-se os currículos adotados pela Faculdade de Comunicação Social de Santos. Esse processo considera tanto a realidade de mercado (para o qual o aluno é preparado) quanto os interesses do corpo docente (que prepara o aluno) e da instituição (que responde pelo investimento). No momento em que a Instituição se renova academicamente com

¹ O curso de Jornalismo da UNISANTOS está comemorando 50 anos de existência. Foi implantado em 1954, junto com os cursos de Filosofia e Letras e lá ficou até 1970, quando o Governo federal, por meio da Resolução nº 11/69, criou o Curso de Comunicação Social, com as habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda e Polivalente (essa durou até 1978). Surgia então a Faculdade de Comunicação Social, a Facos. É evidente que a disciplina de Radiojornalismo, ao longo dessas cinco décadas, flutuou ao sabor da legislação, do contexto sócio-econômico e das condições de infra-estrutura oferecidas.

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que criou o Conselho Federal de Educação com a competência de fixar a duração e o currículo mínimo dos cursos superiores.

a organização dos Centros de Ciências⁵, se completa com a implantação bem sucedida do Programa de Pós-Graduação⁶, e coloca em movimento seu programa de fixação de docentes na carreira, num cenário externo no qual a informatização da sociedade passa a ser condição dominante de modernidade e, por conseguinte, a virtualidade comunicacional demonstra vitalidade e capacidade de sedução invejáveis, essa dinâmica merece um olhar investigador, posto evidenciar-se uma nova correlação de forças entre os atores/contextos envolvidos na elaboração dos diversos projetos curriculares que oferece.

A atual proposta de ensino de Radiojornalismo adotada no Curso de Jornalismo do Centro de Ciências da Comunicação e Artes (CCA) da UNISANTOS, construída ao longo dos últimos dez anos com base na experiência profissional e nas reflexões dos docentes especializados, é inovadora no sentido que busca superar as dificuldades tradicionais/acompanhar as mudanças com uma permanente ação motivadora, que respeita as especificidades individuais dos discentes, e um plano de ensino projetado para quatro semestres letivos, com quatro aulas semanais em cada um.

O diferencial do modelo pedagógico da disciplina de Radiojornalismo adotado hoje no Curso de Jornalismo, em relação ao histórico da disciplina na Instituição, em relação às demais disciplinas técnico-profissionalizantes do curso de Jornalismo e, em relação aos congêneres, apóia-se no seguinte tripé:

a) revisão contínua do modelo, procurando mantê-lo em sintonia com o Projeto Político Pedagógico do curso, com os anseios e peculiaridades dos estudantes e com as mudanças sociais;

⁵ Em 2002, a UNISANTOS redistribuiu suas faculdades e cursos em cinco Centros de Ciências, a saber: Educação (CCE), Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CJS), Engenharia e Tecnologia (CET), Saúde (CCS) e Comunicação e Artes (CCA), no qual está abrigado o curso de Jornalismo.

⁶ A UNISANTOS tem cinco programas recomendados pela CAPES: Direito, Educação, Informática, Gestão de Negócios e Saúde Coletiva.

b) centralização na produção maciça supervisionada, com avaliação personalizada e permanente, incorporando-se características do mercado profissional, como o controle do tempo, por exemplo;

c) exposição da produção acadêmica de modo sistêmico e profissional aos mercados de consumo e de trabalho.

Em paralelo ao aprendizado dos fundamentos históricos e teóricos, o aluno pratica radiojornalismo em diferentes formatos inseridos nos seguintes projetos: Agência Rádio Facos de Notícias, Boletim Informativo, Radiojornal, Documentário e Mesa-Redonda. Essa produção forma a Base Marconi Multimídia a qual, por sua vez, sustenta a Rádio Web Metropolitana, desenvolvida pelos docentes e discentes da disciplina em foco⁷.

Problema, objetivos e procedimentos

Para dar conta das preocupações que levanta e atender sua proposta jornalística de observar o cinquentenário curso do curso em tela, este estudo tem a seguinte questão central: *Quais as principais características da disciplina Radiojornalismo ao longo dos 50 anos do Curso de Jornalismo da UNISANTOS e como tem se organizado seu ensino, na última década, face aos atuais desafios da área?*

Foram estabelecidos dois objetivos:

1. Estudar o projeto de ensino de Radiojornalismo e seu desenvolvimento na última década, face aos desafios atuais da área, em confronto com o desenvolvimento desta disciplina ao longo dos 50 anos do Curso de Jornalismo.

⁷ Nos últimos 10 anos, as atividades mencionadas têm sido premiadas no Expocom, certame destinado a projetos realizados por estudantes de Comunicação, organizado anualmente pelo Intercom. Em 2006, por exemplo, a agência Rádio Facos de Notícias e o Radiojornal estão classificados para a final, em suas categorias.

2. Examinar como se manifestam, na trajetória do ensino desta disciplina, as contradições inerentes aos processos de elaboração e de implementação curriculares (prescrição x realização, currículo ideal x real, currículo x disciplina,...) e as relativas à formação do profissional em pauta (teoria x prática, escola x empresa, impresso x eletrônico...).

Os procedimentos de pesquisa adotados foram:

1. Revisão da literatura existente, em particular dissertações e teses, tanto para identificar o ineditismo deste questionamento proposto, quanto para apreender informações e técnicas metodológicas;
2. Discussão teórica: a) Educação, com ênfase em organização curricular; b) Jornalismo, objetivando estabelecer relação entre o currículo pleno e a disciplina;
3. Contextualização e descrição do objeto, enfatizando a evolução da disciplina relacionada com o currículo;
4. Procedimentos metodológicos:
 - Definir marcos que possibilitem relacionar os desafios anteriores e atuais; Examinar, nesses marcos, diretrizes, projetos pedagógicos, currículos; Levantamento documental: currículos do Curso de Jornalismo da UNISANTOS, desde 1955; Planos de Ensino da Disciplina de Radiojornalismo ou equivalente ministrada no Curso de Jornalismo da Unisantos; infra-estrutura e recursos humanos disponibilizados ao longo do período;
 - Detalhar o modelo atual; revisão do modelo em foco (1995 a 2005);

Com base nos procedimentos descritos, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:

1. Documentação indireta

1.1 Fontes primárias

1.1.1 Documentos escritos

Textos jornalísticos produzidos pelos estudantes desta disciplina;

1.1.2 Documentos não-escritos

Gravações dos programas produzidos para avaliação na disciplina;

1.2 Fontes secundárias

1.2.1 Documentos escritos

Teses e dissertações sobre Ensino de Radiojornalismo

Planos de ensino de outras IES

1.2.2 Documentos não escritos

Gravações dos programas produzidos em outras IES;

1.3 Fontes documentais

1.3.1 Documentos governamentais

Legislação pertinente ao Ensino de Jornalismo no Brasil

Legislação pertinente à Radiodifusão

1.3.2 Documentos particulares empresariais

Atas de fundação da entidade mantenedora, da universidade, de criação do Curso de Jornalismo e do Curso de Comunicação Social; currículos do curso, planos de ensino e diários referentes ao ensino de radiojornalismo; infraestrutura.

2. Documentação direta

Estrutura da pesquisa

No primeiro capítulo, **Currículo e disciplina**, o foco central é a discussão sobre o papel social da educação, qual seja o de transmissão de cultura, que envolve o processo pedagógico e todos os atores e agentes envolvidos. Tem-se um diálogo entre cultura e educação, sobre o que deve ou não deve ser ensinado, uma vez que, além de garantir a sobrevivência do conhecimento humano, cabe à escola preparar para o mercado de trabalho, missão essa sob constante pressão, considerando-se a velocidade cada vez maior das transformações no ambiente de trabalho e no próprio trabalho. Compreende-se, a partir dessa base teórica, as sucessivas mudanças no ensino de jornalismo e de radiojornalismo, ocorridas no período estudado, observando-se ainda a evolução do currículo de jornalismo no Brasil.

Desenvolvimento do rádio no Brasil é o tema do segundo capítulo, no qual discute-se a evolução histórica e social deste veículo de comunicação de massa, tendo como cenário a busca da democratização dos meios eletrônicos e a existência, no presente momento, de duas realidades distintas, rádio pela internet e rádio comunitária, a primeira sem qualquer regulamentação para existir, a segunda amparada por lei. Observa-se uma quebra no monopólio tradicional do emissor produtor de conteúdos, colocando-se o receptor em condições de gerar e difundir seu próprio olhar sobre o mundo que o cerca.

O desenvolvimento do ensino de Jornalismo no Brasil e, evidentemente, do ensino de radiojornalismo, é o tema do terceiro capítulo, **Jornalismo: prática e ensino**, permitindo uma maior compreensão do modo de produção em rádio, sua linguagem, características e peculiaridades, sua decantada interatividade com o ouvinte e seu relacionamento com a Internet, além dos formatos jornalísticos utilizados. Essa observação possibilita compreender-se os desafios impostos à organização pedagógica e curricular de ensino dessa prática profissional, em

especial na Universidade Católica de Santos, confrontando-se a evolução da legislação referente ao ensino de Jornalismo e a proposta do Projeto Político Pedagógico do curso.

No quarto capítulo, sob o título **Ensino de radiojornalismo na UNISANTOS**, aprofunda-se a análise iniciada no capítulo anterior, pertinente à questão central deste estudo - quais as principais características da disciplina Radiojornalismo ao longo dos 50 anos do Curso de Jornalismo da UNISANTOS e como tem se organizado seu ensino, na última década, face aos atuais desafios da área - observando-se as ementas, planos de ensino e calendários de três momentos distintos do curso de jornalismo e, em especial, os projetos desenvolvidos na última década.

Recuperam-se, na **Conclusão**, os marcos internos e externos que construíram - ou serviram de pano de fundo - o desenvolvimento curricular da disciplina de radiojornalismo na UNISANTOS, reforçando as estratégias utilizadas para dar-se conta do desafio proposto pela modernidade tecnológica e pela evolução das relações sociais e de trabalho.

CAPÍTULO 1

CURRÍCULO E DISCIPLINA

*O ensino é vida. O professor não se dissocia, não se desconecta.*⁸

Maria Amélia Santoro Franco

*A educação é, em si, um processo de comunicação.*⁹

Nereide Saviani

A observação, mesmo que superficial, dos currículos adotados pelo curso de jornalismo da UNISANTOS nos últimos cinquenta anos, evidencia ser necessário discutir-se, em primeiro lugar, qual é o papel social da educação. As mudanças percebidas no período mencionado enfatizam a existência de diversos atores e cenários, internos e externos à instituição, capazes de forjar em diferentes moldes, o que foi ensinado em cada época.

Respondendo à questão sobre o papel social da escola, é evidente que a função de transmissão de cultura está no centro das questões provocadas pela reflexão sobre os problemas da educação, desde os anos 60. A discussão sobre a natureza dos conteúdos ensinados e tudo que lhe diz respeito envolve o processo pedagógico e a própria atividade docente, já que, como explicita Jean-Claude Forquin (1993, p.9), “ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a seus próprios olhos”.

O que deve ser ensinado e o que não deve. Esse é o centro da questão que separa educação e cultura, apesar da relação que existe entre ambas. “O pensamento pedagógico

⁸ Palestra de abertura do Encontro de Professores da UniSantos, em 31 de julho de 2006.

contemporâneo não pode se esquivar de uma reflexão sobre a questão da cultura e dos elementos culturais dos diferentes tipos de escolhas educativas, sob pena de cair na superficialidade” (FORQUIN, 1993, p.10).

Para o autor, é preciso considerar que a todo conteúdo da educação, sendo “sempre alguma coisa que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto sujeitos humanos, pode-se perfeitamente dar-lhe o nome de cultura” (p.10). Para entender-se a função de transmissão cultural da educação, é preciso considerar que a palavra ‘cultura’, neste caso, para Forquin, significa um “patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular” (p.12). Então, a educação deve repassar, de modo organizado, a cultura das gerações anteriores às futuras, perpetuando assim a experiência humana.

Da mesma opinião é o pesquisador inglês Stuart Hall: “Mas o que é a educação senão o processo através do qual a sociedade incute normas, padrões e valores – em resumo, a cultura – na geração seguinte?” (p.40). A cultura de que trata Forquin é, então, aquela voltada à formação do homem. Saviani destaca essa lógica relação entre educação e cultura:

Num sentido amplo, a educação é a manifestação específica da ação social do homem, voltada para a formação da personalidade em seus múltiplos aspectos. É um fenômeno social historicamente determinado, compreendendo relações sociais e formas de comportamento social. Relaciona-se diretamente com a prática e com o conhecimento dessa prática.(SAVIANI, N., 2005, p.1)

Faz parte da existência humana adaptar a natureza às suas necessidades, ao contrário dos animais, que se adaptam a ela. O indivíduo torna-se humano na medida que transforma a natureza, por meio do trabalho, e dessa forma, assegura a sua sobrevivência e realização (Cf. NEREIDE, N. 2005, p.1) . Esse processo histórico é coletivo, no entanto:

⁹ Palestra em seminário internacional na UNESP, Bauru, em 25 de agosto de 2005.

Os homens se relacionam entre si, nesse processo, criam símbolos, representações, acumulam experiências, transmitem-nas a outros. Comunicam-se. É isso que define a existência histórica dos homens – a criação da cultura, a criação de um mundo humano, que se amplia progressivamente.[...] a educação se dá nas próprias relações sociais, no ato mesmo de produção da existência. Isto é, na relação dos homens com a natureza e entre si, pela satisfação de suas necessidades, cada vez mais numerosas e complexas, no âmbito material e não-material. (SAVIANI, N., 2005, p.2)

Na medida em que as necessidades humanas tornam-se complexas e que, igualmente, aperfeiçoam-se os instrumentos e processos necessários ao atendimento pleno delas, a sociedade cria espaços específicos “para a transmissão de conhecimentos sobre práticas sociais específicas” (SAVIANI, N. 2005,p. 2), ou seja, cria escolas:

A escola não é apenas local onde circulam fluxos humanos, onde se investem e geram riquezas materiais, onde se travam interações sociais e relações de poder, ela é também um local, local por excelência nas sociedades modernas, de gestão e de transmissão de saberes e símbolos.(FORQUIM, 1992, *apud* NEREIDE, S., 2005, p.3)

Esse espaço de transmissão do saber, a escola, acaba convertendo-se em espaço de poder posto que, sob certos aspectos, molda as gerações futuras:

Estamos falando em arranjos de poder discursivo ou simbólico. Toda a nossa conduta e todas as nossas ações são moldadas, influenciadas e, desta forma, reguladas normativamente pelos significados culturais. Uma vez que a cultura regula as práticas e condutas sociais, neste sentido, então, é profundamente importante quem regula a cultura. (HALL,p.41)

Por outro lado, Forquin explica que é preciso também entender que a educação não transmite “fielmente uma cultura: ela transmite, no máximo, algo da cultura, elementos da cultura, entre os quais não há forçosamente homogeneidade” (p.15). Por um processo contínuo de seletividade, o que se ensina é uma pequena parte de tudo que se constitui na experiência coletiva da humanidade, incluindo-se aquilo que, na cultura, é considerado “como patrimônio intelectual e espiritual merecedor de ser preservado e transmitido” (p.16). Além da seletividade, é preciso

também entender que, para tornar essa parcela do conhecimento transmissível, é necessário “um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação, ou de transposição didática” (p.16). Isso acaba se constituindo numa espécie de cultura escolar.

Esse caráter ordenador do conhecimento atribuído à educação deve, então, “constituir-se como processo consciente, deliberado, sistemático e metódico, voltado para uma dupla função: servir como fonte de informação e contribuir para organizar a atividade cognoscitiva dos estudantes”.(SAVIANI, N., 2005, p.3)

As relações entre educação e cultura enfrentam, ainda, neste processo de definição, o conceito de modernidade, caracterizado especialmente pela velocidade das mudanças. “Alguma coisa mudou na própria mudança: é a rapidez e a aceleração perpétua de seu ritmo” (FORQUIN, p.18). Numa relação entre a temporalidade do homem e do mundo, pode-se afirmar que no passado, o homem passava enquanto a paisagem era imutável; hoje, ao contrário, é o cenário que muda com intensa rapidez. Ele sugere uma explicação: “É do lado da técnica que se deve buscar a explicação”. (p.19)

Diante de tal velocidade imposta pelo acelerado progresso tecnológico, compreende-se a importância da escola como mediadora no

processo de socialização do saber elaborado [...] O conhecimento não se separa da vida material da sociedade, é processo inerente à relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza, na produção e na reprodução de sua existência. Na atividade prática material, o homem conhece objetos e fenômenos da natureza e da sociedade, atua sobre eles e os transforma. O trabalho [...] torna-se princípio educativo, como atividade humana, prática social concreta, voltada para um determinado fim. (SAVIANI, N., 2005, p.4)

A busca pela relação entre educação e cultura é clássica, explica Saviani (2000). As várias instâncias que controlam o processo da educação concebem a escola como um local para troca de conhecimento, mas alerta que as divergências são maiores que o consenso:

Quando se trata de definir qual saber deve a escola difundir, como e a quem, as idéias são as mais variadas, cruzam-se, aproximam-se, opõem-se, avançam, recuam, saem de cena, reaparecem, ostentam-se, dissimulam-se [...] a depender da correlação de forças, conforme as necessidades e exigências impostas pelas circunstâncias e pelos atores em movimento, em conflito. (p.1).

Se a modernidade traz tecnologia, acarreta, igualmente, boa dose de pressão econômico-administrativa sobre as instituições de ensino superior, ápice na escala de transmissão do conhecimento, inseridas num mercado que, somente no Brasil, movimenta quase 100 bilhões de reais por ano. Decorre daí, como tema atual e pertinente ao estudo, ampla discussão acerca da recuperação da qualidade de ensino, a qual situa-se no plano da revalorização do conteúdo. Também aqui há divergências. Estudos mostram que o papel do conteúdo ora é valorizado como um fim em si mesmo, ora é subordinado ao método e às condições de ensino (SAVIANI, 2000). Mas, é preciso ir mais fundo, argumenta a autora: “As discussões em torno de *o que e como* ensinar nem sempre se fazem acompanhar de reflexões sobre *por que e para que* ensinar e, raramente, de especificação do *a quem* se dirige o ensino” (p.3).

Saviani (Cf.p.142) aponta a existência de algumas idéias gerais sobre os processos de elaboração e implementação curriculares, sem que com isso perca-se a singularidade de cada projeto educacional:

- A noção de que o saber escolar é um conjunto de conhecimentos, idéias, hábitos, valores, convicções técnicas, processos, etc. [...] selecionado da cultura global da sociedade e traduzido para fins de ensino;
- Que ele consiste não numa transposição dos saberes de referência para a sala de aula, mas numa reinvenção da cultura, cuja característica principal é a seleção de elementos passíveis de serem aprendidos(e ensinados formalmente, ainda quando já constituídos como tradição);

- Que sua produção, organização e veiculação se dão por trajetórias sinuosas e tumultuadas, num processo de lutas de diversas dimensões, resultando em decisões negociadas;
- Que sua organização se expressa nos currículos e nas matérias escolares e respectivos programas.

Os estudiosos da área reconhecem que diferentes condições interferem no processo de organização do saber escolar:

qualquer que tenha sido o ângulo de visão ou os elementos enfatizados[...] a organização do saber escolar – manifesta nos currículos (ou planos de estudos), nas matérias de ensino e respectivos programas – é determinada por condições e finalidades sociais e envolve aspectos ligados ao sujeito que aprende, ao objeto a ser aprendido/ensinado e ao trabalho pedagógico necessário para que se realize a aprendizagem, segundo as finalidades mais amplas da sociedade e as específicas da escola. (SAVIANI, N., p.143).

Essa pluralidade multifacetada da organização do saber escolar em todos os seus níveis é histórica. Tratando da situação inglesa, duas perspectivas principais, uma sociológica e outra filosófica, sustentam as explicações sobre estruturação do saber elaborado, científico, em disciplinas e currículos escolares (Cf. GOODSON, 1990, p.230). A abordagem sociológica remonta a 1968, a partir de uma sugestão feita aos pesquisadores, no sentido de que deveriam “examinar as matérias tanto dentro da escola quanto na nação em geral, como sistemas sociais sustentados por redes de comunicação, por recursos materiais e por ideologias”. (MUSGROVE, 1968 *apud* GOODSON, 1990, p. 230)

Esta avaliação revela-se atual quando observa-se o que a cultura nacionalista – ideológica por natureza - tem proporcionado em países do Oriente Médio, por exemplo. Outros casos podem ser encontrados entre os líderes mundiais, como os Estados Unidos, países onde a teoria darwiniana é proibida de ser mencionada em decorrência de posicionamentos religiosos regionais, por exemplo. Pode-se compreender, desse modo, que o conhecimento educacional evidencia a distribuição de poder na sociedade e os princípios de controle social. (Cf.

GOODSON, 1990, p.231). Evidencia-se que a regulação da sociedade por meio da educação/cultura, então, é normativa, pois “[...] as ações são guiadas por normas, assim não pensamos no que estamos fazendo, pois isto já foi pensado. As fronteiras da regulação cultural e normativa são um instrumento poderoso para definir quem pertence (quem faz como nós) e quem é o outro (diferente)”. (HALL, p.42)

Anterior e oposta à visão sociológica, a perspectiva filosófica apoia-se na idéia de que o desenvolvimento de um ser racional é intelectual. “A implicação é que a disciplina intelectual é criada e sistematicamente definida por uma comunidade de estudiosos(*scholars*), normalmente trabalhando num departamento universitário, e é então ‘traduzida’ para uso como uma matéria escolar.” (Cf. GOODSON,1990,233)

Essa perspectiva sugere que as matérias escolares são sempre criadas por acadêmicos especialistas. Goodson argumenta, no entanto, que é necessário observar-se sempre o processo histórico que envolve o surgimento de uma matéria escolar.

Essa investigação pode fornecer evidência de uma disparidade considerável entre as mensagens políticas e filosóficas que buscam explicar e legitimar a ‘tradição acadêmica’ das matérias escolares e o detalhado processo histórico através do qual as matérias escolares são definidas e estabelecidas.(GOODSON, 1990,233)

Para Goodson, a investigação histórica dos motivos e das ações “por trás da apresentação e da promoção das matérias e disciplinas” (*apud* CHERVEL, 1990, p.236), pode contribuir para o estudo do conhecimento de uma sociedade. André Chervel afirma: “E para ir mais longe, a observação histórica permite resgatar as regras de funcionamento, ver um ou vários modelos disciplinares ideais, cujo conhecimento e exploração poderiam ser de alguma utilidade nos debates pedagógicos atuais ou do futuro”. (1990, p.177)

A pesquisa histórica do ensino não é uma área que atraia pesquisadores e público. (Cf. CHERVEL, 1990, p.177). O próprio conceito de “disciplina” significava, até o final do século

XIX, o esquema de vigilância das escolas e a repressão aos atos contrários à boa ordem, somente sendo utilizado no sentido de “conteúdo do ensino”, nos primeiros decênios do século XX.

Na visão de Chervel, “uma disciplina é [...] um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”(1990, p.180). Embora a definição seja recente, inferior a um século, sua capacidade criadora contribuiu para a formação do indivíduo e para a modificação da cultura de uma sociedade:

Se se pode atribuir um papel ‘estruturante’ à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar, e, portanto a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada a passividade, de uma escola receptáculo dos sub-produtos culturais da sociedade. Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. E porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato, ele forma não apenas os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1990, p.184)

É possível entender-se que embora complexa, a questão da finalidade da escola (segundo Chervel, são religiosas, sócio-políticas, psicológicas, culturais, entre outras) deve ser estudada, em parte, com base na história das disciplinas.

Pode-se globalmente supor que a sociedade, a família, a religião experimentam, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada, que a escola e o colégio devem sua origem a essa demanda, que as grandes finalidades educacionais que emanam da sociedade global não deixaram de evoluir com as épocas e os séculos, e que os comanditários sociais da escola conduzem permanentemente os principais objetivos da instrução e da educação aos quais ela se encontra submetida. A identificação, a classificação e a organização desses objetivos ou dessas finalidades são uma das tarefas são uma das tarefas da história das disciplinas escolares. (CHERVEL, 1990, p.187)

Com respaldo da sociedade, a escola cuida de atender as finalidades supramencionadas. Tem total liberdade para tanto, encontrando limites apenas quando impostos por outras

finalidades. Desse modo, a história das disciplinas escolares revela “a liberdade de manobra da escola na escolha de sua pedagogia” (CHERVEL, 1990, p.193). Essa liberdade pedagógica, em algumas estruturas, permite aos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem alguma possibilidade de revisão da natureza de seu ensino, ou seja, estimula a criatividade.

No âmbito de uma finalidade bem definida, a liberdade teórica de criação disciplinar do mestre se exerce em um lugar e sobre um público igualmente bem determinados: a sala de aula de um lado, o grupo de alunos do outro. As condições materiais nas quais se dá o ensino estão estreitamente ligadas aos conteúdos disciplinares. (CHERVEL, 1990, p.194)

Ao contrário do que diz a história do ensino, segundo a qual os limites impostos às práticas pedagógicas derivam das condições de trabalho precárias, “o único limite verdadeiro com o qual se depara a liberdade pedagógica do mestre é o grupo de alunos que ele encontra diante de si” (CHERVEL, 1990, p.195).

Tem-se então, pelo estudo da história das disciplinas escolares, a percepção que a disciplina, por sua evolução, é um dos motores da escolarização e pode-se encontrar sua influência “em todas as rubricas da história tradicional do ensino”(CHERVEL,1990,p.220). E é inegável sua intervenção na história cultural da sociedade.”Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades: é isso que explica sua gênese e constitui sua razão social”.(1990, p.220)

Assim, evidencia-se o fato de que uma disciplina não surge aleatoriamente:

os processos de instauração e de funcionamento de uma disciplina se caracterizam por sua precaução, por sua lentidão e por sua segurança. A estabilidade da disciplina assim constituída não é então [...] um efeito da rotina, do imobilismo, dos pesos e das inércias inerentes à instituição. Resulta de um amplo ajuste que põs em comum uma experiência pedagógica considerável.(CHERVEL, 1990, p.198)

Esse amplo ajuste, que deve contar com o aval de todos os agentes envolvidos, da escola e da sociedade, objetiva a perenização da sociedade. “As disciplinas são o preço que a sociedade

deve pagar à sua cultura para poder transmiti-la no contexto da escola ou do colégio” (CHERVEL, 1990, p.222) às gerações futuras.

Essa argumentação ecoa em outros pensadores da área de educação. Sacristán (Cf.1998, p.122) ressalta que o conceito de currículo ainda é de uso recente e o pensamento pedagógico acerca dele ainda é heterogêneo e disperso O autor destaca que sua prática, no entanto, “é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos,teorias parciais ,esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc”. (2000 p.13). No que define como uma primeira aproximação, Sacristán define currículo como “o projeto seletivo de cultura, cultural,social,política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna uma realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada”. (2000,p.34)

Diante desse referencial sugerido, temos três conjuntos, em interação permanente, responsáveis pela construção da cultura escolar.Em primeiro lugar, o currículo baseia-se num processo seletivo de conteúdos culturais, organizados e codificados de modo próprio, particularizado.Em segundo lugar, é preciso ter em mente que a escola é um espaço institucional com regras e condições próprias, as quais condicionam e ordenam as experiências que os elementos participantes do projeto cultural podem obter. Por fim, os dois primeiros conjuntos inserem-se culturalmente em uma realidade mais ampla e historicamente anterior, que cria os pressupostos utilizados tanto no processo seletivo, quanto na estruturação pedagógica e nos esquemas de funcionamento.(Cf. SACRISTÁN, 2000, p.35)

O currículo, então, pode ser compreendido como uma construção cultural, que organiza uma série de práticas educativas.

Relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é através dele que lhe dota de conteúdo, missão que se expressa por meio de usos quase universais em todos os sistemas educativos, embora por condicionamentos históricos e pela peculiaridade de cada contexto, se expresse em ritos, mecanismos, etc., que adquirem certa especificidade em cada sistema educativo. (SACRISTÁN, 2000, p.15)

A organização curricular compreende o conjunto de atividades desenvolvidas pela instituição escolar, segundo componentes curriculares – as matérias, áreas de estudo, disciplinas – e, no caso da pós-graduação, as linhas de pesquisa. Diz respeito, também, aos programas – os conteúdos básicos de cada componente e indicações metodológicas para seu desenvolvimento. Por conseguinte, a organização curricular implica a organização do trabalho pedagógico, numa estreita relação entre Currículo e Didática, compreendendo-se currículo como seleção de elementos da cultura, passíveis e desejáveis de difusão e apropriação sistematizadas, em situações escolares. O currículo é, portanto, uma construção social, que se dá em processos marcados por contradições e conflitos. A seleção deles resultante é sempre uma, dentre várias possíveis, e as decisões que a engendram são sempre negociadas. A flexibilidade é, de certo modo, o caráter do currículo, que passa por mudanças constantes, ajustes contínuos. (Cf.SAVIANI, 2002)

Existe, como é demonstrada, uma inter-relação cultural entre os diferentes agentes sociais interessados na transmissão do conhecimento. Desse modo, o currículo é construído agregando um valor próprio, distintivo. “O currículo, como projeto baseado num plano construído e ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática, concretiza seu valor” (SACRISTÁN, 2000, p.16). Concorre, em cada construção curricular, desse modo, uma necessária harmonia entre interesses e forças que co-existem no sistema educativo num determinado momento. O currículo reforça, assim, o valor cultural da escola:

O conteúdo é a condição lógica do ensino, e o currículo é [...] a seleção cultural estruturada sob chaves psicopedagógicas dessa cultura que se oferece como

projeto para a instituição escolar. Esquecer isto supõe introduzir-se por um caminho no qual se perde de vista a função cultural da escola e do ensino. (SACRISTÁN, 2000, p.19)

Assim, o currículo acaba por não se reduzir apenas à prática pedagógica de ensino, mas abrange prática de ordem política, administrativa e de criação cultural, por exemplo. “Todos esses usos geram mecanismo de decisão, tradições, crenças, conceitualizações, etc. que, de uma forma mais ou menos coerente, vão penetrando nos usos pedagógicos e podem ser apreciados [...] em momentos de mudança.”(SACRISTÁN, 2000, p.22)

O significado do currículo relaciona-se, então, com os próprios contextos em que se insere: a) contexto de aula; b) contexto pessoal e social; c) contexto histórico; d) contexto político.(Cf. SACRISTÁN, 2000, p.22). Isso explica o motivo pelo qual

uma visão tecnicista, ou que apenas pretenda simplificar o currículo, nunca poderá explicar a realidade dos fenômenos curriculares e dificilmente pode contribuir para mudá-los, porque ignora que o valor real do mesmo depende dos contextos nos quais se desenvolve e ganha significado. (SACRISTÁN, 2000, p.22)

Expressão da função social e cultural da escola, o currículo configura todas as práticas pedagógicas da instituição. Podemos, portanto, compreender que “não existe ensino nem processo de ensino-aprendizagem sem conteúdos de cultura, e que estes adotam uma forma determinada em determinado currículo [...] porque todo modelo educativo é uma opção cultural determinada” (SACRISTÁN, 2000, p.30). Desse modo, esse mecanismo de escolha não é exclusivamente educacional, posto que se insere num processo histórico anterior à sua concretização:

A seleção considerada como apropriada depende de forças dominantes em cada momento dos valores que historicamente foram delineando o que se acredita que é valioso para ser ensinado ou transmitido, assim como aqueles valores nos quais se pretende introduzir os alunos/as. Os conteúdos, como toda realidade educativa tal como a conhecemos em suas instituições, nas práticas pedagógicas, não foram criados decisivamente pelo pensamento educativo, mas são, isso sim, frutos de uma história. (SACRISTÁN, 1998, p155)

Em qualquer contextualização sobre a prática do currículo, segundo Sacristán (1998, p.148; 2000 p.32), deve-se considerar que:

1. Por meio do currículo, compreende-se qual a visão de cultura transmitida na escola e, por conseguinte, revela a função socializadora desta;
2. É um processo criado em determinado contexto histórico e social, que da mesma maneira que pode reproduzir, pode interferir na sociedade; ao mesmo tempo, acaba servindo de entroncamento a diferentes componentes internos e externos, interagindo com todos;
3. Por seus diferentes usos num campo onde se relacionam idéias e práticas diversas, o currículo é um instrumento com o qual se pode identificar a prática pedagógica;
4. Sendo um projeto cultural, condiciona a formação dos docentes, embora permita que estes possam interferir nele, dentro de determinados limites;
5. Funciona como referência para um permanente aperfeiçoamento da qualidade do processo escolar, em todos os seus sentidos.

Sacristán identifica quatro modelos orientadores de currículos (Cf.2000, p.39-47): a) o currículo como soma de exigências acadêmicas, baseado na defesa de valores culturais históricos, mas sem relação com a qualidade da cultura dos agentes envolvidos; b) o currículo como base de experiências, focado no aluno e nos interesses deste, historicamente associado ao processo de renovação escolar; c) o currículo tecnológico e eficiente, decorrente do modelo burocrático que organiza e controla do projeto escolar, dentro de um contexto de racionalidade abstrata e autônoma; d) o currículo como configurador da prática, estabelecendo uma ponte entre teoria e

ação, sendo este o mais coerente e democrático por colocar em diálogo os diferentes círculos determinantes da ação pedagógica¹⁰.

Neste enfoque de ponte teoria-prática,

ao aceitar que a escolaridade vai além da transmissão de conhecimentos, a justificativa do currículo não pode ficar em critérios de representatividade do selecionado quanto à cultura acadêmica, mas apoiar-se, fundamentalmente, noutros de caráter social e moral, já que o que se busca com sua implantação é um modelo de homem e de cidadão/dã.(SACRISTÁN, 1998, p.152)

É a prática que acaba realizando toda a proposta de mudança inserida em um currículo. Nessa prática, o projeto expresso no currículo adquire valor e significação, completa-se, de tal modo que "adquire significado definitivo para os alunos e para os professores nas atividades que uns e outros realizam e será na realidade aquilo que essa depuração permita que seja" (SACRISTÁN, 2000, p.201). Por esse motivo, a estrutura da prática na qual moldou-se o currículo-ponte, merece ser analisada posto que nela se projetam "todas as determinações do sistema curricular, onde ocorrem os processos de deliberação e onde se manifestam os espaços de decisão autônoma dos seus mais diretos destinatários: professores e alunos" (SACRISTÁN, 2000, p.201).

Diferentes e variados fatores determinantes interagem na estruturação da prática pedagógica a qual deve provocar "pretensos efeitos educativos e estes dependem das experiências reais que os alunos têm no contexto da aula, condicionadas pela estrutura de tarefas que cobrem seu tempo de aprendizagem" (SACRISTÁN, 2000, p.201). Na análise dessa estrutura, pode-se recorrer às tarefas, que se constituem em um modelo metodológico, com metas e finalidades, e no próprio comportamento profissional dos docentes submetidos às peculiaridades do ambiente

¹⁰ Neste modelo, inclui-se o Curso de Comunicação Social da UniSantos, por exemplo.

escolar, devendo manter-se em prontidão para dar conta de diferentes exigências. (Cf. SACRISTÁN, 2000, p.204-207)

Entre as características desse processo mediador no qual atua o professor, são citadas a *pluridimensionalidade* (execução simultânea e às vezes sucessiva, de tarefas variadas e numerosas), *simultaneidade* de demandas que exigem atenção, *imediatez* com que ocorrem acontecimentos, *imprevisibilidade*, *historicidade* das práticas, *negociação* entre os diferentes elementos envolvidos nas práticas, *forte envolvimento pessoal* e *poder socializador* das tarefas. (Cf. SACRISTÁN, 2000, p.204-205)

O conjunto das tarefas acadêmicas - entendendo-se não apenas a quantidade, mas também a variedade, seqüência, particularidades e significado para as partes envolvidas - define a singularidade metodológica adotada no projeto escolar, expressando a prática pedagógica que realiza o currículo. As tarefas, portanto, possuem determinadas potencialidades (Cf. SACRISTÁN, 2000, p.211-221):

- Cada tarefa estabelece um microambiente e uma relação com o ambiente geral da classe;
- Uma seqüência de tarefas configura uma metodologia a qual irá desencadear certos efeitos permanentes;
- As tarefas mediatizam a absorção peculiar que os alunos fazem da escolaridade e do currículo, pois é preciso analisar a realização do mesmo dentro da estrutura de tarefas;
- As tarefas expressam o estilo dos professores e articulam suas competências profissionais, tendo como correlatos esquemas teóricos e racionalização, ainda que sejam implícitos;

- Uma tarefa ou uma série delas apela à interação das proposições didáticas e curriculares com os aspectos organizativos do sistema escolar, porque estes são campos nos quais se realizam e dimensões das mesmas. As tarefas são possíveis dentro de um modelo de organização escolar e de um tipo de aula determinada, ou exigem ambientes diferentes neste sentido;
- Uma tarefa tem um significado pessoal e social complexo, por seu conteúdo, pelas pautas de comportamento que exige, pelas relações sociais que fomenta, pelos valores ocultos que possui, etc. Daí que a estrutura de tarefas para concretizar o currículo seja, ao mesmo tempo, uma estrutura de socialização mais ampla dos indivíduos, tanto dos alunos como dos professores.

Ao analisar-se o conjunto das atividades acadêmicas fica evidente a existência ou não de conexão entre os principais atores envolvidos no processo e a organização curricular do conhecimento. (Cf. SACRISTÁN, 2000, p.220). O ensino, organizado por meio de tarefas, é planejado e realizado nas condições mais favoráveis ao aprendizado pretendido. Estendendo-se a atividade para fora do ambiente de classe, surgem fatores que ameaçam a igualdade das condições de realização da proposta curricular.

Diante do exposto, fica evidente e de fácil compreensão o fato de os professores investirem no planejamento de tarefas, projetando assim suas possibilidades de autonomia profissional ao adequarem o projeto curricular original:

As tarefas transformam-se em elementos nucleares estruturadores do comportamento profissional dos docentes dentro dos âmbitos escolares, porque facilitam que estes se desenvolvam com certa desenvoltura no ambiente de classe e realizem as funções básicas que a instituição escolar tem, atribuídas pela sociedade: instruir, manter um ambiente de trabalho, controlar a conduta do aluno dentro de determinados moldes de comportamento, colaborar, em suma, na socialização dos alunos dentro de uma cultura, de certos valores, de certos

padrões de conduta social. Por isso, as tarefas são unidades significativas de análise da profissionalização do professor em contextos naturais. (SACRISTÁN, 2000, p.232-233)

Rumo ao mercado de trabalho

Embora os estudos referentes às relações entre cultura e educação, base do saber escolar e da organização curricular, situem-se com freqüência no ensino fundamental e médio, evidentemente mantêm vínculos explícitos com o ensino superior. Nem poderia ser diferente, mesmo que o objetivo do ensino superior seja a habilitação profissional do indivíduo. No entanto, na questão das disciplinas estudadas, existe a limitação determinante que é a idade de quem aprende, em especial, separando crianças e adolescentes dos adultos, ou ensinos fundamental e médio do ensino superior. (Cf. CHERVEL, 1990, p.185) Essa compreensão é fundamental ao planejamento curricular:

O que caracteriza o ensino de nível superior é que ele transmite diretamente o saber. Suas práticas coincidem amplamente com suas finalidades. Nenhum hiato entre os objetivos distantes e os conteúdos do ensino. O mestre ignora aqui a necessidade de adaptar a seu público os conteúdos de acesso difícil, e de modificar esses conteúdos em função das variações de seu público: nessa relação pedagógica, o conteúdo é uma invariante. Todos os seus problemas de ensino se remetem aos problemas da comunicação: eles são, quando muito, de ordem retórica. E tudo que se solicita ao aluno é ‘estudar’ essa matéria para dominá-la e assimilá-la: é um ‘estudante’. Alcançada a idade adulta, ele não reivindica didática particular à sua idade.(CHERVEL, 1990,185)

Se não necessita de uma didática adequada à idade, senão preocupar-se com a retórica, o ensino superior, no entanto, sofre pressões específicas por seu papel de produtor e difusor de cultura, por sua função estratégica ao desenvolvimento de uma sociedade, pela sua missão de formar o cidadão e o profissional:

É imprescindível associar universidade ao caráter múltiplo, diverso, amplo, abrangente de abordagem nos campos das ciências, das tecnologias, da filosofia,

das letras, das artes, dos desportos... enfim, dos diversos elementos da cultura. A universidade cumpre papel indispensável na produção e na difusão do conhecimento nesses campos. Daí a necessária relação entre ensino, pesquisa e extensão – esta entendida como ampliação das possibilidades de acesso da população aos conhecimentos produzidos, dispostos sob a forma de serviços à sociedade e amplamente debatidos com os diversos segmentos sociais, o que tem, também, como resultante, a realimentação da pesquisa. A universidade é, portanto, o verdadeiro *locus* do ensino superior. (SAVIANI, N. 2002)

Desse modo, deve-se considerar que

quando se fala em universidade, importa garantir-se o desenvolvimento da cultura superior e a formação de intelectuais de alto nível, requer-se uma organização densa em cursos de nível superior de longa duração, que garanta uma formação qualitativamente adequada, voltada para um conjunto de profissões que demandam um preparo intelectual consistente, teoricamente sólido. (SAVIANI, N., 2002)

A pressão reflete-se nos currículos. “Os currículos experimentam as pressões do mundo do trabalho e as dos consumidores da educação para que o ensino tenha um caráter propedêutico, quando a escolarização fica conectada ao sistema de ocupações na vida profissional” (SACRISTÁN, 1998, p.160).

Ao ordenar os currículos, o Estado estimula o caráter profissionalizante do ensino. Essa visão reflete a importância estratégica da universidade no processo de desenvolvimento nacional, razão pela qual defende-se o ensino público e gratuito:

A reflexão sobre o sentido de universidade remete também para o entendimento da educação como questão nacional. Sem contar com universidades de alto nível, as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico do país ficam ameaçadas. Somente na medida em que mantém um ensino superior de alto padrão de qualidade e busca expandi-lo amplamente, é que o país tem condições de formar quadros e selecionar os cientistas de ponta, que vão, de alguma forma, liderar seu desenvolvimento e colocá-lo em boas relações com os demais países. Nesse sentido, é forçoso admitir que a universidade é uma questão do Estado: há de ser, predominantemente, pública e gratuita. (SAVIANI, N., 2002)

Essa condição profissionalizante está presente no projeto pedagógico do Curso de Comunicação Social, implantado em meados de 1940 e incrementado a partir da década de 1970, quando foi determinada, pelo governo federal, a exigência de diploma superior para o exercício da profissão de jornalista.

É interessante, como observação do contexto profissional existente nos anos 50, o trecho a seguir, de entrevista concedida pelo jornalista e professor Nilson Lage (EGYPTO,2001), que revela a existência de um salto na formação cultural e acadêmica do jornalista, passando de nenhuma exigência formal nesse sentido até meados dos anos 60, para a obrigatoriedade de título superior:

O jornalismo não era profissão de nível superior [...] na década de 50. Havia três categorias de jornalistas: os competentes, que ou escreviam bem ou entendiam de produção gráfica, raramente as duas coisas; os que traziam anúncios ou tinham contatos políticos (entre esses os jovens da elite que não se adaptavam às profissões destinadas à sua classe); e, finalmente, os que faziam o trabalho mais pesado ou menos nobre, como saber o que se passava nas delegacias de polícia ou dar plantão nos hospitais. Os salários, para os jornalistas considerados necessários, costumavam ser complementados por empregos públicos, patrocinados pelas empresas e a que não se tinha de comparecer; os demais eram às vezes remunerados pelas fontes ou podiam arrumar outras receitas – participando, por exemplo, do rateio do dinheiro tomado pela polícia das prostitutas ou dos bicheiros. É claro que a formação superior elevou o padrão ético, trouxe dignidade ao ofício e permitiu, senão maior brilho nos grandes momentos, pelo menos padrão mínimo de qualidade na produção rotineira. Está certamente relacionada à consciência de classe da categoria, que lutou por ela meio século.

Essa mudança na formação profissional do jornalista brasileiro foi gestada ao longo dos últimos oitenta anos e ainda hoje divide opiniões quer entre empresários do setor¹¹, quer entre estudiosos de Comunicação, que tramam mudanças para o ensino de Jornalismo, como denuncia o jornalista Nilson Lage (2005):

¹¹ Os jornalistas travam três grandes batalhas, no momento: a manutenção da exigência de diploma superior para o exercício profissional; a criação um Conselho Superior de Jornalismo, que regularia a atividade a exemplo da Ordem dos Advogados; e a revisão da legislação ampliando o número de atividades exclusivas de jornalistas, projeto vetado

Reunidos em Salvador (BA), os representantes dos cursos de pós-graduação em comunicação aprovaram, com 18 votos, uma abstenção e uma ausência, projeto que praticamente suprime o estudo do jornalismo no Brasil, no quadro da projetada reforma universitária. O assunto voltará a ser discutido em junho e outubro pelo segmento reunido na Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, que reúne os cursos reconhecidos pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior).

Segundo a corrente dominante entre os comunicólogos, a graduação em comunicação teria cinco subáreas (Teorias; Processos sociais; Mídias; Processos de Produção; e Estética e Linguagem). As teorias compreenderiam Epistemologia, Metodologias, História, Ética e Estética. Os processos sociais seriam Política, Economia Política, Sociabilidade, Subjetividade, Estratégias e Recepção. As Mídias incluiriam Rádio, Televisão, Cinema, Fotografia, Vídeo, Internet e Impressos. Estética e Linguagem compreenderia Produção de Sentido, Crítica da Mídia, Arte e Mídia. **A única referência ao jornalismo está na subárea de processos de produção, ao lado de Relações Públicas, Publicidade, Editoração e Organizacionais**, o que quer que isso seja. (grifo nosso)

Estudo desenvolvido pela pesquisadora Claudia Peixoto de Moura, da PUC do Rio Grande do Sul (MOURA, 2002), permite compreender a evolução conceitual do currículo no Brasil desde a década de 20. Também nessa área do conhecimento, é possível perceber a contribuição da nova sociologia da educação, gestada pelos pesquisadores ingleses nos anos 60.

Com base na análise da literatura sobre currículo publicada a partir de 1990 no Brasil, Moura afirma que nos últimos 20 anos ocorreu uma evolução nos estudos brasileiros sobre o currículo, com ênfase aos enfoques sociológico, humanista e fenomenológico:

a partir dos anos 80, a maioria das obras possui uma abordagem crítica. Os livros sobre currículo identificados como manuais, contendo aspectos técnicos-metodológicos, deram lugar às explicações, às preocupações, com enfoque sociológico, humanista e fenomenológico, revelando três tendências, que ampliaram os estudos na área. Com isso, aumentaram as dificuldades para a elaboração de uma teoria curricular única. (2002, p.27)

Apesar dessa evolução, não existe “um quadro teórico suficientemente acurado para a compreensão da emergência e do desenvolvimento do conhecimento curricular no Brasil” (MOREIRA *apud* MOURA, 2002, p.29).

O desenvolvimento do estudo do currículo no Brasil divide-se em três períodos, sendo o primeiro período entre os anos 20 e 30, quando surge o campo do currículo no país; o segundo, dos anos 60 a 70, que se refere à formatação do referido campo; e o terceiro, entre 1979 e 1987, com ênfase aos debates sobre o tema e à reconceituação do campo. (Cf. MOURA, 2002, p.30)

Foi no terceiro momento que as tendências curriculares supracitadas, vigentes no Brasil desde os anos 20, foram melhor estudadas. São, conforme organização de Moura (2002, p.31):

<u>Tendências</u>	Teoria curricular	Organização curricular	Período inicial
Técnico-Linear	Modelo de planejamento curricular visando as atividades específicas das áreas profissionais.	Currículo centrado em disciplinas (tecnocrático)	1920
Circular-Consensual	Construção curricular a partir das experiências e necessidades individuais ou de pequenos grupos, para a socialização.	Currículo centrado nas relações entre as pessoas (humanista)	1945
Dinâmico-Dialógica	Resgate dos conteúdos a partir de uma visão crítica. Construção curricular a partir de conteúdos provocadores de uma transformação social.	Currículo centrado na possibilidade de libertar as pessoas dos condicionamentos, através do conhecimento (emancipatório)	1970

No primeiro período (20 a 30), as iniciativas para a organização curricular baseavam-se em disciplinas literárias e acadêmicas, no enciclopedismo e na distinção entre trabalho manual e intelectual. Enfatizava-se o ideário progressista da Escola Nova. (Cf. MOURA, 2002, p.34)

e jornalistas de renome estão contra os três movimentos.

No segundo (final dos anos 60 a 70), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organizou o sistema educacional, constituindo-se na tentativa pioneira de integração dos três níveis de ensino em uma estrutura única. “Foi a origem do planejamento educacional sistemático no Brasil” .(MOREIRA *apud* MOURA, 2002, p.36)

O terceiro período (1979 a 1987) coincide com um amplo conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas, o que contribuiu para

a análise crítica das questões curriculares, havendo um aumento da influência européia e uma diminuição da influência americana [...] O pensamento europeu para questões educacionais passou a ser focado nas discussões a respeito do currículo.[...] a dialética começou a ser usada para analisar os problemas educacionais. (MOURA, 2002, p.37).

É ainda nesse terceiro período que as relações entre currículo e poder na sociedade passam a embasar uma teoria educacional mais contemporânea. “Na década de 90, há uma reestruturação a partir das categorias selecionadas, nas quais o currículo pode ser um instrumento para construir identidades sociais e culturais” (MOURA, 2002, p.40).

A organização curricular do curso de Comunicação Social e de suas habilitações (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Rádio e Tv e Cinema) acompanhou esse desenvolvimento¹². Moura identificou o número de incidências com relação à tendência de organização curricular e elaborou o seguinte quadro (2002, p.74):

Organização curricular	Número de incidências
Tendência Circular-Consensual	7
Tendência Dinâmico-Dialógica	11
Tendência Técnico-Linear	32 (referência a normatização do curso)
	53 (referência a matérias e disciplinas).

¹² A pesquisadora Claudia Moura realizou amplo levantamento da produção científica disponível, que totalizou, inicialmente, 126 fontes, posteriormente concentrada nos livros e coletâneas, por serem de domínio público, dos pesquisadores com no mínimo três publicações referentes ao tema, finalizando em 48 fontes: livros(23), artigos científicos em coletâneas(48), teses de doutorado e livre docência(5), dissertações de mestrado(10), relatórios de pesquisa e estudo(9), artigos em anais de eventos(31). (Cf. MOURA, 2000, p.46)

Segundo a autora (p.75), a predominância da Tendência Técnico-Linear na maioria dos títulos pesquisados evidencia a “existência de um currículo mínimo para o curso de Comunicação Social, organizado por disciplinas voltadas às atividades profissionais”. Essa é uma realidade que se acentua a cada ano, até como uma estratégica (porém, não ideal, talvez) de adequação da escola ao mercado. A ordenação curricular privilegia o saber fazer, transformando as tarefas em um realístico treinamento para o mercado, estabelecendo-se em muitos casos, um distanciamento da proposta de oferecer-se uma formação humanística, crítica e científica, ideal do ensino superior.

Um rápido olhar retrospectivo na evolução legislativa do currículo de Jornalismo e depois de Comunicação Social, entre 1962 e 1984, evidencia uma migração formal da abordagem reflexiva e humanista para um contexto profissionalizante. “A formação profissional apresenta uma dicotomia: de um lado, a polivalência, o humanismo, a cultura geral; de outro lado, a especialização, o desenvolvimento econômico, o pragmatismo da profissão” (MOURA 2000).

Foram homologados seis Pareceres do Conselho Federal de Educação e quatro Resoluções do Ministério da Educação e Cultura, como se observa no quadro a seguir, elaborado por Moura(2000):

PARECERES DO CFE	RESOLUÇÕES DO MEC
Parecer nº 323/62, de 16 de novembro de 1962	_____
Parecer nº 984/65, de 19 de abril de 1966	_____
Parecer nº 631/69, de 02 de setembro de 1969	Resolução nº 11/69, de 06 de agosto de 1969
Parecer nº 1203/77, de 5 de maio de 1977	Parecer nº 02/78, de 30 de janeiro de 1978
Resolução nº 03/78, de 12 de abril de 1978	Resolução nº 01/79, de 08 de janeiro de 1979

Parecer nº 480/83 - de 6 de outubro de 1983	Resolução nº 02/84, de 24 de janeiro de 1984
---	--

O Parecer nº 984/65, apoiado no pensamento humanista do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL), reformulou o currículo mínimo e a duração do curso de Jornalismo, enfatizando a necessidade de uma formação polivalente para o jornalista.(Cf. MOURA, 2000) O Parecer nº 631/69 cria um Plano do Currículo de Comunicações e revisa o currículo de Jornalismo:

O currículo pode ser organizado para habilitações específicas ou para a habilitação polivalente, com diploma de bacharel. A formação de comunicadores compreende jornalistas (de imprensa falada, escrita, televisada ou cinematográfica) publicitários, relações públicas, editores, noticiaristas de agências, redatores oficiais, pesquisadores da Comunicação, planejadores de campanhas. O currículo mínimo possui um Tronco Comum a todas as áreas, e o estudo de áreas específicas diversificadas que são as habilitações. (MOURA, 2000)

Já a Resolução nº 11/69 divide o curso em duas partes com igual duração, reservando uma para as disciplinas do tronco comum e a outra para as específicas. O Parecer nº 1.203/77 sugere uma nova estrutura para o currículo mínimo, sendo que na época, o Curso de Comunicação Social já divide-se em cinco habilitações. O Parecer nº 02/78 reexaminou o Parecer nº 1.203/77 e incluiu, entre as sugestões, “a proporcionalidade entre as áreas de formação para distribuir a carga horária do currículo pleno, além das atividades de projetos experimentais (com 10% da carga horária total do currículo mínimo) e estágio supervisionado”. (MOURA, 2000)

O Currículo Mínimo para o Curso em Comunicação Social foi fixado pela Resolução nº 03/78, cabendo a seguinte, Resolução nº 01/79, estabelece exigências curriculares e laboratoriais para o ano letivo de 1980.

Em 1980, o CFE criou uma Comissão Especial para Estudo do Currículo do Curso de Comunicação Social para reelaborar o currículo, sendo constituída por professores, empresários, representantes de entidades de classe e estudantes. Isto dificultou a aceitação da Resolução nº 03/78 pelas escolas, pois já era público que um novo currículo iria ser implantado em breve, o que ocorreu em 1984. O Parecer nº 480/83 registrou que um estudo sobre o currículo do curso foi realizado resultando em um documento-síntese. Também houve um

levantamento da situação dos cursos junto à comunidade acadêmica, áreas empresarial e profissional, mediante a aplicação de um questionário, além da utilização de outros documentos. (MOURA, 2000)

Assim, coube a Resolução nº 02/84 fixar o currículo mínimo para a formação de profissionais nas habilitações de Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo (Rádio e TV), Cinema. Esse documento definiu padrões de infraestrutura para do curso, destacando instalações, laboratórios e equipamentos adequados à formação profissional nas diferentes áreas. (Cf. MOURA, 2000)

Um exemplo dessa tendência profissionalizante: de olho no projeto de Reforma Universitária, em 2005, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Associação dos Professores de Jornalismo (APJOR) exigiram do MEC o curso de Jornalismo continue a ter quatro anos de duração, carga mínima de 2.700 horas e destine apenas 1/8 da carga (cerca de 337 horas-aula) às disciplinas teóricas e humanistas. À guisa de uma comparação, o currículo atual de Jornalismo da UNISANTOS tem 3.200 horas e cerca de 1/3 destinado à formação teórico-humanista.¹³

Em Jornalismo, podemos relacionar alguns fatores que pressionam as instituições de ensino: o controle das poucas agências noticiosas nacionais e internacionais; o advento das novas tecnologias de informação, e conseqüentemente, de novos sistemas comunicacionais, como a Internet; a liberação por via judicial, mesmo que temporária, do mercado de trabalho aos não-graduados; a crise econômica que o setor dos meios de comunicação atravessa, ocasionando a redução dos postos de trabalho.

Essa crise vivenciada pelo Jornalismo nos dias que correm, segundo os teóricos de comunicação, é antiga, aguda e ameaça a continuidade dos vínculos de credibilidade e

¹³ Há um estudo em andamento para reduzir-se a carga do curso da UniSantos para o mínimo de 2.700 horas,mas, mesmo nesse caso, destinou-se ¼ às disciplinas teóricas e humanistas.

confiabilidade que lhe dão respaldo junto à sociedade que o criou. Dominada pela Síndrome da Auto-Referência¹⁴,

a mídia se esvazia das referências obtidas por meio da experiência vital e passa a valer por si mesma. Não importa mais que tipo de comunicação se dá através do meio (ou mesmo se há comunicação efetiva), contanto que o meio em si se mantenha fortalecido e legitimado pelo consentimento geral dos que acessam a mídia na ilusão de estarem conectados a algo ou a alguém. (CONTRERA *et al.*, 2004,p.21)

Esse encastelamento em si mesma, que afasta o jornalista do palco das ações, limitando sua investigação à reprodução do material jornalístico distribuído pelas mega-agências noticiosas e *sites* jornalísticos e similares, evidencia

uma crise funcional que ameaça a permanência desses vínculos que atravessam séculos. É uma crise que vem sendo anunciada desde há muito, mediante as configurações que o mercado lhe impôs ao longo dos século XX, e que atingiu a culminância nos tempos atuais ante a redução da experiência cotidiana ao espaço da própria mídia [...]. (CONTRERA *et alli*, 2004,p.43)

A crise funcional afeta a credibilidade da imprensa e provoca a queda na vendagem de jornais, como já ocorre nos Estados Unidos, por exemplo. Citando o desafio do *The New York Times* em projetar o futuro, diante de tais dificuldades, Leonardo Trevisan (2005, p.80, *passim*) explica que

esse processo está longe de ser exclusivo do jornal mais influente do mundo, os problemas econômicos dos jornais apressam fusões e aquisições de empresas de mídia por empresários de outros ramos. Esse processo afeta diretamente o conceito de liberdade de expressão como foi entendido até o momento.

A informatização da sociedade e a disponibilização de novos instrumentos comunicacionais de fácil e barato acesso, atinge a função ‘selecionadora’ exercida pela mídia. Até o advento das novas tecnologias e de sua conseqüente popularização, a sociedade só era informada dos assuntos que a imprensa considerava relevantes. O grave é que as notícias não

¹⁴ Conceito formulado pelo pesquisador e teórico Norval Baitello(PUC-SP), segundo o qual o repertório exibido pelos meios de comunicação tem origem no próprio sistema midiático, repercutindo o que já foi publicado, distanciando-se de uma leitura histórica dos fatos e da experiência cotidiana da reportagem.

selecionadas eram dispensadas, jogadas no lixo, sem que o público tivesse outro mecanismo de conhecimento sobre elas. Esse processo editorial seletivo, que envolve todas as etapas da produção jornalística, acabou cunhando o conceito de *gatekeeper*¹⁵ para os jornais. Essa visão, se ainda resiste em maior ou menor grau conforme o desenvolvimento sócio-econômico, está definitivamente comprometida com a transformação do cidadão comum em emissor.

Na busca de saídas a esse novo contexto, alguns veículos tradicionais tentam atrair o “novo editor”, convertendo-o em um colaborador voluntário. Essa modalidade interativa já é utilizada, por exemplo, pelo *site* enciclopédico “Wikipédia¹⁶”, que agrupa verbetes fornecidos pelos internautas sobre qualquer assunto e sem qualquer controle de qualidade, e também por escritores, como o norte-americano Stephen King e o brasileiro Paulo Coelho, que recebem sugestões sobre o desenvolvimento de novas histórias¹⁷. Nessa rota alternativa, o tradicional jornal *International Herald Tribune* associou-se a um *website* sul-coreano, o *Ohmynews Internacional*, com o objetivo de atrair 40 mil cidadãos-jornalistas em todo o planeta¹⁸.

Outro caminho de sobrevivência é investir na credibilidade conquistada com muito trabalho e investimento e preocupar-se com o conteúdo e não com a quantidade, como revela o diretor-secretário Editorial do Grupo Abril, Sidnei Basile¹⁹:

Se é verdade que não somos mais os *gatekeepers*, no sentido do fluxo quantitativo da informação, pode ser que ainda seja verdade – e eu digo ‘pode’ porque só depende de nós – que somos os *gatekeepers* da sociedade no que tange à relevância do que é publicado, editado. Ou seja, aquilo que julgamos ser relevante para o conhecimento da audiência, da opinião pública, obviamente, submetido aos rituais clássicos do bom jornalismo: procedimentos democráticos, ritual do contraditório, ouvir as partes, assegurar o direito de defesa de quem está sendo acusado. Esta deveria ser a marca distintiva das grandes casas editoriais, que tem muita experiência, muita quilometragem, para garantir o seu

¹⁵ A expressão significa levantador da cancela, numa alusão ao processo de seleção exercido pela imprensa.

¹⁶ <http://pt.wikipedia.org/>

¹⁷ DOURADO, Paulo. ‘Blog’ mostra 25% do novo livro do escritor Paulo Coelho. *Jornal A Tribuna*. Santos, SP. 20 ago 2006, p.D-2

¹⁸ LESSA, Ivan. BBC Brasil. 10.06.2006

¹⁹ Entrevista concedida à revista Panorama Editorial, publicação oficial da Câmara Brasileira do Livro.

espaço, porque também elas administram marcas poderosas e não apenas publicações. São publicações, são *sites*, são conteúdos para celular, são eventos a partir das marcas, são identidades fortes, com credibilidade. O que se tem a fazer é honrar a credibilidade que se conquistou ao longo dos anos. (PANORAMA EDITORIAL, 2006, p.15)

É importante incluir um componente político fundamental a qualquer sonho de mudança.

Saviani, N. (2000) entende que, para a organização de uma proposta curricular capaz de contribuir para a transformação da sociedade, é necessário, antes, o investimento na preparação e manutenção do professor, sem o que nada será possível. A criação de matérias de interesse do mercado, sem qualquer avaliação que legitime sua interferência na organização curricular criadora e construtiva de um cidadão pleno, sem condições de possibilitar um pleno crescimento para alunos e docentes, não contribui para uma segura reforma social. Pelo contrário, afasta-a:

A luta pela melhoria das condições de educação do povo, que inclui a luta pela necessária melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, é parte da luta pela melhoria das demais condições de vida e de trabalho das massas populares e de sua efetiva participação na definição de seu destino. E essa luta não é outra senão aquela pela transformação radical da sociedade. (SAVIANI, N., 2000, p.149)

Cabe ao professor dar vida ao currículo, ao projeto educacional da sociedade entregue às instituições, construir hoje um amanhã para os indivíduos. Nesse processo de imortalização da humanidade, podemos chamar assim, do homem, constrói o docente a base por meio da educação, da transmissão ordenada do conhecimento, da experimentação e da descoberta, da ordenação do pensamento e da construção do raciocínio criativo. Lembrar essa luta pela transformação social é extremamente oportuno ante a conclusão sombria de Forquin (p.173), para quem “sujeitos à finitude, e sabendo disso, nós não temos, ao final das contas, outra escolha senão querer para os outros a vida e confiar-lhes nosso testamento”.

Entre os estudiosos da Semiótica da Cultura, podemos buscar uma contribuição à questão da perpetuação do conhecimento humano²⁰, mediada/instrumentalizada pelo saber escolar. O pioneiro pesquisador, Norval Baitello Junior (1999, p.18), da PUC de São Paulo, define que os símbolos culturais são o poderoso instrumento da imortalidade:

A criação humana [...] desafia e vence não apenas a morte, mas todas as dificuldades e os limites impostos pela breve vida, desafia e vence as doenças, o envelhecimento, o tempo, a natureza hostil. Seu mais eficaz e abrangente instrumento são os símbolos. Seu universo hoje [...] deve ser mais atualizadamente denominado cultura.

O permanente diálogo que permeia o processo educacional, não apenas internamente, mas cedendo vez e voz ao externo, ao mundo e à sua incontrolável modernização política, social, tecnológica, trabalhista, religiosa, atesta a veracidade dessa contínua reconstrução da cultura, dessa ressignificação de símbolos em favor da perenidade do conhecimento humano. No entender do filósofo francês, Gaston Bachelard, é necessário rever-se periodicamente as estruturas que sustentam as ciências, para que se possa entender o presente.

Nesse contexto, o ensino de Jornalismo e, em particular, de Radiojornalismo, é submetido à intensa pressão revisacionista, não apenas pelo advento de novas e poderosas tecnologias de comunicação, mas principalmente pela luta social que se trava pelo controle da comunicação em

²⁰ Precursor do concretismo no Brasil, Décio Pignatari, sempre antecipando tendências, traduziu essa ansiedade ante a morte em o “Organismo”, poema fanologopaico de 1960 (BAITELLO JUNIOR, 1999, p.20):

o organismo quer perdurar
o organismo quer repet
o organismo quer re
o organismo quer
o organism
orgasm
o o
0

si. Controlar a comunicação significa controlar uma sociedade cada vez mais assentada sobre uma estrutura imagética, simbólica, signíca. Uma estrutura de culturas que se fundem em macros conceitos internacionais, mas que reagem violentamente se a fusão ameaça os valores mais íntimos, mais locais. Essa realidade remete à idéia de um “governo da cultura”:

Qual a importância do governo da cultura? 1- compreender o que há por detrás destas áreas de contestação moral e apreensão cultural é adquirir certo acesso indireto às correntes profundas e contraditórias da mudança cultural que se formam abaixo da superfície da sociedade; 2- saber como a cultura é modelada e regulada nos interessa porque ,por sua vez, a cultura nos regula .(HALL, p.39)

O controle do governo da cultura, no enfoque jornalístico, significa o controle da produção da notícia em favor do bem comum, constantemente ameaçado pela liberdade constitucional à informação. O desmentido de uma notícia não possibilita o retorno ao *status quo* original, não tem a mesma eficácia do “fato jornalístico”. Nesse sentido, argumenta Clóvis de Barros Filho (2005, p.59-60, *passim*) que:

Qualquer limitação ou regulamentação a uma atividade tem uma causa social eficiente. Resulta de uma relação de forças políticas. Denuncia o placar de um jogo. Condecora o triunfo de alguns, em detrimento de muitos outros. O argumento que a justifica, no entanto, sempre apontará para uma outra causas. Uma causa final apresentada como indiscutível. Uma representação do mundo ideal para ser entendida como o fim de todos. Afinal, não poderia ser diferente já que promete o próprio *bem comum*. [...] Ao se justificar, a civilização deve oferecer, para cada castração, alguma vantagem aparente. Compensação esperada face a tanto mal-estar. Afinal, para viver com o outro, perde-se liberdade. Restrições de conduta, de pensamento, de manifestação.

Se os meios de comunicação são, como se autoproclamam, o quarto poder, portanto, poderosos, com capacidade para elegerem presidentes ou destruírem vidas honestas por falta de apuração séria dos fatos, então é normal a idéia de controle sobre eles:

Por isso, face à crença compartilhada em tantos poderes, não estranha que alguma forma de controle seja lembrada de tempos em tempos. Controles jurídicos, de um lado, inscritos no ordenamento. Controles sociais não jurídicos,

de outro, decorrentes da lógica de funcionamento de um espaço relativamente autônomo de produção da notícia.(BARROS FILHO, 2005, p.61)

Existiria, então, a imprensa livre estudada nos bancos universitários? Os fatos indicam uma realidade diversa, na qual a liberdade de expressão está na berlinda, com jornalistas assassinados em todo o mundo, por exemplo. Há outros dados, no entanto:

Como constatou a revista *The Economist* (2005), 43% da população mundial (2,69 bilhões) vivem em países em que a imprensa 'não é livre'. Outros 40% (2,51 bilhões) vivem com uma imprensa 'semi-livre'. Apenas 17% (1,08 bilhão) dos habitantes do planeta podem ler, com toda liberdade, o que quer. Na classificação da respeitada revista inglesa, o Brasil está entre os países em que a imprensa está 'semi-livre'.(TREVISAN, 2005, p.76)

A revisão exigida, assim, objetiva garantir ou permitir, ao menos, ao estudante as condições mínimas para inserir-se nesse mercado de trabalho não apenas como mão-de-obra qualificada, mas em posição de ousar contribuir ao processo comunicacional, em base criativa, inovadora e ética. A sala de aula não pode ser um entrave a esse mundo, nem apenas uma reprodutora; antes, deve, como sempre, ir além desses limites, reinterpretando a realidade que se mostra e reinventando caminhos que incorporem o novo, mas preservando a essência do conhecimento adquirido.

CAPITULO 2

DESENVOLVIMENTO DO RÁDIO NO BRASIL

A democratização dos meios de comunicação, decantada em prosa e verso há pelo menos quatro décadas, tem no rádio o melhor exemplo da possibilidade de dar vez e voz ao cidadão-ouvinte, realizando assim o tão acalentado sonho do alemão Bertold Brecht. No mesmo lado dessa moeda comunicacional, duas realidades distintas, aproximam-se em suas perspectivas e potenciais políticos, educacionais e de subversão da ordem conhecida. Rádio pela internet e rádio comunitária, a primeira sem qualquer regulamentação para existir, a segunda amparada pela Lei n.º 9.612/98 (SANTOS,1998,p.19). A primeira, um hibridismo mimético, circula no mundo da virtualidade; a segunda destina-se a atuar em comunidades pequenas, periféricas e de baixa renda. Em comum, as duas estão nas mãos do cidadão comum que, de receptor passivo, traveste-se em potente emissor e quebra o monopólio das empresas produtoras de conteúdos.

Este contexto atual apóia-se em outros ingredientes contrastantes. De um lado, a falta de interesse publicitário no rádio graças à abrangência e penetração nacional da televisão, que esvazia comercialmente a atividade empresarial, minando cada vez mais os investimentos em profissionais de vários setores e pasteurizando a programação pelos modelos de sucesso de audiência, na busca de alguma atenção popular, por exemplo. De outro, a força do rádio como um veículo confiável e de credibilidade, ao menos na prestação de serviços, construída ao longo das oito décadas no Brasil, atrai a atenção de políticos que aceitam concessões de emissoras como moeda de troca palaciana²¹, freqüentemente transferidas em pouco tempo, para empresários do

²¹ O governo Lula aprovou 110 concessões de emissoras educativas, sendo 29 televisões e 81 rádios, sendo sete televisões e 29 rádios para fundações de grupos políticos. O governo Fernando Henrique Cardoso autorizou 239 rádios FM e 118 televisões educativas, sendo que destas 13 foram para políticos. O último presidente do regime

ramo ou, em outros casos, implantadas e desenvolvidas com fito propagandístico-eleitoreiro. Um atrativo a mais é o baixo investimento necessário à instalação e manutenção de uma emissora em comparação com outros veículos de massa, como televisão e jornal.

A realidade atual do rádio, no entanto, tem raízes antigas e profundas, remontando à própria evolução da humanidade. Comunicar-se de algum modo e de alguma forma foi sempre uma necessidade natural à segurança do indivíduo e do grupo ao qual pertence. O desenvolvimento do pensamento humano tem, em suas origens, o desejo do homem de apreender o real.

As teorias da representação [...] nos falam do surgimento da consciência no homem e da sua capacidade de representar, tornando presentes, por meio de estruturas cognitivas, os objetos e as experiências ausentes à percepção momentânea do ser, o que inaugura o caráter duplo do ser humano, inscrevendo-o a partir de então numa dupla realidade: a da percepção e a da representação, ambas inseridas e amalgamadas ao que o homem passa a considerar como real.(CONTRERA, 2004, p.16-16)

O homem necessita modificar a natureza, numa ação coletiva, adequando-a ou transformando-a conforme seus diferentes interesses objetivos e subjetivos. Desenvolvendo técnicas, expressa o que vê ao seu redor, com pinturas em cavernas, com inscrições e marcas no corpo, cria e dissemina linguagens por meio da educação, inventa mecanismos para comunicação à distância quer em tempo real, como a fumaça de fogueiras habilmente modelada, quer em tempo virtual, por meio de marcas deixadas numa trilha ou cartas, quer num tempo moderno, real-virtual, onde predominam os veículos eletrônicos, como televisão e internet.

Assim, o experimento tecnológico orientado à comunicação sempre esteve entre as prioridades da criatividade humana. À segurança e à representação, soma-se uma terceira prerrogativa: a economia. O relacionamento comercial incorpora a necessidade de informações

precisas e rápidas. A velocidade do estafeta a pé é aperfeiçoada com a criação de uma estrutura de correio montado, com postos de troca de animais funcionando a distâncias regulares, por exemplo. O som dos disparos de canhões, deslocando-se à velocidade de 340m/seg, superava qualquer cavalo para alertar à população santista, concentrada no bairro do Valongo, o iminente ataque de piratas que navegam pelo canal de Bertioga. (Cf. SECOMANDI, 2005)

Os tipos móveis de chumbo inventados por Johannes Gutenberg, em 1456, impulsionam a indústria tipográfica, possibilitando um melhor aproveitamento do papel, maior agilidade e qualidade no processo de impressão e conseqüentemente, o barateamento do impresso. Em decorrência, a reprodução de livros e a produção de jornais popularizam-se, democratiza-se a difusão do conhecimento. O invento seguinte, nessa seqüência de modernização, foi a linotipo de Ottmar Mergenthaler, apresentado em 1892 e responsável por imediata revolução na indústria tipográfica e na educação.

A invenção do rádio, veículo que interessa a esse estudo, tem desenvolvimento semelhante a partir das pesquisas sobre magnetismo, uma curiosidade científica que mobilizou muitos pesquisadores e provocou algumas curiosas explicações. Numa cronológica linha do tempo, credita-se a Benjamin Franklin e aos seus estudos sobre a eletricidade, em 1753, um papel pioneiro entre os que contribuíram para o surgimento dos veículos eletrônicos de comunicação. Importante destacar a invenção do telégrafo com fios, pelo norte-americano Samuel Morse, entre 1832 e 1837, que “intercalava impulsos elétricos breves e longos que correspondiam, respectivo, a pontos e traços de acordo com um código que passou à história com o nome de seu inventor” (FERRARETTO, 2001, p.81) e do telefone, por Alexander Graham Bell, em 1876,

aparelho no qual as vibrações da voz humana são transformadas em um fluxo de eletros e recompostas, na seqüência, na forma de som. Assim, ao falar, uma pessoa faz vibrar uma membrana metálica colocada junto a um pequeno

recipiente repleto de carbono granulado submetido a uma corrente elétrica. [...] Na outra ponta, a do receptor, dá-se o processo inverso. (FERRARETTO, 2001, p.81)

Professor de Física da Universidade de Cambridge, James Clerk Maxwell, em 1873, elaborou a teoria de que as ondas eletromagnéticas propagavam-se no espaço vazio, sem precisarem de um condutor sólido. Baseado nessa teoria, o físico alemão Heinrich Rudolf Hertz, em 1887, construiu um circuito elétrico que comprovava existirem ondas magnéticas que viajavam pelo ar à velocidade da luz: 300 mil quilômetros por segundo. Em seguida, aparecem o francês Edouard Branly, em 1890, com o coesor, aparelho que na presença de ondas hertzianas permite a passagem de corrente elétrica, e o britânico Oliver Lodge que, em 1894, demonstra a transmissão de ondas eletromagnéticas. (Cf. FERRARETTO, 2001,p.81-82)

Filho de família abastada, o italiano Guglielmo Marconi dedicou-se aos estudos desde pequeno e acabou por interessar-se pelas perspectivas mercadológicas que as pesquisas sobre eletromagnetismo sugeriam. Idealizava transmitir sinais sonoros através do espaço, utilizando o circuito elétrico criado pelo físico alemão Heinrich Hertz. Embora muito se questione sobre o ineditismo²² do trabalho de Marconi, não se pode negar que ele investiu muito tempo e dinheiro buscando transmitir sinais à distância sem utilização de fios condutores. Em 27 de julho de 1896, realizou a primeira demonstração pública confirmada de radiotelegrafia (ou telégrafo sem fio), na Grã-Bretanha²³. Anteriormente, tinha realizado demonstrações em sua residência, Villa Grifone, nas cercanias de Bolonha, Itália. (Cf. FERRARETTO, 2001,p.82-83)

²² As primeiras experiências de radiodifusão no Brasil aconteceram na cidade de Campinas, São Paulo, em 1892, pelo padre Roberto Landell de Moura, que havia inventado uma válvula amplificador de três eletrodos, capaz de projetar a voz humana através do espaço. Em 1894, ele realizou nova experiência, transmitindo sons do alto da Avenida Paulista para o bairro de Santana, distante oito quilômetros em linha reta. Incompreendido aqui no Brasil, somente conseguiu patentear seu invento em 1900, quatro anos depois de Marconi! Reivindica-se hoje a primazia na invenção do rádio para ele.

²³ Marconi enviou mensagens em Código Morse, à velocidade de 20 palavras por minuto, da cidade de Dover, na Inglaterra, a Viemeux, na França, distantes cerca de 23 quilômetros.

O novo invento atraiu de imediato a atenção do governo britânico, controlador de grande frota de navios. A invenção significava maior segurança no transporte marítimo. O rádio começou a ser utilizado pelo transporte naval para manter contato com a terra. Dono das patentes, Marconi passou a atuar além da Inglaterra, nos Estados Unidos, onde fundou a *American Marconi Company*, e em diversos países europeus.

Em 1906, surgiram as primeiras experiências utilizando receptores de galena²⁴. O cientista Lee de Forest inventou uma válvula – o tríodo – capaz de sintetizar a voz humana. Utilizando esse novo equipamento, Reginald Fessenden e Ernest Alexandersom, no mesmo ano, realizaram a primeira transmissão de voz sem fios, comprovando a radiotelegrafia. O rádio começou a popularizar-se e a mostrar sua importância. Em abril de 1912, o naufrágio do transatlântico *Titanic*, que matou 1.517 pessoas, é um exemplo. O russo naturalizado norte-americano, David Sarnoff, operando um rádio sem fio na loja Wanamaker, em Nova York, ajudou a salvar centenas de vidas, irradiando o ocorrido e pedindo ajuda.

O rádio como meio de comunicação de massa, no entanto, vai surgir somente em 1916, no Estados Unidos, reunindo dois personagens de empresas concorrentes (Cf. FERRARETTO, 2001, p.88ss). O primeiro foi o já citado David Sarnoff, que trabalhava na *Marcony Company*. Em memorando à direção da empresa, sugere a conversão do rádio em um meio de entretenimento doméstico como o piano ou o fonógrafo, a caixa de música radiotelefônica. A sugestão foi arquivada. Quatro anos depois, após a saída de Guglielmo Marconi da empresa, por pressão do governo norte-americano, e a transformação desta em *Radio Corporation of América* (RCA), ele reapresentou a proposta, sem sucesso. Sarnoff, que anos depois se tornou diretor da empresa, é considerado um dos responsáveis pelo desenvolvimento do rádio no mundo.

²⁴ Esse receptor era formado por um fragmento de sulfeto de chumbo natural – o cristal de galena – e um par de fones de ouvido.

Mais do que isso, Sarnoff, mesmo sem viabilizar sua idéia pioneira, assinalou uma mudança de mentalidade:

No princípio, [o rádio] nasceu como um *meio de comunicação bidirecional*. Sua função era servir como elo de ligação entre dois sujeitos fisicamente afastados que precisavam estar em constante comunicação. A transmissão e a recepção atuavam entre os dois, havendo comunicação propriamente dita entre ambos. Em 1916, David Sarnoff intuiu a possibilidade de transformar o rádio em um *meio de comunicação massiva*. Os avanços tecnológicos tornaram possível que o rádio perdesse sua bidirecionalidade constituindo-se em um *meio de comunicação massiva unidirecional*. (GIL apud FERRARETTO, 2001, p.88)

Em outra perspectiva, o rádio original, de Marconi, somente permitia comunicação em tempo real, enquanto a versão de Sarnoff insere o veículo no tempo real/virtual.

O segundo personagem da criação da radiodifusão trabalhava na *Westinghouse Electric and Manufacturing Company*. Em 1920, Frank Conrad, um técnico apaixonado por rádio, montou uma estação transmissora na garagem de sua residência, em Wilkinsburg, na Pensilvânia. De lá, lançou as bases empresariais do novo negócio. Transmitia música e descobriu que havia ouvintes, sendo que muitos construía seus próprios rádios de galena. Para sustentar uma programação regular, obteve o apoio de uma loja de discos em troca de divulgar o estabelecimento no ar.

A popularidade do programa de Conrad refletiu-se no aumento da venda de receptores fabricados pela *Westinghouse*, o que beneficia e muito a empresa, que necessitava desenvolver novos produtos para atender sua capacidade de produção, após o fim da Primeira Grande Guerra, em 1918. Assim, fechando o ciclo, a empresa decidiu criar, também em 1920, a primeira emissora norte-americana, na cidade de Pittsburgh. “Em 2 de novembro de 1920, [...] nascia com a KDKA oficialmente a indústria de radiodifusão, no sentido de produção e transmissão de conteúdos, um novo campo para investimento de capital”. (FERRARETTO, 2001, p.89).

Na França, a primeira emissora oficial, a Radiola, começa a transmitir em 1922. Em 1923, Bélgica, Tchecoslováquia, Alemanha e Espanha tomam contato com o rádio. Em 1924 é a vez da Itália e da Finlândia; em 1925, México e Polônia; em 1926, Japão e Índia. Também neste ano, surge, na Inglaterra, a *British Broadcasting Corporation* (BBC).

No Brasil

Quer pelo manifesto e conhecido interesse científico do Imperador Dom Pedro II, que chegou a freqüentar feiras internacionais e conheceu Graham Bell, quer pela educação da elite brasileira ocorrer além-mar, na Europa, quer pelo papel comercial importante que desempenhava no século XIX, em especial no mercado do café, o fato é que o Brasil acompanhou muito de perto a evolução do rádio e sua transformação em veículo massivo. Em 6 de abril de 1919, começa a funcionar a Rádio Clube de Pernambuco, instalada na cidade de Recife, dedicando-se, no entanto, à telegrafia sem fio. Investe na radiodifusão somente a partir de 17 de outubro de 1923.

Esse investimento tardio é o motivo pelo qual considera-se que o rádio é inaugurado no Brasil em 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência. Foi organizada uma Feira Mundial, no Rio de Janeiro e a empresa norte-americana *Westinghouse* instalou um transmissor de 500 watts no alto do Corcovado e 80 receptores no espaço do evento. As primeiras transmissões foram a do discurso do presidente Epitácio Pessoa e de óperas.

Os historiadores consideram, como início da radiodifusão no Brasil, a inauguração da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1923. A emissora foi fundada por Edgard Roquette Pinto e Henry Morize. Ao contrário do pensamento que norteou o rádio norte-

americano, voltado ao entretenimento e posteriormente, ao jornalismo, a orientação de Roquette Pinto e Morize, dois educadores ligados às Ciências, era educacional. Imaginavam educar o Brasil por meio das ondas do rádio.

Pode-se dividir a história do rádio brasileiro em décadas. Nos anos 20, as emissoras organizavam-se em clubes ou sociedades e mantinham-se com mensalidades pagas pelas pessoas que possuíam receptores de galena. A programação era voltada à elite, não se caracterizando como um entretenimento de massa.

A partir do início da década de 30, o rádio sofre transformação radical, com a permissão federal para uso da publicidade. A introdução de comerciais ou reclames transfigura imediatamente o rádio: o que era erudito, educativo, cultural transforma-se em popular, voltado ao lazer e à diversão. As emissoras trataram de se organizar como empresas e a disputar mercados, investindo na contratação de artistas e produtores.

Destaca-se o talento empreendedor de um pioneiro vendedor de aparelhos de rádio da marca Phillips, Ademar Casé. Ele vendeu tanto e tanta confiança inspirou à empresa que, em 1932, esta patrocinou o primeiro programa de horário comprado do rádio brasileiro, o Programa Casé, que contribuiu para estabelecer os novos padrões de produção do rádio. O modelo brasileiro, amadorístico e improvisado, não interessa mais ao novo negócio. A inspiração virá dos Estados Unidos, criando-se roteiros para os programas, contratando-se artistas em regime de exclusividade, realizando-se ensaios com o objetivo de oferecer-se entretenimento de qualidade aos ouvintes.

O período é de extrema criatividade e construção da história: cria-se o primeiro jingle²⁵, descobre-se a força do veículo como mobilizador político²⁶, surge o gênero esportivo com as

²⁵ O primeiro jingle brasileiro, datado de 1932, foi elaborado por Casé e Antônio Nássara, para a Padaria Bragança. “Oh! Padeiro desta rua/ tenha sempre na lembrança, / não me traga outro pão/ que não seja o pão Bragança!”.

narrações de Nicolau Tuma, o *speaker-metralhadora*. Em 1935, a Rádio Kosmos, de São Paulo, cria o primeiro auditório e, a partir daí, vulgarizam-se as transmissões com a participação do público. O presidente Getúlio Vargas, por meio do Departamento Oficial de Propaganda – DOP, determina em 1934, a criação do programa oficial “A Voz do Brasil”, que está no ar até hoje. E, quase fechando a década, um fato que, embora já comum àquela época - a inauguração de uma nova emissora - , iria mudar o destino da radiodifusão no País: às 21 horas do dia 12 de setembro de 1936, um gongo soou três vezes e, a seguir, a voz de Celso Guimarães anunciou: “Alô, Alô Brasil! Está no ar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro”. Começava a transmitir a emissora que dominaria a cena nos 25 anos seguintes e acabaria por tornar-se a maior lenda do rádio brasileiro.

Os “anos de ouro” do rádio brasileiro ocupam os anos 40 e metade dos anos 50. Pode-se afirmar que o ponto de partida é a encampação da Rádio Nacional, pelo governo de Getúlio Vargas, em 1940, mas também é correto entender que essa encampação ocorre no contexto de aproximação com os Estados Unidos, num momento em que a Segunda Guerra Mundial já começava na Europa. Sob orientação de Victor Costa, a emissora²⁷ tornou-se o centro da vida brasileira, solidificando o conceito do rádio como entretenimento familiar, dotado de credibilidade e confiança junto aos ouvintes, construindo assim um mundo hollywoodiano tupiniquim. Outras emissoras, como Record, Mayrink Veiga e Tupi, por exemplo, eram apenas

²⁶ O rádio foi usado pela primeira vez, como forma de convocar e animar o povo paulista na Revolução de 1932, destacando-se o jovem César Ladeira.

²⁷ Em meados dos anos 50, a gigantesca organização valia-se de 10 maestros, 124 músicos, 33 locutores, 55 rádio-atores, 39 rádio-atrizes, 52 cantores, 44 cantoras, 18 produtores, 13 repórteres, 24 redatores, quatro secretários de redação e cerca de 240 funcionários administrativos. Com seis estúdios, um auditório de 500 lugares, operando com dois transmissores para ondas médias (25 e 50 KW), e dois para ondas curtas (cada um com 50KW), conseguindo cobrir todo o território e até o exterior com seu sinal que chegava a atingir a América do Norte, a Europa e a África.(Cf.FERRARETTO, 2001, p.114)

concorrentes comerciais, não em termos de oferecerem projetos culturais diferenciados.

Ferraretto (2001, p.112) explica como isso ocorreu:

O início da fase do apogeu do rádio ocorre ao mesmo tempo em que o Estado Novo aproxima-se dos Estados Unidos, país, cuja programação radiofônica, via ondas curtas, inspirava os profissionais brasileiros desde a década anterior. No plano das relações internacionais, já em 1939, durante a 8ª Conferência Pan-Americana, em Lima, eram oferecidos empréstimos para que o Brasil saldasse a dívida externa com os credores ingleses e franceses, além de US\$ 50 milhões em produtos americanos. A contrapartida viria na forma de facilidades à entrada de empreendedores daquele país no mercado nacional.

Com o objetivo de romper os laços econômicos entre algumas nações da América Latina e a Alemanha Nazista, um ano depois, durante a Conferência de Havana, os EUA lançam a sua Política de Boa Vizinhança. Fica facilitada assim, a penetração norte-americana, com o *star system*²⁸ hollywoodiano ganhando um sucedâneo nacional nas grandes emissoras radiofônicas, na indústria fonográfica e nos estúdios cinematográficos da Cinédia e da Atlântida.

Em 1941, a Rádio Nacional transmitiu a primeira radionovela, “Em Busca da Felicidade”, um dramalhão assinado pelo cubano Leandro Blanco e dividido em 284 capítulos durante quase dois anos de transmissões. Ainda neste ano, surgiu o “Repórter Esso”, exatamente às 12h45 do dia 28 de agosto, que vai ditar as regras de redação jornalística para o rádio, base da linguagem radiofônica ainda em vigor. Além das novelas e do humor, o rádio brasileiro apostava no sucesso das cantoras e cantores. Vicente Celestino, Francisco Alves, Orlando Silva, Lupicínio Rodrigues, Dircinha e Linda Batista, Aurora e Carmen Miranda, Emilinha Borba, Marlene, Ângela Maria, Dalva de Oliveira, são alguns dos muitos nomes que viveram os anos de ouro. Ou seja, havia um modelo brasileiro de programação radiofônica cada vez mais generalizada. Programas de auditório, novelas, esporte, muito humor e algum jornalismo eram os ingredientes básicos do rádio como meio massivo que se implantara no Brasil. Como parceiro necessário à construção midiática dessa nova sociedade brasileira baseada no advento da indústria cultural, o cinema produz intensamente as chamadas chanchadas: uma estória simples servindo de fio condutor para

²⁸ Segundo definição de FERRARETTO(p.112), “sistema de identificação, consolidação e promoção dos chamados astros e estrelas dentro do mercado de produtos culturais”.

a exibição de números musicais. O público tem a oportunidade de ver os artistas que ouve no rádio. E a indústria fonográfica prensa as músicas de sucesso, estimulando o consumo de discos. Por meio das ondas da Rádio Nacional, “o sonho do *american way of life* foi transferido para a América Latina” (FERRARETTO, 2001, p. 116).

A chegada da televisão do Brasil, em 1950, pelas mãos do empresário de comunicação, Assis Chateaubriand, dono dos Diários e Emissoras Associadas, vai incomodar e ameaçar o rádio. Primeiro, os principais talentos do rádio são atraídos para trabalhar no novo sistema de comunicação. Depois, são as verbas publicitárias que migram também. Em 1958, a Rádio Nacional fecha seu auditório, encerrando em definitivo, a fase áurea do rádio brasileiro. A própria emissora entra em rota de decadência, principalmente porque seu projeto de ter uma emissora de televisão acabou abortado pelo presidente Juscelino Kubishek, pressionado por Chateaubriand, que temia a concorrência..

A partir dos anos 60, o rádio sofre profundas alterações para não morrer. As principais alterações são: surgimento dos *disk-jockeys* e dos programas à base de discos; introdução dos serviços de utilidade pública; investimentos no radiojornalismo. Um enorme impulso nessa reestruturação e que permite uma nova e boa fase para o rádio é um invento americano que os japoneses massificaram: o transistor. Com isso, os aparelhos de rádio foram reduzidos de tamanho, tornando-se um meio individual.

No entanto, o período é marcado pela conturbada política nacional, cheia de reviravoltas, tentativas de golpe e golpe propriamente dito. A renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, irá demonstrar que o rádio continuava presente na vida do brasileiro e que tinha força de mobilização política. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, comandou ampla movimentação pelo rádio, num movimento nacional que ficou conhecido como a “Rede da Legalidade”, defendendo o direito de Jango Goulart, vice de Jânio e que estava fora do país,

retornar em segurança e tomar posse. A pressão foi vitoriosa, mas Brizola não foi convidado para a cerimônia de posse do novo presidente.

Em 31 de março de 1964, os militares colocam em movimento o golpe que iria afastar Jango do poder e tomam o governo por mais de duas décadas. A Rádio Nacional, considerada um reduto de comunistas, graças à delação de César de Alencar, entre outros, é invadida por tropas militares, são realizadas prisões e posteriormente, afastamentos²⁹. “Já nos primeiros momentos do Regime Militar, a repressão voltou-se contra as rádios que haviam ensaiado algum tipo de resistência” (FERRARETTO, 2001, p.150). O endurecimento do regime após 1968 impõe severa censura aos meios de comunicação, sem distinção. Passa a imperar a autocensura em muitos veículos, em particular os eletrônicos, uma vez que as concessões são a título precário e o governo federal pode cassá-las. Por outro lado, a verba publicitária governamental é um importante instrumento de sedução nas mãos dos militares, principalmente para muitas emissoras de pequeno porte, pois representa significativa parcela do faturamento mensal.

Nos anos 70, os militares criam a Empresa Brasileira de Radiodifusão, a Radiobras, com o objetivo de garantir a integração nacional. Também é dessa época a implantação, por rádio e TV, de “programas de ensino à distância em uma espécie de respostas aos movimentos de educação popular anteriores ao golpe militar” (FERRARETTO, 2001, p.162). Ao mesmo tempo, o período marca a reestruturação do rádio, com a entrada em funcionamento das primeiras emissoras brasileiras de Frequência Modulada (FM), tecnologia essa desenvolvida em 1939 nos Estados Unidos. Com programação quase que exclusivamente musical, acabam atraindo e identificando-se com o público jovem.

Nos anos 80, o cenário político é de abertura, o que vai ocorrer em 1985. Aumenta a pressão pela liberdade de informação. A radiodifusão muda com a utilização de satélites de

comunicação. A primeira rede a utilizar o sistema é a Bandeirantes AM, em 1982, para transmitir o radiojornal *Primeira hora*.

Em 1985, o país passa a contar com um satélite próprio de comunicações, o Brasilsat A1. Com o A2 lançado no ano seguinte. Conforma-se um sistema nacional de telecomunicações via satélite. O segundo passo foi anunciado pela Embratel [...] em 1989. A empresa oferecia um novo serviço, o Radiosat, que começava a modificar o quadro da radiodifusão sonora no país. (FERRARETTO, 2001, p.166)

Essa inovação vai possibilitar a implantação de redes via satélite com excelente qualidade de áudio, integrando emissoras das capitais com outras, de pequeno porte, do Interior. Em 1998, dez anos depois, a radiodifusão comercial contava com 10 redes nacionais, sendo sete a partir de São Paulo, duas a partir de Porto Alegre e uma a partir de Belo Horizonte (Cf. FERRARETTO, 2001, p.167). Essas redes se adequam a uma nova proposta comercial, qual seja, a segmentação em busca de nichos mercadológicos. Embora fosse uma novidade surgida no período, essa tendência acentua-se a partir de então.

Outra tendência que começa a ser seguida, aproveitando o interesse por noticiários provocado pelas mudanças políticas e econômicas, foi o jornalismo 24 horas. A Jornal do Brasil AM, do Rio de Janeiro, adota o modelo norte-americano *all news*, que significa uma programação exclusivamente noticiosa, de 1980 a 1986. A Rádio Gaúcha adota a proposta em 1983 e obtém sucesso, inspirando outras organizações que criam a Central Brasileira de Notícias, a CBN, em 1991. (Cf. FERRARETTO, 2001, p.172 ss)

O rádio brasileiro, apesar de sua fragilidade econômica, continua a interessar por sua força popular, facilidade de acesso e linguagem fácil, apoiada em credibilidade e confiança junto ao público. Assim, o governo federal integra as emissoras educativas de rádio e de televisão, em 1982, criando no ano seguinte o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa. A idéia era

²⁹ Foram 67 afastamentos e outros 81 funcionários passaram a ser investigados.

possibilitar que todas as emissoras produzissem programas de qualidade e que fosse criada, a partir daí, uma programação integrando essa produção. Além disso, cresce o número de emissoras nas mãos de políticos, em especial no Governo de José Sarney. “No total, a administração Sarney distribuiu 1.028 concessões de emissoras de rádio (AM e FM) e de televisão – 30,9% dos canais existentes na época” (MOREIRA *apud* FERRARETTO, 2001, p.180). Outro segmento que passou a crescer nesse período é o chamado messianismo radiofônico, a partir da ação das igrejas evangélicas³⁰.

A partir dos anos 90, o rádio brasileiro sofre um processo de “democratização”, com o surgimento das rádios comunitárias, apoiadas na Lei nº 9612, de 19 de fevereiro de 1998, tema que trataremos adiante. E de 1996 para cá, as novidades são a transmissão de rádio via Internet, criando um meio híbrido que mistura o conceito de banco de dados com a transmissão de áudio, em tempo real ou não, além de apropriar-se das possibilidades oferecidas pela imagem, e o rádio digital, que além de melhorar a qualidade do som, ainda permitirá a transmissão de informações em um display no aparelho receptor. A questão aqui é o sistema a ser adotado pelo Brasil, discussão que movimenta inúmeros setores da sociedade. A tendência do governo é escolher o padrão japonês.

Em Santos, desde 1924

Cidade portuária, próxima a capital de São Paulo, Santos destacou-se como pólo econômico, político e cultural no Estado e no País, apesar dos inúmeros problemas que enfrentou

³⁰ Em 1997, a presença cristã na radiodifusão dividia-se da seguinte maneira: Igreja Católica, 181 emissoras; Igreja Batista, 100; Igreja Universal do reino de Deus, 70; Igreja Adventista do Sétimo Dia, 21; Igreja Assembléia de Deus, 12; Igreja Renascer em Cristo, 6; Igreja do Evangelho Quadrangular, 4. (LOBATO *apud* FERRARETTO, 2001, p.184.

por conta de sua condição geográfica, somente solucionada quando da vinda do médico sanitariano Saturnino de Brito, responsável por amplo projeto de saneamento da Cidade, por meio da construção de canais.

Com destacado papel no ciclo do café, sediando inúmeras casas exportadoras, uma bolsa do café e um porto em expansão, Santos necessitava de mecanismos ágeis de informação. O telégrafo, o telefone e o rádio-telégrafo, por exemplo, foram meios que chegaram à cidade no início do século XX. Não é de se estranhar, então, que a primeira emissora de Santos e do litoral paulista foi fundada no dia 26 de dezembro de 1924, a Rádio Clube de Santos (PRB-4), por iniciativa de Paulo Suplicy, Frederico Magalhães Hafers e Max Valdez, todos empresários do setor cafeeiro. A inauguração oficial se deu em 4 de abril de 1926. O radioamador, Hermenegildo da Rocha Brito, também ele um homem do café e fascinado pela modernidade, assumiu a presidência da sociedade em 1927, cargo em que ficou por mais de 60 anos³¹.

A Rádio Clube acompanhou o desenvolvimento do rádio no Brasil, sendo pioneira em diferentes momentos como, por exemplo, quando participou da criação da rede Verde-Amarela, responsável pela primeira transmissão de uma Copa do Mundo de Futebol, em 1938. Foi a responsável pela introdução de várias inovações, que influenciaram o rádio brasileiro, atribuídas à engenhosidade de Brito que mantinha, em sua residência, amplo escritório para a produção de programas. Entre elas, a utilização do sistema picape (pick-up) para a transmissão de músicas gravadas em discos. Vários artistas de renome nacional iniciaram a carreira na Rádio Clube: Cacilda Becker, Leny Heversong, Zezé Lara, Renata Fronzi, Vicente Leporace e Araken Patusca.

³¹ Após sua morte, em 1992, a emissora, controlada por Edson Arantes do Nascimento, Pelé, foi vendida a uma empresária de Santos. Posteriormente, ela repassou-a para a Igreja Universal do Reino de Deus. A sede da Rua José Caballero, 60, no bairro do Gonzaga, inaugurada nos anos 30, foi vendida e demolida, sendo construído no local um moderno flat. O estúdio foi transferido para um majestoso templo da igreja, situado à Avenida Ana Costa, em Santos.

Em 1942, apresentou sua primeira radionovela, “A Damazinha de Prata”, adaptada por uma funcionária da emissora.

Em 23 de dezembro de 1934, nasceu a PRG-5, Rádio Atlântica³², conhecida como a “Dinâmica”. A emissora, com uma programação de forte apelo popular, desenvolvia campanhas filantrópicas: a coroa de ouro e o manto de pedras preciosas da imagem de Nossa Senhora do Monte Serrate ,padroeira da Cidade, foram conseguidas graças as contribuições dos ouvintes. A programação esportiva da emissora também era ponto forte, destacando-se o trio de locutores Ernani Franco, Pedro Luís e Gracioso Filho.

Em 17 de outubro de 1946, Paulo Jorge Mansur criou a Sociedade Rádio Cultura São Vicente, atual Cultura AM. Em 1955, era fundada a Rádio Universal AM. No dia 25 de maio de 1956, era inaugurada a Rádio Difusora Cacique AM. Em 31 de julho de 1961, entrava no ar a Rádio A Tribuna AM.

Na década de 70, Santos seguiu a tendência nacional e passou a contar com emissoras FMs, sendo Guarujá, Cultura e Tribuna as primeiras. Hoje, a Rádio Cultura já conta com equipamento digital de transmissão e na região, que abrange nove cidades³³, há cerca de 40 emissoras comunitárias, a quase totalidade sem o devido registro, e emissoras educativas, sendo uma delas de orientação católica, sediada em Praia Grande. Há vários programas pela Internet, sendo alguns experimentais, como a Metrópole Web Rádio, projeto de pesquisa científica da UniSantos, implantado em 2000, em desenvolvimento no curso de Jornalismo.

Esse pálido cenário histórico da radiodifusão em Santos e cidades vizinhas ilustra com bastante clareza a potencialidade latente em 1954, quando a Sociedade Visconde de São

³² Hoje, a emissora pertence a uma rede evangélica de radiodifusão.

³³ A Baixada Santista é formada por: Santos (sede da região administrativa), Cubatão, São Vicente, Guarujá, Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe.

Leopoldo decidiu criar o curso de jornalismo, já incluindo em seu currículo a disciplina de radiojornalismo.

A educação no rádio popular: de Roquette Pinto às ondas comunitárias

Antes do dramaturgo alemão Bertold Brecht, o brasileiro Roquette Pinto, responsável pela implantação do rádio no País e fundador da primeira emissora nacional, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, já definia o papel educador do novo veículo de comunicação que, àquela época, nem era de massas, era de elite, uma vez que os receptores de galena eram poucos e custavam caro.

Por conta disso, o rádio brasileiro dedicou-se, em sua primeira década, à Educação. Trechos de óperas, poesia, canto e acalorados debates eram a tônica da programação. Nos anos 30, ao tornar-se um ótimo negócio para empresários e políticos, o rádio muda o tom dos programas, o erudito cede o lugar ao popular e o pensamento educacional de Roquete Pinto parece fadado ao desterro.

A história do rádio mostra, no entanto, outro rumo. Ao participar do cotidiano das cidades, o rádio interfere na formação do cidadão, em todos os sentidos. Não se nega, por exemplo, a força da locução de César Ladeira na Revolução de 1932. Tanto que o governo federal vai estimular a transmissão radiofônica de partidas de futebol, limitando em contrapartida, o discurso político (SOARES, 1994). Na prática, muitos são os exemplos de que Educação e Rádio formam um binômio de significativa importância para a formação da cidadania. Só que sempre se apoiando no processo da comunicação, que estabelece Emissor e Receptor em posições opostas, cujo único contato permitido é na forma de “resposta ao estímulo”.

As emissoras de rádio (e os demais meios de comunicação de massa) sempre mantiveram o cidadão numa postura passiva de receptor, em termos de interação. Sua participação é pequena

e controlada pelo emissor. Ou então, utilizada como um instrumento de marketing, para manter a audiência do programa. E não tem sido por falta de vontade: um sem-número de exemplos comprova a intenção e a disposição do ouvinte em tornar-se autor, como as chamadas rádio-piratas, surgidas na Grã-Bretanha nos anos 50 e que começaram a aparecer no Brasil a partir de 1970, segundo os registros mais antigos³⁴.

A luta pela democratização da informação, pela liberdade de acesso aos meios de produção cultural de massa, tem no rádio seu principal instrumento. Por suas peculiaridades técnicas e sua popularidade, o rádio acabou sendo utilizado intensamente nesse processo, que é mundial, por diferentes atores sociais e políticos. Conforme Nunes (1995), o movimento iniciado na Inglaterra do pós-guerra, recebeu a denominação “pirata” pois as primeiras emissoras foram instaladas em navios, para fugirem à repressão policial inglesa. A intenção do movimento era enfrentar o monopólio da estatal BBC (*British Broadcasting Corporation*). Nos anos 70, as rádios não autorizadas passaram a ser denominadas ‘livres’ e ficavam em terra firme. A ação começa a frutificar na Itália, onde o Estado controla o Rádio e a Televisão, a partir de 1974. Em Bolonha, na Itália, terra natal de Guglielmo Marconi, no ano de 1976, surge a Alice, considerada a mais influente e importante desse movimento, reunindo intelectuais, estudantes e artistas e criando uma nova linguagem.

No Brasil, existem exemplos emblemáticos dessa realidade em busca de espaço no mundo midiático, dominado pelas grandes corporações. A Reversão, da Zona Leste de São Paulo, a Novos Rumos, de Queimados, na Baixada Fluminense, RJ, e a Paulicéia, de Piracicaba, interior de São Paulo, são “três rádios livres que revolucionaram a comunicação em suas bases sociais e que foram, as três, fechadas pela repressão policial em seu melhor momento, que é quando

³⁴ A Rádio Paranóica funcionava em Vitória, Espírito Santos, em 1971, dirigida pelo estudante Eduardo Lima Ferreira, de 16 anos. Ele foi detido no dia 2 de fevereiro daquele ano e a emissora teve seus equipamentos

conseguem fazer do transmissor um instrumento público da população local, em busca de elevar a qualidade de vida” (NUNES, 1995).

Decorrente de um movimento cultural diversificado existente na Vila Ré, na zona leste de São Paulo, em 1975, a Rádio Reversão começa a operar em 1988, em 106.7 MHz, na faixa de FM - Frequência Modulada, objetivando transmitir a produção que não encontra espaço nos veículos comerciais. O coordenador, Léo Tomaz, defende a idéia de tratar-se de uma tribo urbana que fala para si mesma e não para o Brasil. Foi fechada em 9 de abril de 1991, tendo seus equipamentos apreendidos pela Polícia Federal e por agentes do Departamento Nacional de Fiscalização das Comunicações, antigo Dentel. Em 1993, Tomaz é inocentado, com base na nova Constituição. Consegue na justiça o direito de continuar operando a Reversão, feito este considerado fundamental ao crescimento quase instantâneo das rádios comunitárias.

Com a intenção de organizar a comunidade de Queimados para transformar a localidade em um novo municio do Rio de Janeiro, buscando com isso uma melhoria na qualidade de vida, um pequeno grupo de pessoas ligadas ao bairro, à Igreja Católica e a diversos partidos políticos decidiu criar, em 1990, uma emissora experimental, de 20 watts, na frequência 106.7 MHz de FM, com 20 Km de raio de alcance. Surge a Novos Rumos, que passou a enfrentar problemas com a Polícia Federal a partir do ano seguinte.

A Rádio Livre Paulicéia, de Piracicaba, cidade do Interior de São Paulo, começou como parte de um amplo mutirão de solidariedade abrangendo quatro bairros do município. A intenção era manter as comunidades informadas e motivadas, para dinamizar o trabalho coletivo. O resultado estimulou a permanência da iniciativa, mesmo após o fim do mutirão, e as transmissões começam em 14 de julho de 1990, na frequência 98.1 mHz de FM. Mesmo contando com apoio

formal da prefeitura daquele município, a emissora é invadida pela Polícia federal de Campinas, em 03 de abril de 1992, tendo seus equipamentos e discos apreendidos.

Evidencia-se que, historicamente, a luta que hoje se trava pela criação de uma sociedade midiática que abra espaço a todas as manifestações culturais, pelo fim do direito autoral e pela implantação dos *commons rights*³⁵, principalmente após o advento da informática e da rede mundial de computadores, a WEB, tem raízes nos anos 70 e 80, no movimento das rádios livres. E prossegue nas ondas comunitárias.

As comunitárias, ideologicamente concebidas para atuarem interativamente em suas áreas de recepção, são capazes de provocar uma ruptura no atual modelo de comunicação, guindando o receptor à condição de um interlocutor privilegiado no processo.

Estamos diante de um receptor que, ao tornar-se emissor, torna-se autor de seu próprio processo de aprendizagem da cidadania!

Por outro lado, ao tornar-se emissor, este receptor acaba produzindo uma nova linguagem baseada em sua experiência de ouvinte e na sua prática coloquial, distinta da linguagem radiofônica ensinada nos cursos de Comunicação Social e exercitada nas emissoras convencionais.

Se a linguagem é alterada, o produto resultante (o programa em si) é alterado e a recepção também é alterada. Essa alteração não tem juízo de valor (bom, mau, certo, errado), mas traz a qualidade do novo que subverte a linguagem tradicional dos diversos gêneros de programas radiofônicos: musicais, educativos, de variedades e jornalísticos.

³⁵ A expressão designa o compartilhamento dos direitos autorais, ou seja, ao contrário de proibir qualquer reprodução, o autor ou a empresa detentora dos direitos autoriza a reprodução em algumas situações, como pela Internet, por exemplo.

O receptor-emissor, como autor de uma mensagem nova em termos de técnica de produção e de conteúdo, é também autor de uma nova linguagem, uma linguagem de cidadania, que terá um impacto diverso daquele que seria obtido pelo modelo tradicional, junto ao receptor.

“A comunicação pressupõe a existência de um repertório e de um código comuns a transmissor e receptor”, explica Décio Pignatari (1968, p.59). Para Francis Vanoye (1996, p.16), “o código é um conjunto de signos e regras de combinação destes signos. O destinatário identificará este sistema de signos (decodificação) se seu repertório for comum ao do emissor.”

A linguagem da cidadania incorpora o cotidiano do receptor-emissor, esclarece Paulo Freire (1980, p.31): “Como o código é a representação de uma situação existencial, o decodificador tende a passar da representação à situação muito concreta na qual e com a qual trabalha”.

Ao possibilitar, até por exigência legal, a intensa participação do cidadão-ouvinte em sua programação, as comunitárias tornam-se um canal de construção da cidadania, atuando justamente junto a um público carente e desorganizado socialmente. Público que tem um acesso muito limitado à modernidade tecnológica da radiodifusão, mas que pode participar do Conselho Comunitário da RadCom e definir a programação da emissora existente em sua localidade.

A construção deste novo receptor que, por sua participação, torna-se autor e cidadão, passando a agir não somente em seu limitado espaço sócio-geográfico acarretando, no devido tempo, alterações na sociedade como um todo, na medida que passa a interagir (analisar, criticar) com o discurso das classes dominantes, não é uma possibilidade distante. Contrapondo-se às 3.000 emissoras comerciais existentes hoje no Brasil, há uma estimativa imprecisa de comunitárias em operação, variando de 15.000, na avaliação das associações de classe, em 1999

(MELO&ROQUE, 1999, p.10), a 30.000, conforme os dados divulgados pela deputada federal, Mariângela Duarte³⁶, em 2006.

A Baixada Santista é um exemplo desse confronto numérico. Com uma população fixa de 1,7 milhão de moradores distribuídos entre as nove cidades, conta com um parque radiofônico tradicional e histórico formado por 13 emissoras comerciais AM e FM. Na trilha do movimento das rádios livres, estimulado pela Constituição Federal de 1988 e embalado pela bombástica meta de 10 mil rádios comunitárias, anunciada em 1995 pelo então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, a região conta hoje com um número estimado de 40 emissoras comunitárias. (GIANINIA&PASSOS, 1999, p.20)

De um lado, a legislação que definiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária tem a aparência e o poder de uma mordaza, destinada mais a manter sob controle e calar vozes. Impõe uma baixa potência (25 watts), um canal único da faixa de frequência, limite de seis anos de funcionamento, licença de funcionamento, enfim, rigores que, sob o manto da normalização, limitam a liberdade de operação e de expressão.

No entanto, garante à população beneficiada o direito de participar e acompanhar a programação da emissora, a qual deve estar voltada aos interesses comunitários. Ou seja, este serviço radiofônico nasce para ser, ao menos no papel, interativo. A organização responsável pela RadCom necessita, até para sobreviver, atrair o ouvinte não somente como receptor, mas como parceiro da emissão, como autor, como criador de uma nova linguagem, como cidadão, como agente de sua própria educação.

Meta

A formação do cidadão cômico de seus direitos e deveres, atuante enquanto ser político que é, pressuposto de uma sociedade mais justa, acaba encontrando nos Meios de Comunicação

³⁶ Habilitação das rádios comunitárias vai até 6ª. Jornal A Tribuna.Santos. 23 de janeiro de 2006.p.A-4.

de Massa(MCMs), uma barreira à sua plena realização. Se de um lado, os MCMs trazem em sua razão de ser, essa contingência educacional de formar o indivíduo, não se pode esquecer que a indústria cultural sobrevive dentro de um modelo empresarial, no qual prevalece o interesse do emissor. Assim, a proposta de Roquette Pinto, um rádio educador e formador, sobrevive quase exclusivamente na memória da radiodifusão comercial, mas encontra ainda algum alento na informalidade radiofônica.

Enquanto receptor, enquanto consumidor passivo da produção dos meios de comunicação de massa, o indivíduo tem limitadas oportunidades de verbalizar o seu discurso, de socializar seu pensamento, de permutar argumentos e proposições, em suma, quase não consegue participar da dialética social dominante, na medida exata em que não encontra espaços na chamada mídia comercial.

Essa realidade é contrária ao anseio popular de participar da vida comunitária. É evidente que a reunião da tribo da praça da aldeia foi sendo abandonada em função da própria evolução humana. Foi substituída, de certo modo e forma, pelos veículos de comunicação, particularmente o jornal, o rádio e a televisão. Marshall McLuhan, nos anos 70, antevê a nova aldeia global e cita Platão: “O tamanho certo de uma cidade era indicado pelo número de pessoas ao alcance da voz de um orador”(MCLUHAN, 1979, p.345). E Joel Camacho, descrevendo os meios naturais de comunicação, afirma que “a fala e a audição constituem a base para o homem viver em comunidades sociais de dimensão imediata”.(CAMACHO, 1999, p.193)

Sintagmas do cotidiano, dentro de uma leitura peirceana³⁷ da realidade, os meios de comunicação de massa assumiram a posição de emissores, estabelecendo um outro tipo de diálogo que manipula a interatividade, na medida em que transforma todos em passivos

³⁷ O pesquisador norte-americano Charles Sanders Peirce(1839-1914), considerado o criador do Pragmatismo, desenvolveu a teoria geral dos signos, a semiótica.

receptores. O indivíduo assiste ao mundo e deixa de agir como autor primário das relações sociais. Temos de volta o homem tribal: “O homem do mito, da magia e da submissão ao mundo físico. O homem tribal aceita uma relação de completa dependência à vontade da tribo” (CAMACHO, 1999, p.194). A tribo de ontem é a vila, a favela, o bairro atendido pelos 25 watts da emissora comunitária.

Já nos anos 20, o alemão Bertold Brecht defendia a necessidade da interatividade no rádio:

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, constituiria um fantástico sistema de canalização, se fosse capaz, não apenas de emitir, mas também de receber. O ouvinte não deveria apenas ouvir, mas também falar. Não isolar-se, mas ficar em comunicação com o rádio. A radiodifusão deveria afastar-se das fontes oficiais de abastecimento e transformar os ouvintes nos grandes abastecedores. (*apud* ORTRIWANO, 1998, p.13)

A sonhada interatividade brechteriana não encontra ressonância nos veículos comerciais. Nas emissoras AM e FM, a presença deste indivíduo-receptor na elaboração efetiva da programação que, mais tarde, ele próprio consumirá, é rara. Restringe-se

a pequenas intervenções, seja por telefone, seja ao vivo. Se o gênero é o jornalismo, predominam as reclamações quanto aos serviços em geral, o testemunho sobre algum acontecimento, via telefone, fax, cartas ou enquete/falapo, conduzido por um repórter; [...] o controle é sempre do emissor, nunca do receptor. (ORTRIWANO, 1998, p.13)

As RadCom (rádio comunitária), apesar das limitações impostas pela Lei n.º 9.612 mas também em decorrência das exigências da mesma legislação, propõem um novo modo de participação popular no processo de se fazer rádio. O indivíduo-ouvinte tem direito a emitir sua opinião sobre qualquer assunto abordado na programação. E a emissora deve manter um Conselho Comunitário, aberto à população-alvo.

Então, as emissoras de baixa potência surgem no cenário da comunicação brasileira na condição de a nova praça da aldeia, na qual as questões relevantes do cotidiano são discutidas por

autores, sem a roupagem do show ou do marketing. Abre-se assim, com amparo legal, um espaço para formação do cidadão que foge ao tradicional modelo linear Emissor – Canal – Mensagem - Receptor.

Temos um novo modelo, agora circular, que aproxima Emissor e Receptor, criando entre eles uma área de sinergia e interação, diferente do *feedback* (uma resposta ao estímulo do Emissor). Este novo Receptor passa a atuar como Autor e Emissor, controlando o Canal e a Mensagem, em favor de sua própria cidadania e de seu grupo social. Isso significa interferir na seleção, na produção e na linguagem dos conteúdos e estimular o veículo a ter uma participação efetiva na comunidade.

Vale lembrar também que cerca de 30.000 associações já obtiveram uma licença de funcionamento de uma emissora comunitária por pequenos períodos, variando de seis meses a um ano, autorização essa que já caducou em muitos casos, sem qualquer perspectiva de renovação a curto prazo. Some-se o movimento de organizações classistas, como a União das Redes de Radiodifusão pela Democracia, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária e a Associação Mundial de Rádios Comunitárias, que já atuam na organização de congressos, seminários e até na formação de mão-de-obra técnica, buscando projetar o futuro a partir da atual legislação e das novas tecnologias.(MELO&ROQUE, 1999, p.10)

Tem-se aí a percepção da existência de uma nova ordem comunicacional estabelecida no Brasil que busca, através da participação do indivíduo-receptor, efetivar-se como alternativa ao modelo e aos veículos tradicionais. Utilizando conteúdos e formatos mais próximos da comunidade, aproximando o ouvinte, discutindo a realidade imediata, próxima, as RadCom estão ocupando as periferias dos centros urbanos e atraindo audiência. Ou como filosofa e artista e apresentadora de televisão, Regina Casé, a periferia agora é o centro. Nesse contexto, existe uma pressão legítima que exige uma urgente revisão curricular da universidade, de um modo geral, e

no caso específico deste estudo, do curso de Jornalismo, que devem levar em conta a preparação do discente não apenas para o mundo do trabalho, mas para um mundo que está em processo de reinvenção de suas crenças e valores.

CAPÍTULO 3

JORNALISMO: PRÁTICA E ENSINO

Se a comunicação é uma necessidade que remonta às origens do homem, o jornalismo como o concebemos – um recorte do cotidiano ordenado mediante critérios específicos, utilizando técnicas narrativas próprias e convertendo-se em um produto cultural de massas - tem um desenvolvimento diferenciado, atrelado ao avanço tecnológico, à formação das cidades e à mobilidade social.

A prática do Jornalismo pressupõe a construção cotidiana da saga de uma sociedade, por meio do relato verdadeiro de seus acontecimentos mais importantes, significativos e distintos. Dessa forma, o jornal ordena o caos de uma certa maneira, constrói uma realidade. Os estudiosos citam as “actas romanas” como uma primeira manifestação jornalística, por seu teor e sua periodicidade (anual), mas, no entanto, elas assemelhavam-se a relatórios administrativos. A imprensa, como se diz, enquanto agente de construção simbólica da realidade, surge no final da Idade Média:

O Jornalismo nasceu principalmente sob o signo de interesses e das necessidades econômicas no despertar da burguesia³⁸, em que se tornava imperioso desencadear o processo de legitimação de uma nova ordem econômica, política (liberal), social e cultural. A defesa intransigente da liberdade de informação, da liberdade política e econômica, e da liberdade de cobertura dos assuntos representava uma conquista revolucionária no ambiente que propiciou o surgimento e desenvolvimento do Jornalismo. É claro que, com o passar do tempo, houve a necessidade de se adotar uma postura de credibilidade e confiabilidade no recorte dos acontecimentos, resultado daí o seu postulado pelo compromisso com o relato fiel, imparcial e objetivo, além da vocação de contestação contra tudo o que viesse(e venha) a ameaçar a ordem liberal burguesa. (CONTRERA, FIGUEIREDO, REINERT, 2004, p.8)

³⁸ A união entre a burguesia (que possuía dinheiro) e os senhores feudais, a partir do século XI, permitiu o surgimento dos grandes reinos (França, Inglaterra e Castela, hoje Espanha). Nesse processo, os burgueses se tornaram o grupo social de maior poder político e econômico.

Este estudo não objetiva discorrer sobre a evolução do jornalismo, é evidente. Florescendo impresso durante séculos, o jornalismo será apropriado pelas mídias eletrônicas provocando e sofrendo mudanças. A principal é o conceito de imediatismo, de urgência, de tempo real que lhe será dado pelo rádio, bem antes da TV e da internet. Essa idéia era perseguida pelas empresas jornalísticas ainda no século XIX e recebeu significativo apoio com a expansão global do telégrafo de Samuel Morse, com a implantação dos cabos submarinos de telegrafia e com a criação das agências noticiosas. A tecnologia favorece a exploração de edições vespertinas e extras de jornais, retratada por Hollywood em um sem número de filmes, e centro do problema que o rádio enfrentou nos Estados Unidos, quando tentou transmitir noticiário, na década de 1920. Os donos de jornais intuíram que o jornalismo radiofônico acabaria com o negócio de várias edições impressas diárias, como de fato veio a ocorrer.

No Brasil, por conta da atividade jornalística ser recente, remontando a 1808, quando circularam os primeiros jornais, além do analfabetismo, o embate entre a imprensa instalada e o rádio não existiu quando este entrou em operação, a partir de 1923. Por outro lado, o caráter educativo pretendido por Roquette Pinto levou-o a criar o primeiro jornal radiofônico brasileiro, o *Jornal da Manhã*, na Rádio Sociedade do Rio de Janeiro³⁹, o qual apresentava, lendo as notícias dos jornais de então e comentado-as a seu bel prazer. Sua filha, Maria Beatriz Roquette Pinto Bojunga, confirma:

Ele fazia o *Jornal da Manhã* de uma maneira muito original. Pegava todos os jornais, com lápis grande – sempre andava com lápis vermelho na mão – e riscava todas as notícias que achava interessante para o rádio.[...] Ele tinha um telefone direto para a Rádio Sociedade. Então, mandava o João Lado Júnior, que era o técnico: ‘Você pode pôr a estação no ar!’ E ele mesmo falava sobre cada assunto. (apud FERRARETTO, 2001, p.101)

³⁹ “Por volta de 1925, a Rádio Sociedade já emitia, além do *Jornal da manhã* [...] o *Jornal do meio-dia*, o *Jornal da tarde* e o *Jornal da noite* já eram acompanhados de suplementos musicais e abrangiam páginas literárias, agronomia,

O principal destaque do radiojornalismo brasileiro foi o Repórter Esso, transmitido pela Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e Record, em São Paulo⁴⁰, a partir de 28 de agosto de 1941. A intenção era transmitir o noticiário da *United Press International* (UPI) sobre a Segunda Guerra Mundial, sendo o investimento custeado pelos revendedores da Esso Brasileira de Petróleo. “Um noticiário semelhante já existia nas capitais de países para onde se voltava também o interesse do esforço de guerra norte-americano. Buenos Aires, Santiago, Lima e Havana, assim, tinham as suas versões do Esso, além de uma transmitida em Nova Iorque” (FERRARETTO, 2001, p.127).

A credibilidade do programa era tanta que circulam diversas histórias confirmando que o público somente acreditava naquilo que era veiculado no Repórter Esso. O fim da Segunda Grande Guerra foi noticiado por diversas emissoras⁴¹, mas “ninguém acreditou porque o Repórter Esso não deu”, atesta o radialista Paulo Tapajós (apud FERRARETTO, 2001, p.128). O programa, apesar de transmitido em diversas praças, consolida sua força popular por estar na Rádio Nacional. Em 1961, foi transferido para a Rádio Globo. Saiu do ar em 31 de dezembro de 1968, em locução emocionada do apresentador Roberto Figueiredo.

O gaúcho Heron Domingues tornou-se a voz mais conhecida do noticiário, mas, no entanto, vai entrar para a história por implantar e dirigir a seção de Jornais Falados e Reportagens da Nacional, em 1948. Essa iniciativa “organizou, pela primeira vez, um sistema de equipe (um chefe, quatro redatores e um colaborador do noticiário parlamentar), rotina e hierarquia peculiares a uma redação de jornalismo radiofônico” (MOREIRA apud

esportes, seção feminina, doméstica e infantil”.(FEDERICO, Maria Elvira Bonavita, 1982, apud FERRARETTO, 2001, p.101)

⁴⁰ A partir de 1942, acontecem transmissões do programa pelas rádios Farroupilha, Rio Grande do Sul; Inconfidência, Minas Gerais; e, Jornal do Comércio, Pernambuco.(Cf. FERRARETTO, 2001, p.127)

⁴¹ A Rádio Atlântica de Santos reivindica a primazia de ter noticiado o fim da guerra em primeira mão. O técnico da emissora, Jovino de Melo, teria ouvido a notícia em ondas curtas e transmitido para o locutor, Ibrahim Mauá.

FERRARETTO, 2001, P.129). Ou seja, Domingues começou a organizar o processo de produção jornalística dentro do rádio brasileiro, até então relegado a um plano inferior.

Outra inovação do Repórter Esso é o modelo da síntese noticiosa decorrente da visão publicitária do projeto, com frases curtas e em ordem direta, padrão utilizado até a presente data. A principal reação ao programa ocorreu em São Paulo, com a criação do Grande Jornal Falado Tupi, em 1942, na RádioTupi, idealizado por Coripeu de Azevedo Marques e Armando Bertoni. Esse noticiário lança o modelo estético de uma abertura de identificação (nomes dos profissionais envolvidos no trabalho) seguida das principais manchetes em ordem decrescente de importância (Cf. FERRARETTO, 2001, p.130). Esse é outro modelo adotado até hoje.

Edição em Radiojornalismo⁴²

Para que se possa compreender a organização curricular da disciplina de radiojornalismo ministrada nos cursos de Jornalismo, é preciso considerar que sobre ela pesa o caráter profissionalizante do curso e, portanto, quase sempre busca-se a reprodução do ambiente real, aquele existente no mercado de trabalho. Assim, decidimos incluir este capítulo para facilitar a compreensão das negociações que são realizadas quando da idealização de tarefas escolares. Pela mesma razão, entendemos útil o estudo comparativo entre os veículos de massa uma vez que os meios diferenciam-se entre si e, portanto, a produção jornalística reflete essas diferenças, como veremos nos quadros elaborados por Ferraretto (2001, p.30-33), transcritos a seguir:

1. Quanto à difusão do fato:

Rádio	Televisão	Jornal	Revista
O fato é transmitido no momento em que ocorre, resumido ao mínimo de detalhes.	O fato é transmitido no momento em que ocorre, resumido ao mínimo de detalhes, mas acrescido da imagem.	O fato não é transmitido no momento em que ocorre, mas há ampliação <i>quantitativa</i> do fato.	O fato não é transmitido no momento em que ocorre, mas há ampliação <i>qualitativa</i> do fato.

⁴² DI RENZO apud LOPES et al., 2000. Capítulo revisado e ampliado para esta pesquisa.

2. Quanto à abrangência:

Rádio	<ul style="list-style-type: none"> Nas transmissões de ondas médias, tropicais e curtas, possui abrangência quase ilimitada, restrita pela potência dos transmissores e pela legislação. Nas transmissões em FM, as restrições são semelhantes às da TV, com o alcance reduzindo-se significativamente em relação ao AM. <i>Atinge também a parcela analfabeta da população.</i>
Televisão	<ul style="list-style-type: none"> Limitada (em relação ao rádio) pela necessidade de retransmissores ou antenas parabólicas. A TV direta por satélite amplia a abrangência, mas o custo do equipamento e a necessidade de se assinar o serviço reduzem sua penetração.
Jornal	<ul style="list-style-type: none"> Restrita pelas condições socioeconômicas do público e, em especial, pelo analfabetismo.
Revista	<ul style="list-style-type: none"> Mais restrita ainda que a dos jornais. Além do analfabetismo, há o custo elevado de produção.

3. Quanto ao aprofundamento informativo:

Rádio	<ul style="list-style-type: none"> Após a divulgação dos dados básicos do fato, depende da realização de mesa-redonda ou de entrevista e da intervenção de comentaristas, o que nem sempre é possível.
Televisão	<ul style="list-style-type: none"> A exemplo do rádio, após a divulgação dos dados básicos do fato, depende da realização de mesa-redonda ou de entrevista e da intervenção de comentaristas, o que nem sempre é possível. O diferencial é a imagem.
Jornal	<ul style="list-style-type: none"> A possibilidade de aprofundamento do assunto é proporcional ao período de tempo existente entre a ocorrência do fato e sua publicação. Aprofunda quantitativamente o acontecido.
Revista	<ul style="list-style-type: none"> A possibilidade de aprofundamento do assunto é proporcional ao período de tempo existente entre a ocorrência do fato e sua publicação. Aprofunda qualitativamente o acontecido.

4. Quanto à atenção exigida:

Rádio	<ul style="list-style-type: none"> Embora com atenção marginal à transmissão, permite a realização de atividade paralela.
Televisão	<ul style="list-style-type: none"> Em função da imagem, exige mais atenção do que o rádio.
Jornal Revista	<ul style="list-style-type: none"> Exige leitura com atenção constante e concentrada.

5. Quanto ao custo (valores de 2006):

Rádio	<ul style="list-style-type: none"> Baixo custo para a transmissão. Receptor transistorizado custa cerca de R\$ 29,00.
Televisão	<ul style="list-style-type: none"> Alto custo de transmissão. Receptor de 20" custa cerca de R\$400,00.
Jornal	<ul style="list-style-type: none"> Alto custo de produção. Para a recepção das informações, o custo médio mensal oscila entre R\$15,00(jornal popular) e R\$60, 00, superior ao rádio.
Revista	<ul style="list-style-type: none"> Alto custo de produção. Para a recepção das informações, o custo médio mensal oscila entre R\$24,00 (semanais) a R\$40,00 (especializadas), superior ao rádio.

6. Quanto à existência:

Rádio Televisão	<ul style="list-style-type: none"> • Dependem de outorga do governo federal (poder concedente)
Jornal Revista	<ul style="list-style-type: none"> • Independem de outorga governamental, constituindo-se em empresas comuns.

7 Quanto à regionalização:

Rádio	<ul style="list-style-type: none"> • Em geral, a programação volta-se ao município sede da emissora e sua região. • Essa prática vem sendo alterada pelo advento das redes de rádio via satélite.
Televisão	<ul style="list-style-type: none"> • Produção centralizada no eixo Rio-São Paulo.
Jornal	<ul style="list-style-type: none"> • Não existem diários realmente nacionais. • A maioria tem circulação estadual, regional ou municipal.
Revista	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria das revistas de informação e entretenimento tem forte circulação nacional.

8. Quanto à velocidade da mensagem jornalística:

Rádio	<ul style="list-style-type: none"> • Veículo ágil em que a transmissão de um acontecimento de seu palco de ação depende, geralmente, de uma linha telefônica, o rádio é capaz de noticiar rapidamente o fato, podendo narrá-lo em paralelo à sua ocorrência.
Televisão	<ul style="list-style-type: none"> • Pode noticiar o fato em paralelo à sua ocorrência. • Depende de uma elevada quantidade de equipamentos.
Jornal	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta baixa velocidade. • Nos diários, o fato pode demorar até 24 horas para chegar como notícia ao leitor.
Revista	<ul style="list-style-type: none"> • Velocidade muito baixa. • O fato pode demorar de uma semana a um mês (ou mais) para chegar como notícia ao leitor.

Em meio ao cenário de modernidade que cerca o rádio no início deste terceiro milênio, permanece a questão do jornalismo radiofônico, da sua prática e da sua produção, com características e peculiaridades próprias, conforme se percebe no confronto acima publicado. Depreende-se que se a notícia é única, a forma de captá-la, prepará-la, apresentá-la e transmiti-la varia conforme o veículo, da mesma forma como varia a maneira como receptores relacionam-se com os diferentes meios. Os impressos são classificados, nesse sentido, como mídia secundária e

os eletrônicos, como mídia terciária. No entanto, entre os eletrônicos, o rádio é um meio quente e a televisão, frio⁴⁶.

A modernidade, se por um lado acena com a edição não-linear como uma liberdade ao receptor, por outro não ameaça – pelo menos, de imediato - o encanto e a agilidade da transmissão convencional, cujo formato editorial ainda baseia-se na informação objetiva, concisa, atual e instantânea.

O jornalismo começa a figurar entre as atrações oferecidas pelo rádio brasileiro já nos primeiros anos do novo veículo, que ainda era tido como um lazer caro das elites (Cf. ORTRIWANO, 1985,p.14) Um dos destaques da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, considerada a primeira emissora brasileira, criada em 1923, era o jornal apresentado pelo fundador Roquette Pinto. Ele tecia comentários a partir do noticiário dos impressos da época. Um modelo histórico de edição à base do que hoje se chama, pejorativamente, “gilete-press”. Essa técnica de recorte de notícias de jornais para leitura nos programa radiofônicos, sem qualquer alteração da linguagem de um veículo para outro, sem ao menos uma adaptação, ainda vigora no Brasil de hoje.⁴⁸

⁴⁶ 1)A mídia secundária é aquela em que o emissor e receptor não precisam estar ao mesmo tempo no mesmo espaço e o emissor necessita de aparato tecnológico para produzir/difundir a informação. A mídia terciária é aquela em que emissor e receptor não precisam estar no mesmo espaço, mas precisam estar conectados ao mesmo tempo, sendo que ambos necessitam de aparatos tecnológicos para que a comunicação se estabeleça. 2) Quente e frio são classificações criadas pelo pesquisador Marshall MacLuhan, anos 70. O quente exige maior envolvimento do receptor para compreender a informação; o frio exige menos.No caso, o rádio trabalha apenas com um sentido humano, enquanto a televisão utiliza dois.

⁴⁸ Pesquisa de campo realizada pelos estudantes do 3º ano de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social de Santos, como atividade prática da disciplina de Radiojornalismo I, entre setembro e novembro de 1999, sob o título “Fragmentos do Rádio de Ontem e de Hoje: o Radiojornalismo no Litoral Paulista”, revela que as emissoras de baixa potência (comunitárias ou não), mesmo quando contam com um jornalista na equipe de produção, limitam-se à seleção e recorte de notícias nos jornais da região. Mas, a situação não pára aí: tradicionais emissoras AM e FM utilizam esse mesmo recurso editorial com frequência maior que a desejada. A CBN Santos, por exemplo, no noticiário analisada de apenas um dia (10/11/99), incluiu a leitura integral de seis matérias publicadas na edição daquele dia no principal jornal da região. Os estudantes visitaram 22 emissoras em Santos, Guarujá, Vicente de Carvalho, Cubatão e Praia Grande.

Empírico, sem estilo, buscando sua trilha e sua linguagem, o rádio brasileiro tem seu desenvolvimento alavancado a partir dos anos 30. A autorização para veiculação de publicidade muda o perfil do rádio, que se torna, aos poucos, profissional e comercial.⁴⁹ O jornalismo vive de atitudes e descobertas pessoais. Em 1931, acontece a primeira transmissão de uma partida de futebol, façanha do “speaker-metralhadora”, Nicolau Tuma (Cf. SOARES, 1994). César Ladeira narrando a epopéia dos paulistanos na Revolução Constitucionalista de 1932 é outro marco do jornalismo em rádio (Cf. ORTRIWANO apud LOPES, 1996, p.164).

A produção jornalística ganha um corpo de técnicas e normas de redação, estilo e edição a partir do surgimento do Repórter Esso, em 1941, programa veiculado pela Rádio Nacional, nessa época já encampada pelo Governo Federal Cf. (ORTRIWANO, 1985, p.18). O famoso noticiário, que marcou a sociedade brasileira durante 27 anos, inseria-se em um autêntico projeto publicitário destinado a ativar as relações internacionais dos Estados Unidos com os países da América Latina. Essa era a missão do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, ou simplesmente “Birô”, criado pelo presidente Franklin Roosevelt e dirigido por Nelson Rockefeller, que aplicava seus recursos nos setores de informação, educação, saúde e alimentação dos países latino-americanos. O “escritório” funcionou de 1940 a 1946(Cf. ALVES, 1988). O mundo vivia a Segunda Guerra. Os governos norte-americano e brasileiro, por sua vez, viviam a chamada política da boa vizinhança, que acabou, entre outras tantas iniciativas, levando Carmem Miranda para o *show business* de Hollywood e trazendo o engraçado Zé Carioca, criação de Walt Disney dirigida ao público infantil, para as bancas de jornais brasileiras.

Com noticiário fornecido pela agência de notícias UPI e custeado pela empresa brasileira de gás Esso (que alguns anos depois foi incorporada pela companhia norte-americana de petróleo,

⁴⁹ Decreto n.º 21.111, de 1º de março de 1932, regulamentando o Decreto n.º 20.047, de maio de 1931, primeiro diploma legal sobre a radiodifusão brasileira.

Standart Oil) por meio de seus revendedores, o Repórter Esso determinou o padrão do texto jornalístico para rádio: conciso, impessoal, curto:

Com seu estilo de redação próprio, seleção conscienciosa das notícias, imparcialidade (estilo BBC), sem apresentar polêmicas ou tendências, mantendo uma pontualidade também britânica e constância nas apresentações, o Repórter Esso se fez presente em todos os lares, gozando de um alto conceito de credibilidade na opinião pública pela utilização de fontes as mais credenciadas. Todas as informações eram condensadas e em cada emissão constavam 40% de notícias locais, 40% de notícias regionais e 20% de notícias internacionais, sendo essa distribuição alterada no caso de acontecimento de relevância. (FEDERICO, 1982, P.74)

No ano seguinte, 1942, surgia em São Paulo, o Grande Jornal Falado Tupi. Estava aberto o caminho para que o jornalismo se firmasse como um dos gêneros de produção radiofônica, com linguagem própria. A professora da Escola de Comunicações e Artes da USP, Gisela Ortriwano, define a importância desses dois noticiosos para a formação da linguagem do radiojornalismo brasileiro:

O Repórter Esso e o Grande Jornal Falado Tupi foram os primeiros a mostrar no Brasil preocupação quanto a uma linguagem específica para o rádio, procurando elaborar a notícia de forma a atender as características do meio radiofônico e não do jornalismo impresso. Se, por um lado, o Repórter Esso desenvolvia o estilo boletim, o Grande Jornal Falado Tupi, com suas editoriais específicas e destaque para assuntos do interior, foi por muitas décadas, o modelo para os jornais falados. (ORTRIWANO *apud* LOPES, 1996, p.165)

Signos acústicos

A linguagem é um conjunto de signos organizado mediante regras utilizadas pela sociedade, como um todo (Cf. BORNSEN, DI RENZO, 1997). Neste caso, o signo (Cf. PEIRCE, 1983) é tudo aquilo que substitui o real (a coisa, o referente), representando-o para alguém, sob certos aspectos e em certa medida.

A linguagem varia conforme o meio de comunicação de massa utilizado. O jornal utiliza sinais gráficos impressos para representar a palavra, a foto, a ilustração, as linhas de sustentação da página; o rádio trabalha com signos acústicos na representação da palavra, da música, dos ruídos, dos sons cotidianos. A ausência de sinais (o espaço branco no impresso, o silêncio na transmissão radiofônica) adquire, neste caso, o *status* e a qualidade de um signo.

Podemos transpor para a linguagem de radiojornalismo algumas das diretrizes de composição espacial da peça radiofônica: a) deve-se preencher constantemente o espaço vazio mediante a ilusão dos movimentos (o âncora chama o repórter, anuncia os comentaristas, dialoga com o público receptor, pede os comerciais); b) deve-se transformar o espaço vazio num corpo acústico (o âncora expressa sua indignação com a suspensão momentânea da fala, por exemplo).(Cf. KLIPPERT, 1980, p.21).

Na transmissão radiofônica ocorrem dois fenômenos acústicos distintos: o fenômeno acústico original, criado no estúdio da emissora ou no palco de onde se origina a transmissão, e o fenômeno acústico resultante, percebido pelo ouvinte através de seu aparelho receptor (Cf. KLIPPERT,1908, p.13).

O fenômeno original – a produção de um boletim, um radiojornal, uma prestação de serviços – é isolado de seu contexto, transformado em tensões elétricas e tornado, assim, disponível e modelável. O fenômeno resultante – o boletim, o radiojornal, a prestação de serviços, enfim, aquilo que chega aos ouvidos e à imaginação do ouvinte – possui uma continuidade acústica com um sentido próprio e uma estrutura temporal.

Os produtos jornalísticos em rádio têm um formato e um período de duração, mas não podem ser tocados, manuseados. A liberdade de consumo limita-se ao espaço temporal da transmissão. E apesar disso, tem-se a sensação de ver, diante de si, materializar-se um jornal, um boletim. Essa “ilusão” evidencia o fato de o radiojornalismo associar as características e

qualidades do impresso (como as técnicas de edição) às próprias virtudes (como dinamismo, agilidade, superficialidade).

Trabalhando com os signos espaciais conhecidos do jornalismo impresso, como manchetes encabeçando o texto, divisão do noticiário por editorias, o jornalismo em rádio é editado de modo a criar uma coreografia com um mínimo de cenário espacial e estrutura temporal (Cf. KLIPPERT, 1980, p.21). É conhecida a história do Cassino do Chacrinha, programa comandado por Abelardo Barbosa, na Rádio Difusora Fluminense, na década de 40. A dramatização era tão perfeita que, vez por outra, casais apareciam na emissora pensando lá encontrar uma verdadeira casa de espetáculos e jogos.

“A palavra e o ruído só podem fazer surgir uma imagem do acontecimento real através da ilusão que produzem em nós, só podem evocar a representação da realidade se esta for bem conhecida pelo ouvinte por tê-la visto antes” (SCHEFFNER apud SPERBER, p.116-117). Neste contexto, pode-se compreender o pânico que a transmissão de *A Guerra dos Mundos*, em 30 de outubro de 1938, um domingo, véspera do Dia das Bruxas, causou a uma parcela da população norte-americana. A encenação radiofônica do texto de Herbet George Wells, apresentada no programa “Teatro Mercúrio no Ar”, pela emissora CBS, tornou-se um marco mundial do poder de persuasão do rádio.

A Guerra dos Mundos foi a 17ª dramatização levada ao ar na CBS, pela Companhia de Repertório *Mercury Theater*, criada em 1937 por John Houseman e Orson Welles, um jovem ator de 23 anos, que veio a destacar-se no *cast* profissional da emissora por seu talento criativo, sua capacidade de locução e interpretação e por desenvolver um projeto radiofônico diferenciado: “dar vida ao universo significativo do rádio, moldando-o a partir da voz humana”(NUNES apud ZAREMBA,BENTES,1996).

A versão radiofônica sugere um programa comum de entrevistas, do qual participam um repórter e um cientista, subitamente interrompido por boletins urgentes que noticiam a invasão da Terra por marcianos. A partir daí, segue-se a transmissão ao vivo do confronto entre os soldados americanos e os extraterrestres, conduzindo o receptor a imaginar a destruição total da raça humana. Ao final, Welles revela tratar-se de uma brincadeira de *Halloween*.

As análises e estudos feitos sobre o impacto deste programa evidenciam que a adoção dos signos jornalísticos que os ouvintes consumiam diariamente é o fator diferencial. No início da transmissão, o ouvinte é avisado de que se trata de mais uma dramatização da trupê do Teatro Mercúrio. Welles demonstrou ter profunda compreensão sobre a influência da comunicação na sociedade americana, ao roteirizar *A Guerra dos Mundos* como um “show” jornalístico adequado aos padrões da época (Cf. DI RENZO, 1998, p.83). “O rádio e seu jornalismo faziam parte do cotidiano dos ouvintes na década de 30. As transmissões diretas, ao vivo, podiam ser feitas, sob o ponto de vista do desenvolvimento tecnológico, desde os anos 20”.(ORTRIWANO, 1998)

“A novela foi reescrita a fim de apresentar uma seqüência realista de pronunciamentos radiofônicos, inclusive interrompendo a programação normal para dar boletins da aterrissagem de marcianos em Nova Jérsei” (BAGDIKIAN,1973). O falso precisa parecer verdadeiro: boletins do tempo, uso dos formatos jornalísticos conhecidos, música orquestrada, enfim, tudo oferece segurança ao ouvinte sobre o que está acontecendo. É aqui que podemos encontrar a espinha dorsal deste inesperado sucesso de manipulação popular. O rádio estava presente entre 27,5 milhões das 32 milhões de famílias recenseadas nos Estados Unidos em 1938 (Cf. DI RENZO, 1998, p.84). Era um produto barato, de conteúdo agradável e muito confiável:

E se tratava de uma rádio com maior credibilidade do que a imprensa escrita, uma rádio que acabara de ilustrar, pela primeira vez, o formidável impacto do *mass media* ao acompanhar, hora a hora, de nervos tensos e voz vibrante, as diatribes do caso checoslovaco, o que permitiu que, no dia seguinte ao dos acordos de Munique, uma sondagem revelasse que cerca de 80 por cento dos

americanos inquietos, nervosos e ainda mal refeitos da recente crise econômica, pensavam que era fatal virem a ser chamados a combater os exércitos de Hitler.(SARRAUTE, 1976)

Assim, é evidente que a simples transferência dos signos comunicacionais de um veículo para outro não basta para afetar o receptor. Existia, em 1938, um cenário que reunia crença no jornalismo, enquanto uma instituição que fala a verdade, e o medo de uma guerra cada vez mais próxima. A Rádio USP tentou repetir o feito de Orson Welles, criando um drama no qual a Baixada Santista estava ameaçada pela explosão do parque industrial de Cubatão, transmitido em 4 de dezembro de 1938. Não houve nenhum pânico. (Cf. ORTRIWANO, 1998)

Os meios de comunicação já exerciam um papel social importante no início do século XX. As seis milhões de pessoas que se desesperaram durante a transmissão de *A Guerra dos Mundos* demonstram a força do rádio enquanto meio de comunicação de massas. Desde a Primeira Guerra, o papel da comunicação vinha sendo amplamente discutido por sociólogos e psicólogos. Desde 1933, a Alemanha nazista mantinha programas orientados aos povos de língua inglesa, como forma de cativar simpatia. Essa ação foi seguida por outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, num processo denominado contra-propaganda.

Havia uma trama social marcada pelas tensões políticas e econômicas da época. “As concepções manipulatórias da mídia deixaram, no período entre as duas guerras, suas marcas os debates e problemáticas relativas aos meios de comunicação de massa [...] o acontecimento criado por Welles permitia, pela primeira vez, testar em dimensão real, as condições de sugestibilidade, do contágio recíproco do pânico”, argumenta o estudioso francês, Armand Mattelart (1994). Pode-se afirmar que o programa *A Guerra dos Mundos* é um belo exemplo de edição em rádio!

Só audição

Temos então que o fenômeno resultante carrega consigo uma linguagem que evoca no ouvinte, imagens mentais a partir dos estímulos sonoros. Na produção radiofônica pode-se aprender com os cegos, que conseguem isolar os diferentes sons urbanos. E os transformam em símbolos associados a uma ação específica. O som do parque remete a “descansar”. Na edição em rádio, busca-se o signo acústico que melhor corresponda ao que se quer exprimir. O bater de uma máquina de escrever, mesmo na era da informática, significa trabalho, redação, produção de noticiário e a existência de alguém que escreve. Este signo “tem função de voz” no discurso radiofônico (KLIPPERT, 1980, p.53-54).

O texto radiofônico – a notícia, por exemplo - é adequado à estrutura do veículo rádio. Portanto, diante das peculiaridades deste meio, o texto adquire diferenciação em relação às demais mídias. O rádio opera apenas com o sentido da audição. Ouvimos o mundo, o rádio é a extensão de nossos ouvidos. Esse fundamento determina todas as características, peculiaridades e disfunções da linguagem radiofônica.

O esforço concentrado exigido ao receptor para que este obtenha a perfeita compreensão do noticiário, tende a cansá-lo, a desconcentrá-lo, num espaço curto de tempo. Para contornar-se essa limitação, o recurso adotado na edição da informação é a simplicidade, o uso de palavras conhecidas de grande parte da população-alvo, a comparação de grandezas numéricas (como o valor de um megaprêmio de loteria) com valores próximos do ouvinte (os bens que podem ser adquiridos com o dinheiro do jogo).

A notícia em rádio em rádio segue, em princípio, as normas comuns à produção jornalística em qualquer veículo. Responde as questões básicas: quê, quem, quando, como, onde e porquê. “A boa notícia radiofônica é a síntese completa do fato que se pretende informar”, determina o jornalista Walter Sampaio (1971, p.41). Assim, a edição em rádio começa, na

prática, no momento da elaboração da pauta, abrangendo a coleta de informação, a redação do noticiário, a seleção do material gravado, o planejamento de entrevistas ao vivo, direto do estúdio ou por telefone. Tudo obedece à linguagem do meio, à estrutura temporal, aos recursos humanos e materiais existentes.

A complexidade do texto radiofônico reside no fato de que ele é escrito para ser falado e ouvido. Busca-se estabelecer um discurso equilibrado entre os rigores da escritura formal e a espontaneidade da comunicação popular. Emílio Prado adverte que ao se escrever um texto jornalístico para rádio é preciso levar em conta três fatores (PRADO, 1989, p.29-36):

- a) a pontuação, que associada ao signo acústico, expressa a sua unidade sonora. Utiliza-se apenas a vírgula, que indica uma pequena pausa e o ponto, que assinala o final da unidade fônica completa.
- b) a estrutura gramatical, que deve basear-se na clareza e na simplicidade;
- c) a linguagem radiofônica, que inclui a palavra, a música, o ruído e o silêncio.

Ao determinar as técnicas de produção e o estilo do noticiário, ao planejar e organizar a distribuição do material noticioso em programas de formatos distintos, ao longo da grade de programação da emissora, ao estruturar cada um destes produtos radiofônicos, a edição leva em conta que, como afirma a professora e jornalista, Maria Elisa Porchat, “rádio é só audição” (PORCHAT, 1989, p.97-98). Ou seja, o conjunto acústico do fenômeno original, formado por textos, vinhetas, música, ruídos não-intencionais e até os jingles comerciais, deve considerar que a percepção é passageira, nem sempre é intencional, concorre com a realização de atividades diversas. E por tudo isso, deve ser “nítida, simples, rica, repetitiva, forte, concisa, correta, invocativa, agradável” (PORCHAT, 1989, p.99-100).

A modernidade tecnológica da telefonia celular, da rede mundial de comunicações, do computador que já se inclui nas listas de presentes de casamento, como mais um eletrodoméstico

indispensável, contribuem de alguma forma e em certa medida para a edição em radiojornalismo. No entanto, a linguagem radiofônica em sua essência ainda não sofreu alterações. Continuam atuais e válidas as cinco características principais definidas por pelo jornalista, radialista e professor, Walter Sampaio (1971, p.45-48), que são:

- a) Período curto - as frases longas dificultam a leitura pelo locutor e colocam em risco a fidelidade na compreensão da informação.
- b) Ordem direta – contribui para ordenar o raciocínio do ouvinte.
- c) Simplicidade – a informação é dirigida a sociedade como um todo. Utiliza-se, portanto, um vocabulário comum à maioria das pessoas e os termos técnicos devem ser explicados.
- d) Sem adjetivação – adjetivos tornam a informação tendenciosa ou opinativa.
- e) Objetividade – a clareza é importante, deve-se fornecer a fonte ou a procedência da informação.

Do mesmo modo, as peculiaridades definidas por Sampaio como exigências para a notícia em rádio, continuam sendo adotadas nas redações(1971,p.49), de tal modo que a notícia deve:

- a) Ser dirigida a toda população, culta ou não, alfabetizada ou não.
- b) Apresentar o sentido do imediatismo; o fato está acontecendo no exato momento (ou quase) de sua transmissão.
- c) Ser instantânea; a compreensão acontece ou não, no exato instante em que o receptor ouve a notícia.
- d) Ser sintética, breve.
- e) Ser excitante, criar um clima de envolvimento que transforme o ouvinte em participante.

Sampaio lembra ainda que, por conta de ser destinada à audição, a linguagem apresenta limites. Responsável por criar as imagens mentais que permitem ao ouvinte entender a informação, o texto radiofônico pode tornar-se disfuncional, ou seja, “alcançar resultados indesejados” (1971 p.48). Isso acontece quando os signos utilizados são desconhecidos do receptor, como o nome de um cantor australiano, por exemplo.

São consideradas disfunções e exigem maior atenção na edição da notícia ou do produto final, os nomes próprios estrangeiros ou de pessoas pouco conhecidas; abreviaturas e siglas; proporções e porcentagens; palavras estrangeiras; números. Pode-se acrescentar que a transmissão de endereços eletrônicos na Internet, comum nos dias atuais, merece cuidados especiais por parte do emissor.

Formatos radiojornalísticos

A edição em rádio agrupa os diferentes formatos de noticiário conforme os critérios de tempo de emissão, conteúdo e oportunidade. As categorias são (Cf. ORTRIWANO, 1985, p.91-94):

a) **Flash** - fato importante que deve ser divulgado de imediato, pela oportunidade. É veiculado em qualquer momento da programação; a transmissão é curta, agrupando apenas os dados necessários à compreensão da ocorrência.

b) **Edição extraordinária** – trata-se de fato importante apresentado, no entanto, com uma quantidade maior de pormenores. Como o flash, interrompe a programação a qualquer momento.

c) **Especial** – programa voltado à abordagem profunda de um determinado tema, considerado atual e de relevância social ou histórica. Pode ser exibido em uma ocasião especial ou tornar-se um programa da grade, com periodicidade fixa.

d) **Boletim** – noticiário de pequena duração, variando de 3 a 5 minutos, apresentado em horários determinados, objetivando manter o ouvinte informado dos acontecimentos ocorridos entre uma emissão e outra.

e) **Jornal** – noticiário de grande duração, variando de 10 minutos a duas horas. Apresenta assuntos variados, incluindo reportagens, comentários, serviços, entrevistas e até debates;

f) **Informativo especial** – agrupa informações sobre fatos de um mesmo campo de atividade; costuma estar associado a um evento de grande importância e interesse social, como eleições e campeonatos esportivos. O tempo de emissão do programa é variado e permanece no ar enquanto o assunto estiver em evidência.

g) **Programa de variedades** – pode conter informações de interesse ao público-alvo, através de entrevistas de orientação, esclarecimentos sobre assuntos da atualidade, prestação de serviços.

A estrutura básica dos programas jornalísticos mantém-se a mesma desde que Sampaio, então professor do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP, formulou em “termos históricos e técnicos, o campo que vê desenrolar-se a fascinante revolução de sons e imagens, de hábitos e costumes, de sonhos e aspirações, de gestos e comportamentos”, como prefacia o jornalista Juarez Bahia (SAMPAIO, 1971, p.7-8).

Utiliza-se, ainda nos dias atuais, o modelo da pirâmide invertida. O noticiário é organizado em ordem decrescente de importância, agrupando-se em blocos de procedência: notícias locais, nacionais e internacionais. Nos noticiários de pequena duração, de 5 a 10 minutos, e nos boletins, que variam de um a três minutos, o fato mais importante costuma ser deixado para o final, como expediente para “segurar” o ouvinte e a audiência.

Os jornais de longa duração costumam ser divididos em blocos noticiosos de duração variada (10, 15, 20 e 30 minutos), permitindo uma melhor e mais racional distribuição do material. Cada bloco também é organizado como uma pirâmide invertida, só que cada um termina apresentando a principal manchete do bloco seguinte.

O modelo da pirâmide invertida é utilizado também para a elaboração do noticiário. Após o *lead*, seguem-se os pormenores da notícia segundo ordem decrescente de importância (Cf.SAMPAIO, 1971, p.42-43). Em rádio, o texto é redigido com parágrafos curtos. Assim, a abertura do texto não contempla todas as perguntas básicas, que serão distribuídas no corpo do texto até que se obtenha a síntese do assunto. Dependendo do tratamento dado à elaboração da informação, a notícia pode apresentar-se de duas formas (Cf. ORTRIWANO, 1985, p.91):

- a) Pura, limitada ao relato simples do fato em sua essência.
- b) Ampliada, incluindo-se aí reportagens e comentários, tanto interpretativos como opinativos.

Há outro formato que utiliza o conceito de texto manchettato. Manchetar é redigir a notícias com frases curtas, sintéticas, mas sem prejuízo da clareza e da essência da informação. Cada linha tem cerca de 100 toques (espaços ou caracteres) e o tempo médio de leitura é de oito segundos. Assim, após o *lead*, seguem-se manchetes de igual importância que dão sustentação à síntese inicialmente apresentada (Cf. PORCHAT, p.62-62).

Experiências

Quem trabalha em rádio ou gosta de acompanhar sua história, sabe que o jornalismo é um dos gêneros de maior aceitação popular, embora as verbas publicitárias costumem não ser tão generosas. Sabe também que, em momentos de crise, o departamento de jornalismo é o primeiro

a sofrer cortes de pessoal ou a ser desativado. O que não deixa de sempre causar espanto, se considerarmos que em relação ao público atingido, o rádio é o meio de menor custo de produção, o mesmo acontecendo com o custo das mensagens publicitárias (Cf. ORTRIWANO, 1985, p.69).

A inclusão de informações na grade de programação divide as emissoras brasileiras em dois grupos conforme a importância conferida à difusão jornalística (Cf. ORTRIWANO, 1985,p.95): a) o noticiário é um apêndice destinado a cumprir a lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que destina um mínimo de 5% do tempo para a transmissão de serviço noticioso; b) o jornalismo é a espinha dorsal da programação.

É comum, então, que, com certa frequência, novas emissoras lancem mão do jornalismo para alavancar a audiência. Em que pese, por vezes, a falta de uma visão clara do que significa investir neste setor e que, por inexistência de um planejamento estratégico e realista, abandonem o projeto original em um ou dois anos, quando não antes. A Rádio Clube de Santos é um exemplo desse amadorismo oportunista.

Em 1993, a Rádio Clube de Santos, a primeira a ser instalada na região, mudou de mãos. Entre as metas políticas da nova direção, uma era investir na realização de um jornalismo de primeira linha, sólido, consistente e marcado pela inovação. A emissora, hoje dirigida pela Igreja Universal do Reino de Deus, é tradicional e figura com destaque entre as pioneiras no Brasil. Fundada em 1924, entrou no ar dois anos depois e tomou parte decisiva no desenvolvimento da radiodifusão nacional. Entre muitos de seus feitos, pode-se mencionar a participação ativa na Revolução Constitucionalista de 1932 e a primeira transmissão de uma Copa do Mundo de Futebol, a de 1938, integrando a cadeia de rádio então organizada.

O projeto do “novo jornalismo” da Rádio Clube, desenvolvido coletivamente pelos jornalistas, comentaristas, locutores e técnicos contratados, previa os seguintes produtos:

- a) Jornal da Clube, de segunda a sexta-feira, das 7 às 9 horas.

b) Revista da Clube, de segunda a sexta-feira, das 18 às 19 horas.

c) Boletins de hora em hora, com duração de 3 minutos, todos os dias, entre 6 e 23 horas.

O Jornal da Clube era o principal produto do projeto. Ao noticiário elaborado pelos repórteres, somavam-se comentários políticos e econômicos, prestação de serviços – tempo, movimento nas balsas e estradas, indicadores econômicos -, entrevistas por telefone e a participação do público, convidado a opinar sobre os temas principais da edição. Para a última meia-hora do programa, foi criado um quadro de entrevistas ao vivo, no estúdio, denominado *Café da Manhã* que, por seu contexto político, transformou-se em grande atração da emissora.

A produção do programa começava praticamente um dia antes. Logo após o encerramento da edição, a equipe reunia-se e tratava de alinhar os assuntos que deveriam ser tratados pela reportagem. A pauta não era fixa, podendo mudar ao sabor dos acontecimentos diários.

A definição do que iria ao ar começava a acontecer às 5 da manhã, quando eram preparadas as manchetes de abertura do jornal. A produção organizava o material em blocos de 12/13 minutos cada, num total de seis. No entanto, em mais de uma ocasião, toda a produção foi deixada de lado, para atender situações emergenciais ou exclusivas⁴³.

A *Revista da Clube* tinha um formato mais suave e destinava-se principalmente aos ouvintes em trânsito. A produção incluía, em sua edição, os principais fatos ocorridos ao longo do dia e uma crônica baseada em situações do cotidiano. O projeto de jornalismo, idealizado para ser a espinha dorsal da emissora, estreou em junho de 1993 e foi encerrado ainda no

⁴³ Certa manhã, o advogado e comentarista político do programa, Augusto Henrique Rodrigues, cobrava, com veemência, maior ação dos representantes da Baixada Santista na Assembléia Legislativa, com relação às condições de segurança no sistema rodoviário Anchieta-Imigrantes. Menos de 15 minutos após as críticas, chegou à emissora o então deputado estadual, Oswaldo Justo, do PMDB. Ele estava a caminho de São Paulo, ouviu o comentário e decidiu ir ao estúdio da Rádio Clube, para dar uma satisfação ao público sobre o assunto.

primeiro semestre de 1994, pois (a) já teria cumprido a missão política determinada por seus proprietários e (b) pela falta de uma estrutura administrativa-comercial competente que a tornasse auto-suficiente.

Outra experiência que merece destaque é a protagonizada pela Rádio Gaúcha, a primeira emissora de Porto Alegre, criada em 1927. As normas de redação foram desenvolvidas a partir do Curso de Jornalismo Aplicado da Rede Brasil Sul (RBS), responsável pela empresa, realizado em 1990. “Percebeu-se, durante o trabalho, que não se discutia apenas a confecção de normas da síntese noticiosa, mas o estilo de texto que será utilizada no ano 2000. Permanecerá na trilha aberta nos anos 40 pelo Repórter Esso?”, questiona o professor de Rádio⁴⁴, Luciano Klöckner (1997).

O mérito dessa iniciativa reside, principalmente, na discussão sobre as características, regras e normas da linguagem adotada pela equipe para produção de seus noticiários. Ou para seu diálogo com a sociedade. Existe, assim, um maior compromisso com a qualidade do material produzido e uma padronização mais harmoniosa da edição.

A emissora mantém três noticiosos no ar, sendo dois em AM, **Gaúcha Notícias** e o **Correspondente**, e um em FM, o **Gaúcha Informação**. Todos seguem as normas de redação. Nos quadros (A,B, C) a seguir, os modelos de edição descritos por Klöckner (Cf. 1997, p.62-64):

⁴⁴ Leciona no Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Famecos /PUC/RS),

A - Gaúcha Notícias

Informativo com os destaques do Brasil e do mundo, incluindo serviço de utilidade pública; vai ao ar de segunda a sábado, 10 edições diárias, duração de 2 a 3 minutos cada.

Formato

Capa: data, horário, dia da semana, nomes dos redatores, do locutor e do editor; manchete do noticiário.

Destaques das últimas horas: mínimo de três, uso de texto mancheteado; os destaques são renovados entre uma edição e outra.

Bloco de Notícias:

1ª notícia – Serviço (Porto Alegre e Região Metropolitana)

2ª notícia – Estado (Rede Gaúcha Sat)

3ª notícia - Regional/Nacional (atender as regiões de abrangência da rádio fora do estado (Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal) a notícia internacional também deve entrar, mas se for muito importante.

Previsão do tempo: Grande Porto Alegre, interior e Região Sul

Comercial e Hora Certa

Última(s) Notícia(s): depende da importância do fato. Pode ser local, estadual, nacional ou internacional;

Encerramento: indicar sempre o horário da próxima edição

B - Correspondente Rede Gaúcha Sat

10 minutos de duração, divididos em dois blocos iguais de notícias; segunda a sábado, quatro edições diárias; aos domingos, duas edições; principal síntese noticiosa da Rádio Gaúcha, reúne as informações das últimas horas. Retransmitido pelas 51 emissoras da Rede Gaúcha Sat, trabalha com noticiário nacional e internacional. Material regional, especialmente do interior do Estado, só quando o interesse da notícia for de âmbito nacional.

Formato

Capa: data, horário, dia da semana, nomes dos redatores, do locutor, do editor, do coordenador e do gerente de jornalismo.

Manchete: em uma frase, contendo um verbo de ação, preferencialmente no presente do indicativo.

Abertura

1ª Notícia (de grande importância)

1º Comercial

1º Bloco de Notícias

Previsão do Tempo

2º Comercial

Hora certa

2º Bloco de Notícias

Última Notícia (de grande importância, chamada na manchete)

Encerramento: indicar o horário do próximo noticiário

C - Gaúcha Informação FM

O noticiário tem duração de um minuto e é veiculado a cada 30 minutos. Notícias com um máximo de quatro linhas, em linguagem descontraída, mais solta. Entram nos módulos, notícias de negócios, empresas, informática, economia, cultura, cinema, artes, política, enfim tudo que atende ao interesse do perfil de audiência da emissora, definido como sendo uma faixa denominada de adulto contemporâneo, entre 25 e 40 anos, classes A e B.

Edição e interatividade

O ouvinte de rádio é estimulado, com muita regularidade, a tomar parte do fenômeno original. No entanto, isso não se configura na existência de um modelo radiofônico interativo. Na prática, essa participação é controlada:

se o gênero é o jornalismo, predominam as reclamações quanto aos serviços em geral, o testemunho sobre algum acontecimento, via telefone, fax, cartas, ou enquete/fala-povo conduzido por um repórter; emitir opiniões, a partir de somente respondendo a perguntas específicas, com respostas curtas e, pretensamente, objetivas” (ORTRIWANO, 1998, p.13-14).

A participação popular faz parte do processo de edição da informação em rádio. Em termos jornalísticos, o ouvinte torna-se uma fonte especial, transmitindo do local dos acontecimentos e assim, sua contribuição pode significar “furos” na concorrência. Por outro lado, em termos mercadológicos, permite que se apure, por exemplo, o perfil do receptor da emissora, além de criar uma imagem positiva em favor da empresa. E, é claro, supre por tabela a falta de mão-de-obra especializada nas redações.

A tecnologia também contribui para estimular a participação do receptor na programação. Com o surgimento da telefonia celular, no início dos anos 90, a Rádio Eldorado AM criou o serviço de informação Ouvinte-Repórter, que estreou em dezembro de 1993. O ouvinte liga, de qualquer ponto da cidade ou das estradas, para a emissora e transmite a notícia, no ar, ao vivo. É lógico que se abre mão da técnica de redação em favor do imediatismo. A professora Gisela Ortriwano, para quem a comunicação entre emissor e receptor continua controlada, adverte:

O conteúdo dessas intervenções ainda é muito discutível, limitando-se a informações ligadas à prestação de serviços. Mas aos poucos, alguns passos estão sendo dados em direção à emissão da opinião de cada um. Falta, ainda, assimilar o conceito de cidadania para que as emissoras (e até amplas faixas da sociedade) aceitem permitir que o ouvinte expresse suas opiniões assumindo os riscos dessa participação ao vivo, substantiva. (1998, p.27)

Edição na Web

A utilização da Internet para a transmissão de programas radiofônicos, incluindo-se aí alguns de cunho jornalístico, apresenta, como principal vantagem, a possibilidade de programas personalizados, ao gosto do ouvinte. O rádio tradicional, baseado na transmissão sem fios, é um

canal compartilhado por uma fonte transmissora e muitos receptores. Todos os ouvintes da emissora recebem e ouvem a mesma programação ao mesmo tempo, no mesmo canal.

Uma das características da Internet é permitir uma relação única entre fonte e receptor, já que utiliza uma ligação telefônica para permitir o acesso. Assim, o ouvinte pode selecionar o que deseja consultar naquele momento. A linguagem do rádio tradicional tem uma função invocativa e recomenda que “cada ouvinte em particular precisa sentir que é para ele que o locutor está falando”(PORCHAT, p.144). Só que todos os ouvintes sintonizados recebem e percebem a mensagem do mesmo modo, ao mesmo tempo. Nas webrádio (rádioweb ou radionet), esse processo de seleção individualizado cria realmente essa relação particularizada entre a fonte e o receptor. Quanto maior o número de opções oferecidas pela rádio, maior o número de possibilidades de consultas distintas simultaneamente.

Dos meios de comunicação de massa, o rádio é o mais privilegiado, por suas características intrínsecas(Cf. ORTRIWANO,1985,p.79-81) que são: linguagem oral, penetração em termos geográficos, mobilidade tanto para o emissor quanto para o receptor, baixo custo, imediatismo, instantaneidade, sensorialidade que faz o ouvinte envolver-se num “diálogo mental” com o emissor, autonomia graças ao transistor.

A edição radiofônica nesta nova plataforma digital está, portanto, em discussão. O fenômeno resultante é claramente distinto daquele que conhecemos, com outras características. A exclusividade do signo acústico é abandonada e passamos a compartilhar sinais grafo-eletrônicos. Saímos da oralidade para o texto impresso numa trama espacial visível. Perde-se a mobilidade, já que é necessário ler-se as telas de informação para, no mínimo, selecionar a opção entre as oferecidas pelo índice. O envolvimento sensorial, que se fundamenta na força da teatralidade do signo acústico e na exclusividade da audição, dilui-se na pluralidade de sentidos envolvidos, muda de rumo e ocorre de modo a exigir estudos e pesquisas.

Sendo uma mídia ainda nova e de potencial quase ilimitado, a Internet traz, para a vida real, a ficção das revistas e do cinema futuristas, criando um mundo marcado pelo imediatismo e pela simultaneidade. Jornalista formado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com projeto de graduação na área de Internet, Helber Guther Faggion acompanha o processo de desenvolvimento da Internet comercial desde 1997 e afirma⁴⁵:

O que antes parecia apenas mais uma ilusão de um mundo criada pela ficção científica, é a realidade que podemos vivenciar, mas que não vivemos completamente.[...] A Internet é [...] uma nova mídia e, conseqüentemente, um novo mercado a ser explorado por outros veículos de comunicação. Quem tem acesso à Internet, pode ver justamente a expansão, por meio de uma nova formatação de outros produtos jornalísticos, como um dos principais funcionamentos da Internet. Embora a maior parte dos conteúdos da Internet — entenda-se aqui conteúdo como o número de *websites* existentes na *Rede* — foram desenvolvidos originalmente para estarem no ciberespaço, podemos ver ou acessar *sites* que têm origem “pré-Internet”, ou seja, já existiam como um produto jornalístico e expandiram suas fronteiras para a Internet, através de uma nova formatação apropriada para o veículo. Podemos citar alguns casos aqui para ilustrar esse processo. A revista “Veja” e a “Isto É”, ambas contam com uma versão publicada na Internet, versão esta denominada *on-line*. Da mesma forma, o rádio também está na Rede por meio de *sites* como o da “Jovem Pan” e a televisão com os *sites* das emissoras e canais de televisão a cabo: Rede Globo, Record, SBT, MTV, entre outros (2001).

O processo editorial na Internet vive, portanto, uma fase de experiências⁴⁶, de aprendizado, de recorrência, no sentido exato empregado pelo filósofo francês Gaston Bachelard (Cf. 1977). O progresso da ciência não é linear, não se faz por conservação, mas por uma dialética de liquidação do passado. Uma nova linguagem se constrói não pelo acúmulo de signos, mas pela contínua revisão de seus significados. É necessário considerar que “assim como a televisão nos anos 50, ou mesmo o rádio nos anos 30, que possibilitaram a existência da mídia eletrônica, os computadores são responsáveis por uma mudança de hábitos e conceitos quando passamos de uma cultura do cálculo na direção de uma cultura da simulação” (FAGGION, 2001).

⁴⁵ O autor publicou esse artigo na Internet, adotando o conceito de *Copyleft* para distribuição do material.

⁴⁶ A Faculdade de Comunicação da UniSul (Tubarão/SC) está desenvolvendo uma linha de pesquisa na graduação de jornalismo sobre rádio e televisão na Internet, através da criação de programas específicos.

Experimenta-se um decisivo ato de compreensão da linguagem do radiojornalismo, confrontada pelos desafios e possibilidades tecnológicas oferecidas neste início do segundo milênio. A organização curricular de Jornalismo, em especial voltada à disciplina de radiojornalismo, deve considerar este cenário:

A Internet, este incrível e apaixonante meio de comunicação, tem causado duas revoluções: a primeira é no âmbito mundial pelo seu potencial de gerar, transportar, sugerir e disseminar a informação, numa atmosfera democrática e distante da manipulação dos outros veículos de comunicação de massa; e a segunda revolução da Internet ocorre do ponto de vista pessoal, transformando a relação homem x máquina, de uma guerra de capacidade de produtividade e inteligência em uma interatividade quase humana e quase máquina. (FAGGION, 2001)

Curso Superior de Jornalismo

Escola de Jornalismo “Jackson de Figueiredo”. Essa foi a denominação inaugural adotada pela instituição mantenedora Sociedade Visconde de São Leopoldo, para o curso de Jornalismo, o primeiro do Litoral Paulista e um dos primeiros a ser criado no País, implantado em 1954, integrando a proposta da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, constituída na mesma ocasião.

O pioneirismo da mantenedora santista é coerente com o espírito de vanguarda que permeia a história da Cidade e com a determinação do clero local em dotar a comunidade de uma estrutura de ensino superior, tarefa para a qual obteve o decisivo apoio da elite política e empresarial. O curso superior de Comunicação Social (Cf. CALDAS apud PERUZZO, 2003, p.20-21), no Brasil, surgiu pelo Decreto-Lei nº5.480 de 13 de maio de 1943, mas até 1968, segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (ABEPEC), o crescimento do número de escolas foi lento, chegando a 20. Em 1972, já se somavam 46 instituições e, em 1994, eram 85.

A partir daí, houve uma explosão no segmento, com o número de cursos atingindo 525 em 2001, assim distribuídos por habilitação: Publicidade, Propaganda e Marketing: 212; Jornalismo: 182; Relações Públicas; 72; Rádio e TV: 41; Produção Editorial: 9; Cinema e Vídeo:6; Produção Cultural:2 e Fotografia:1. esse crescimento exponencial num curto período de tempo coincide com a intenção federal de aumentar a ofertas de vagas nas universidades e a liberação para investimentos empresariais no setor do ensino privado.

A intenção manifesta da recém-criada Sociedade Visconde de São Leopoldo era qualificar profissionais com sólida formação humanista e católica, para fazer frente ao avanço do comunismo no cenário político internacional e na cidade de Santos, um município libertário no qual o Partido Comunista era visto com simpatia popular. Um dos fundadores da instituição educacional, Mariano Laet Gomes, fez questão de registrar :

A criação da Faculdade de Direito de Santos pela Sociedade Visconde de São Leopoldo tem uma história que talvez poucos conheçam bem. Em 1951, existia ainda legalmente o Partido Comunista Brasileiro, do PCB de Luis Carlos Prestes e seus adeptos. Florescia e contava tantos simpatizantes em Santos, que a cidade se apelidara, lá fora, a ‘Moscou brasileira’. Chegara a eleger alguns vereadores na primeira eleição municipal após a era getuliana. Foi quando alguns elementos “avermelhados” pensavam em criar uma tribuna pública para seu credo, fundando aqui uma escola superior, e essa escola seria a de direito. O saudoso Bispo Dom Idílio José Soares estava atento, no entanto. Sabendo da idéia, reuniu um grupo de amigos e colaboradores [...].Havia pressa, porém, porque os outros já estavam entrando com seus papéis no Ministério da Educação.Impunha-se a necessidade de formar um patrimônio inicial, porque a Cúria não dispunha de meios e um dos elementos essenciais à autorização de funcionamento era esse.Dom Idílio e seus cooperadores foram incansáveis e tudo venceram em menos de um mês. (GOMES, 1974, p.91-92)

Pode-se intuir, portanto, que a criação de um curso de jornalismo pela mantenedora santista, em 1954, num período em que investimentos dessa ordem não eram necessários no País, levou em conta essa visão de defesa contra o comunismo Uma segunda evidência é a denominação-homenagem dada ao curso: Jackson de Figueiredo, jornalista e escritor sergipano falecido em 1928, era considerado referência na história do catolicismo brasileiro (VICENTE,

2004, p.5). Um terceiro detalhe reforça a ideologia e a diretriz católicas do curso: durante o período em que funcionou sob a tutela da Faculdade de Filosofia, de 1954 a 1970, seus diretores foram pessoas do clero, Monsenhor Primo Neves da Motta Vieira e Monsenhor Manoel Pestana⁴⁷.

A proposta humanista-católica iria determinar a organização curricular inicial, enfatizando-se as disciplinas reflexivas, em detrimento das práticas. Menos de uma década depois, no entanto, o currículo seria alterado em favor da formação profissional, ou seja, da preparação para um específico mercado de trabalho:

No ano de 1963, já com Monsenhor Pestana na direção, o curso de jornalismo tornou-se conhecido, atraindo alunos, mas o currículo era complexo e necessitava de revisão. Esta veio por sugestão da Diretoria de Ensino superior e depois, imposta pelo MEC, que modificou a grade curricular com matérias mais técnicas e voltadas realmente para a formação do jornalista. (VICENTE, 2004, p.5)

Essa alteração curricular, afetando conseqüentemente as disciplinas escolares, “deve-se a dupla ordem de fatores: os internos, que “dizem respeito às próprias condições de trabalho na área”, e os externos, “diretamente relacionados à política educacional e ao contexto econômico, social e político que a determinam” (SANTOS,1990 *apud* SAVIANI,N., 2000, p.31, *passim*). Uma análise da legislação pertinente ao ensino de Jornalismo possibilita clara compreensão desta variação curricular. Comparando-se as determinações de 1962 e 1984 (Cf.MOURA, 2002:

	PARECER Nº 323/62	RESOLUÇÃO Nº 02/84
ESTRUTURA MODULAR	Disciplinas Gerais Disciplinas Especiais Disciplinas Técnicas	Matérias ou Disciplinas do Tronco Comum (áreas: Ciências Sociais, Ciências da Comunicação, Filosofia e Arte) Matérias ou Disciplinas da Parte Específica (áreas: Técnicas e da Linguagem) Projetos Experimentais
DURAÇÃO DOS CURSOS	Mínimo: três anos letivos; máximo: não especificado;	Mínimo: quatro anos letivos; máximo: sete anos letivos;

⁴⁷ Pe.Américo (dois anos, fase da transição do curso de Filosofia para o de Comunicação Social);José de Sá Porto;Antonio Fernando Conceição Santos;Iberê Sirna;Estefan Kabbach;Sérgio Guidi;Marco Antônio Batan;Rafael Souza Silva;Ouhedes João Augusto da Fonseca.

CARGA HORÁRIA	Mínimo: não especificado;	Mínimo: 2.700 horas-aula; excluído o tempo dedicado a estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física.
MATÉRIAS/ DISCIPLINAS INDICADAS LEGISLAÇÃO NA	Cultura Brasileira História e Geografia do Brasil Civilização Contemporânea Estudos Sociais e Econômicos História da Cultura Artística e Literária História da Imprensa (meios de difusão) Português e Literatura de Língua Portuguesa Língua Estrangeira Moderna Ética e Legislação da Imprensa Técnicas de Jornal e Periódico Técnica de Rádio e Telejornal Administração de Jornal e Publicidade	(E) Cultura Brasileira (E) História do Brasil (E) Geografia Econômica Sociologia Geral e da Comunicação Realidade Socioeconômica e Política Brasileira (E) Realidade Socioeconômica e Política Regional (E) História da Arte (E) História da Comunicação Língua Portuguesa – redação e expressão Oral (E) Língua Estrangeira Legislação e Ética no Jornalismo Fotojornalismo Planejamento Gráfico em Jornalismo Radiojornalismo Telecinejornalismo Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística (E) Teoria Geral de Sistemas Teoria da Comunicação Comunicação Comparada Edição Preparação e Revisão de Originais, Provas e Videotexto (E) Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação (E) Economia Filosofia (E) Lógica (E) Psicologia (E) Antropologia Cultural (E) Sistemas Internacionais de Comunicação (E) Estética e Cultura de Massa (E) Teoria Política (E) Comunicação Comunitária (E) Planejamento em comunicação (E) Política de Comunicação (E) Comunicação em tecnologia Educacional (E) Realidade Regional em Comunicação Projetos experimentais

(E)= Eletiva

A proposta de 1962 concentrava-se na formação humanística e geral, sendo limitada com relação à prática, uma necessidade que já vinha sendo cobrada pelos acadêmicos dos cursos de Jornalismo. Dois anos antes, durante a IV Conferência Nacional de Jornalistas, realizada em Manaus, o jornalista Luiz Beltrão, futuro diretor do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, propôs uma reestruturação de emergência para os cursos de Jornalismo, destacando a implantação de laboratórios experimentais que pudessem funcionar como centros de renovação dos padrões jornalísticos vigentes. Em 1967, o professor José Marques de Melo, fazia

coro ao discurso de Beltrão. Em avaliação sobre o ensino de Jornalismo no Brasil, diagnosticou-se o seguinte: a) Falta de aulas práticas e estágios; b) Professores desatualizados; c) Matérias técnicas e teóricas divorciadas do jornalismo moderno; d) Falta de laboratórios e de experiências práticas; e) Ausência de pesquisa⁴⁸.

Tais críticas acabaram por provocar o MEC a promulgar a Resolução nº 11/69, pela qual o curso passou a ser de Comunicação Social, com cinco habilitações: Jornalismo Especializado, Jornalismo Polivalente, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Editoração. E, pela primeira vez, o Conselho Federal de Educação recomendava que a inclusão de aulas práticas e atividades profissionais, cabendo às escolas dispor de jornal-laboratório, estúdio-laboratório (rádio, TV e cinema), ateliê de publicidade e escritório de pesquisa de opinião de mercado. Com duração de três a seis anos, a carga horária mínima foi fixada em 2.200 horas/aula⁴⁹.

A Resolução nº 02/84, que fixou o currículo mínimo do curso de Comunicação Social, além de propor elevado número de matérias eletivas, determinou que 50 % da carga-horária do curso fosse destinada às disciplinas técnico-profissionalizantes, garantindo assim que se realizasse, no âmbito da escola, uma dinâmica próxima da realidade existente no mercado. Além disso, ampliou-se a duração do curso e a carga mínima foi definida em 2.700 horas-aula, não computadas as disciplinas de Educação Física e de Problemas Brasileiros. Outras inovações dessa proposta foram:

- 1) Seis habilitações: Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Radialismo (Rádio e TV), Cinema e Produção Editorial;
- 2) Duração do curso: quatro anos no mínimo e, no máximo, sete;

⁴⁸ A aproximação com o mercado de trabalho contribui para a exigência do diploma para o exercício profissional.

⁴⁹ A habilitação "polivalente" será abandonada em favor da especialização.

- 3) Currículo mínimo, com seis matérias obrigatórias: Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa, Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira, Comunicação Comparada e Teoria da Comunicação;
- 4) O currículo passou a ser constituído por um tronco comum, na parte de matérias diversificadas em função de cada habilitação e as técnico-profissionalizantes;
- 5) Maior liberdade para a montagem da composição curricular das escolas;
- 6) 10% da carga horária, o que corresponde a 270 horas/aulas, destinada a projetos experimentais;
- 7) A escola que tiver Jornalismo deverá editar, no mínimo, 8 jornais-laboratório por ano, em formato tablóide;
- 8) Estabelecimento da composição mínima dos laboratórios fotográfico, de rádio e de televisão;
- 9) As matérias técnicas deverão ser ministradas por professor registrado como profissional na respectiva habilitação específica com três anos de experiência na área.

O estímulo à prática laboratorial, decorrente de pressões da sociedade, da categoria profissional, dos estudantes e docentes e do governo, deu à formação superior um caráter profissionalizante, distanciando-a da formação humanística e generalista e da reflexão crítica, muito embora teoria e prática sejam indissociáveis. Mesmo exigindo obrigatoriedade para as disciplinas Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa, Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira, Comunicação Comparada e Teoria da Comunicação, a interação entre os dois segmentos não funcionava a contento.

Nilson Lage, que participou das comissões do Exame Nacional de Cursos e de Avaliação das Condições de Oferta⁵⁰, quando da implantação destes, argumenta que parte da dificuldade de diálogo curricular prende aos velhos chavões utilizados pelos responsáveis na elaboração dos currículos ou no desenvolvimento das disciplinas (EGYPTO, 2001):

Há dois grandes problemas: 1) a "teoria" ensinada, a chamada "teoria da comunicação", varia em conteúdo de uma escola para outra e, de modo geral, coleciona velhos preconceitos e crenças ideológicas que têm em comum o horror à ciência e à modernidade. Teóricos dessa área são responsáveis por algumas das bobagens mais renitentes nos discursos sobre a mídia – por exemplo, que as pessoas se contemplam na televisão "como Narciso" ou se transformam, por causa dela, em idiotas contemplativos; 2) reunidos em torno dessa "teoria", alguns sujeitos espertos e uma corte de mediocridades acadêmicas enquistaram-se nos órgãos de fomento e gestão da pesquisa, dificultando o estudo objetivo [...] do fenômeno do jornalismo e de seu papel nas sociedades contemporâneas.

No entender de Lage, com a experiência de quem analisou de perto dezenas de cursos de Comunicação, além de dirigir o da Universidade Federal de Santa Catarina, um dos mais conceituados do Brasil, um curso de Jornalismo deve ter forte embasamento teórico e contemporâneo (EGYPTO,2001):

Um bom curso de jornalismo deve contemplar, no Brasil, o ensino do texto em geral (coisa que já não se faz há muito tempo nos cursos básicos e médios); as técnicas de redação usadas em Jornalismo, nas diferentes modalidades; a interface com a tecnologia, o que pressupõe o conhecimento não só do que existe e do que está por vir, mas também a preparação para trabalhar conjuntamente com profissionais de outras áreas (informática, telecomunicações etc.) na estruturação de sistemas produtivos; uma carga elevada de informação sobre os fatos e idéias dos últimos 50 ou cem anos; a ética jornalística; e alguma teoria, de preferência recente e consistente, sobre o ofício: teoria da cognição,

⁵⁰ O art. 3º da Lei nº 9.131/95 estabelece que o MEC "fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão". Um dos instrumentos utilizados pelo governo federal o Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) foi um exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem. O outro procedimento implementado gradativamente a partir de 1999, é a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos (ACOC), na qual, comissões de especialistas ocupam-se da avaliação das condições de oferta (organização didático-pedagógica; titulação, experiência profissional, carreira, jornada e condições de trabalho do corpo docente; adequação das instalações físicas gerais e específicas; e bibliotecas) nos locais de funcionamento dos cursos. Disponível em: < <http://www.inep.gov.br/superior/provao>> e < <http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 ago 2006.

crítica da mídia, estudo das políticas de comunicação, dos processos de produção e de sua influência no produto etc.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, que deu início ao processo de discussão e elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Comunicação Social, a Resolução nº 02/84 deixou de servir como orientação formal, já que passava a vigorar o conceito “de que o ensino superior de graduação, em qualquer área do conhecimento, deveria nortear-se, na sua estrutura, por um conjunto de normas gerais que assegurassem, às instituições, liberdade na formulação de seus projetos pedagógicos” (FARO apud PERUZZO, 2003, p.139). Nos anos seguintes, em meio às dificuldades naturais ao desafio de reunir, numa única proposta, a diversidade de visões pedagógicas referentes às habilitações, setores da sociedade e da academia, na área de Comunicação, conseguiram elaborar as Diretrizes Curriculares, encaminhadas ao Conselho Nacional de Educação em 1999 e aprovadas em 2001.

A ação das associações classistas dos jornalistas foi rápida e intensa nesse processo, numa clara demonstração da influência da sociedade na construção do currículo e do saber escolar, como vimos. Após a aprovação das diretrizes foi realizado o 4º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, em Campo Grande, em abril de 2001. Na ocasião, a professora Valcir Zuculoto, membro da diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas, enfatizou a importância de que o ensino desenvolvido na academia fosse acompanhado de perto pelos profissionais do setor:

Por isso é que cada vez mais a Fenaj, os Sindicatos e os profissionais procuram se envolver ativamente com as questões da formação, a ponto de a Federação estar levando a todos os Estados a discussão e construção do Programa de Estímulo à Qualidade de Ensino em Jornalismo. Este Programa, lembrando, teve suas bases aprovadas num Congresso Nacional Extraordinário, convocado especificamente para debater a formação em 1997. E temos buscado debater e desenvolver este Programa juntamente com os vários segmentos do campo da comunicação, o Fórum dos Professores, a Intercom, a Compós, Abecom, Enecos. Pois acreditamos que a formulação e o desenvolvimento de um programa de estímulo à qualidade da formação do jornalista só avançará na sua construção, consolidação e constituição como referência se tiver a participação principalmente de todos os setores organizados da área. E mais ainda: se todos efetivamente partilharem as responsabilidades (ZUCOLOTO, 2001).

A nova proposta estabelece que o projeto acadêmico não é mais concebido como “nucleado em listagens de disciplinas”, mas baseado nas “concepções gerais que o norteiam” e que a concepção geral objetiva a superação da dicotomia entre teoria e prática. Os eixos orientadores dividem-se em conteúdos básicos e conteúdos específicos. O projeto mantém o curso com carga mínima de 2.700 horas, com duração não inferior a quatro anos, e estabelece regras para atividades complementares, estágios, considerações sobre corpo docente, infraestrutura e serviços, avaliação e acompanhamento (Cf. FARO apud PERUZZO, 2003, p.139). O curso de Comunicação da UNISANTOS adequou-se às diretrizes, mas pouco alterou seu conjunto de disciplinas. Uma ampla reforma curricular vem sendo estudada e ensaiada desde 2003, como consequência da elaboração do Projeto Político Pedagógico no ano anterior.

Após a implantação da Faculdade de Comunicação Social, em 1970, o curso de Jornalismo funcionou à Rua Sete de Setembro, em salas alugadas a uma escola marista, até ser transferido, em 1982, para o local atual, à Rua Euclides da Cunha, 264, integrando-se ao campus Pompéia. De certa forma, um retorno às origens, já que nesse espaço acadêmico também está instalada, em outro prédio, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Com a reforma acadêmica implantada em 2004, pela Reitoria, abandonou-se o uso do termo “faculdade” e os cursos foram reagrupados em Centro de Ciências, num total de cinco. Jornalismo integra o Centro de Ciências da Comunicação e Artes (CCA), junto com Arquitetura, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda⁴⁵. As habilitações Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda estão estruturadas em quatro anos divididos em oito semestres letivos. Para o curso de Jornalismo, são oferecidas 140 vagas no semestre inicial, sendo 70 em cada

⁴⁵ Encontra-se em estudos a implantação do curso de Multimeios, decorrente da habilitação Rádio e Televisão, prevista na legislação.

período (matutino e noturno), por meio de processo seletivo único e integrado para toda a universidade.

O Projeto Político Pedagógico (PPP)⁴⁶ do Curso de Comunicação da UNISANTOS destaca, em sua apresentação, a antiguidade do curso de Jornalismo, o primeiro do gênero implantado no Litoral de São Paulo, historiando que:

O presidente Getúlio Vargas assinou, no Rio de Janeiro, a 15 de julho de 1952 o Decreto nº 31.134 que concedia autorização para o funcionamento do curso de Bacharelado da Faculdade Católica de Direito de Santos, que foi reconhecido em 1955. A segunda faculdade foi a de Filosofia, Ciências e Letras, autorizada em 29 de dezembro de 1954, com os cursos de Pedagogia, Letras e Jornalismo. Os cursos de Pedagogia e de Jornalismo foram reconhecidos em 1957.

A criação do curso de Jornalismo já no segundo grupo das faculdades católicas que, posteriormente, formariam a Universidade Católica de Santos, considerou a tradição política da região e, numa estratégia própria dos tempos da Guerra Fria, pretendendo ser uma ação contra o avanço do comunismo, por meio da formação de jornalistas com visão humanista e católica. O diagnóstico traçado no PPP revela que se levou em conta a identidade cultural e política da Cidade, marcada por ações libertárias e pela defesa de valores humanistas e igualitários, e a localização estratégica de acesso ao mercado de trabalho:

As características socioeconômicas e geográficas complementam o contexto no qual o curso insere-se. A cidade de Santos abriga o maior porto da América Latina, apresenta um importante potencial turístico, principalmente para a população do estado de São Paulo e faz divisa com Cubatão, onde está instalado um importante pólo industrial de base. Distante apenas 74 quilômetros da cidade de São Paulo, proporciona ao egresso do curso de Jornalismo ampla possibilidade de atuar naquele mercado de trabalho. A região vivencia a expansão de seu parque midiático eletrônico e impresso, incluindo novos jornais diários e semanais, portais de informação pela Internet, TVs regionais e mais de

⁴⁶ Em 2002, para atender ao recadastramento da IES junto aos órgãos federais de Educação, a Reitoria determinou a elaboração e/ou atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos. A então Faculdade de Comunicação Social não dispunha desse documento. Para cada habilitação, então, foi constituída uma Comissão de Formulação sendo a de Jornalismo formada por :Prof. Marcelo L. M. Di Renzo,(na época, Chefe do Departamento de Jornalismo), Profa. Ms. Tereza Cristina Tesser e Prof. Ms. Paulo Roberto Börnsen Vibian.

50 emissoras comunitárias de rádio que se somam às 13 emissoras comerciais AM e FM aqui instaladas.

Em seu Marco Referencial, a partir do reconhecimento da natureza social e de finalidade pública da atividade jornalística, defendendo a apuração verdadeira dos fatos e sua correta divulgação e garantindo a formação de um corpo docente de qualidade científica e profissional reconhecida, de vida idônea e de respeito aos preceitos da Igreja Católica, o PPP define as diretrizes norteadoras e os objetivos a serem alcançados no curso de Jornalismo:

Os paradigmas que norteiam a formação dos discentes são: lutar pela liberdade de pensamento e expressão, defender o livre exercício do jornalismo, dignificar, honrar e valorizar a profissão, opor-se ao arbítrio, à opressão e ao autoritarismo, bem como defender a Declaração Universal dos Direitos do Homem, combater e denunciar as formas de corrupção e respeitar a privacidade do cidadão.

Ao estabelecer essa seleção paradigmática, o PPP revela adotar, como base segura e única, a formação generalista, humanista e científica entremeada com a formação técnica e particularista. Nesse ponto, mostra-se consoante com as preocupações sociais acerca da formação de agentes culturais, manifestadas por pesquisadores de Comunicação:

Em um país onde a fome e a educação ainda são problemas sem solução, a preocupação com a formação dos profissionais que produzem cotidianamente mensagens radiofônicas e televisivas não deve ser dissociada da preocupação com a influência cultural e política dos meios de comunicação e da busca por um maior comprometimento com a justiça social e econômica, com a pluralidade e a diferença, com o respeito aos direitos humanos e com a emancipação do sujeito. (SOARES apud PERUZZO, 2003, p.75)

O próprio projeto pedagógico atenta para a necessidade de uma reforma contínua em razão das mudanças no mercado de trabalho:

A proposta curricular tem como objetivo de estabelecer uma atualização do perfil do curso de Jornalismo e de seus formandos, em função das mudanças de mercado, dos avanços tecnológicos e das expectativas sociais. Proporciona ao egresso a aprendizagem de competências e habilidades profissionais, sociais e intelectuais em questão de criação, produção, distribuição, recepção e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas e as suas inserções políticas, econômicas e culturais de âmbito regional, estadual e nacional, coerentes com a evolução da profissão decorrente das modernas relações de trabalho e do avanço tecnológico.

Atendendo ao disposto pelo MEC nas diretrizes curriculares de Jornalismo, o PPP fornece a seguinte descrição acerca do perfil do egresso projetado:

- Pela capacidade plena de captar e desenvolver textos informativos, interpretativos e opinativos relacionados a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente da realidade regional, nas diferentes mídias impressa e eletrônica;
- Pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais;
- Pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum;
- Pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais econômicas, por meio da realização de *workshops* (atividades complementares), com as quais o jornalismo faz interface;
- Pela capacidade de planejar e executar políticas e planos de comunicação institucional, empresarial e comunitária;
- Pelo domínio técnico, estético e de procedimentos expressivos pertinentes à elaboração de processos editoriais em jornalismo;
- Pelo domínio de competências para a investigação científica e acadêmica;
- Pelo domínio de competências que lhe garantam a empregabilidade e manutenção no mercado de trabalho.

O curso de Jornalismo da UNISANTOS segue a proposta curricular mínima recomendada pelo governo, o que fica evidente quando se analisa o conjunto de competências e habilidades com o qual pretende dotar seus egressos⁴⁷. A preocupação em enfatizar o caráter

⁴⁷ **Gerais:** assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão de teorias; usar tais conceitos e teorias em análises críticas da realidade; posicionar-se de modo ético-político; dominar linguagens habitualmente usadas nos processos de comunicação, nas dimensões de criação, de produção, de interpretação e da técnica; experimentar e inovar no uso destas linguagens; refletir criticamente sobre as práticas profissionais no campo da Comunicação; ter competência no uso da língua nacional para escrita e interpretação de textos gerais e especializado na área; ter competência para a investigação científica e acadêmica; dominar competências que lhe garantam a empregabilidade e manutenção no mercado de trabalho. **Específicas:** registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens; interpretar, explicar e contextualizar informações; investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados; formular e planejar coberturas jornalísticas; formular questões e conduzir entrevistas; relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza; trabalhar em equipe com profissionais da área; compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística; desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação jornalística; avaliar criticamente produtos, práticas e empreendimentos jornalísticos; compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade; buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania; dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação; dominar a linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação; desenvolver competências para a empregabilidade e manutenção no mercado de trabalho.

profissionalizante do currículo na seguinte orientação: *dominar e desenvolver competências para a empregabilidade e manutenção no mercado de trabalho.*

Considerando a proposta acima, o curso de Jornalismo está organizado e de modo a permitir a formação de um profissional conforme descrito. Seu corpo docente é composto por 30 professores, sendo 21 dedicados ao núcleo específico e os demais ao chamado núcleo básico. Em termos de formação, seis são doutores, nove são mestres, seis estão em qualificação em programas de mestrado e sete têm especialização. As instalações gerais e específicas às disciplinas de conteúdo técnico-profissional são adequadas. No prédio onde o curso está instalado, no campus Pompéia, além de uma biblioteca central, funcionam uma biblioteca setorial, uma hemeroteca e uma videoteca. A organização didático-pedagógica do curso é coerente com os objetivos do curso, supracitados. O PPP, elaborado pela primeira vez em 2002, destacou, nesse contexto, os seguintes pontos:

1. Existência de dois currículos, sendo que o mais novo, que já atende aos estudantes que ingressaram este ano no curso, amplia a carga horária das disciplinas técnico-profissionais como radiojornalismo, telejornalismo e novas tecnologias;
2. A quase totalidade dos professores das disciplinas técnico-profissionais, além da titulação, possui significativa experiência profissional.
3. Incentivo aos graduandos para que sigam uma carreira acadêmica e de pesquisa. Alguns docentes da Facos foram estudantes da instituição, assumindo a docência após especialização e prática profissional no mercado de trabalho.
4. Participação dos graduandos em cursos de aperfeiçoamento profissional, como os oferecidos pelos veículos de comunicação (O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo, Editora Abril).

5. Diversos laboratórios, como o de radiojornalismo e de informática, ficam abertos extra-horário de aulas, para atendimento dos estudantes.
6. A boa integração/articulação de docentes da área técnico-profissional com os alunos.
7. A grande habilidade prática dos graduandos, em particular, nas mídias tradicionais (jornal, rádio e TV).
8. A existência de veículos laboratoriais impressos premiados, como o Agência Facos, os Murais (Centro, Zona Noroeste e Morros) e o jornal Entrevista, um dos mais antigos do País, reconhecido em concursos e congressos acadêmicos. Merece citação a rigorosa periodicidade cumprida por estes veículos, o que garante credibilidade junto ao público;
9. A existência, na área do eletrônico, de projetos laboratoriais de alcance social, como a Agência Rádio Facos de Notícias, que produz noticiário semanal e disponibiliza seu uso junto às emissoras comerciais e comunitárias da região;

Outro aspecto merecedor de reconhecimento pelo PPP foi o estímulo à pesquisa na graduação, quer agregada às disciplinas, quer por meio do Instituto de Pesquisas Científicas da Universidade. Na área de Radiojornalismo, destacam-se: 1) A Base Marconi Multimídia, que pesquisa a linguagem radiofônica através da Internet, produzindo e disponibilizando matérias e reportagens semanalmente⁴⁸; 2) O projeto Vozes da Terra, que trata de questões sociais, políticas e da terra, em programas radiofônicos de 15 minutos, em parceria com a Oboré e com o MST (Movimento dos Sem Terra), que distribui este material para cerca de 920 emissoras e acampamentos⁴⁹.

⁴⁸ Criada em 2000, a Base Marconi continua em desenvolvimento até a presente data, sendo gradualmente inserida no corpo de tarefas da disciplina de Radiojornalismo. O trabalho já recebeu três prêmios nacionais e virou tema de TCC na faculdade de Comunicação Social da PUC-RS.

⁴⁹ O programa já conquistou prêmios em congressos científicos no Brasil e no Exterior, sendo atualmente desenvolvido na PUC Campinas.

Por observar que a área de jornalismo eletrônico apresenta uma tendência expansionista no mercado de trabalho, o PPP sugeriu que uma reforma curricular deveria considerar:

1. Com relação aos perfis específicos, a necessidade de balancear os recursos e espaços para o ensino de jornalismo eletrônico, pois a ênfase dada ao curso é para o impresso.
2. Com relação aos perfis específicos por habilitação, o curso necessita investir no jornalismo on-line, em uma revista (para completar as opções do impresso) e na prática de jornalismo empresarial (por meio de uma agência interna).
3. Com relação às competências e habilidades, no geral, os projetos laboratoriais necessitam incluir, como uma opção pedagógica e dentro da ética profissional, a experimentação de novas linguagens.

É importante frisar que sendo o estágio em Jornalismo proibido por lei, em organismos externos, os veículos laboratoriais garantem a prática necessária. A disciplina de Projetos Experimentais, introduzida no currículo mínimo dos cursos brasileiros de Comunicação Social com as normas da Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 003, de 12 de abril de 1978, significou uma tentativa de contornar a crise provocada pela imprensa nacional que, naquela época, questionava a qualidade dos cursos e sua competência para formar profissionais da área de Jornalismo. Essa crítica às diretrizes adotadas pelas escolas de Comunicação relacionava-se com a quase inexistência de práticas laboratoriais nas universidades. O PPP de 2002 enfatiza esse confronto e relata a existência de um momento de transição curricular à época:

Assim, o CFE reconheceu a natureza teorizante dos cursos existentes e exigiu a implantação de laboratórios destinados a atividades experimentais. Pretendeu-se incentivar o exercício da prática jornalística nas instituições de ensino superior, atendendo às exigências do corpo discente, que reivindicava atividades práticas, em contraponto à origem dos cursos de Jornalismo nas faculdades de Filosofia, o que significava, para alguns, o absoluto predomínio do caráter humanístico no ensino de Comunicação.

Os alunos dos 7º e 8º semestres do curso de Jornalismo da UNISANTOS realizam Projetos Experimentais, num total de 960 horas, e desde 2004 desenvolvem Trabalho de Conclusão do Curso, que pode ser monográfico ou experimental.

CAPÍTULO 4

ENSINO DE RADIOJORNALISMO NA UNISANTOS

A questão central deste estudo, *“quais as principais características da disciplina Radiojornalismo ao longo dos 50 anos do Curso de Jornalismo da UNISANTOS e como tem se organizado seu ensino, na última década, face aos atuais desafios da área?”*, longe de ser pretensiosa ou evasiva, revela-se capaz de provocar que se trace um panorama histórico da

organização curricular na área de Comunicação Social, mostrando como evoluiu de uma visão humanista para uma orientação tecnicista, ao ceder aos apelos do mercado profissional.

A revisão em tela permite perceber-se que mesmo antes da regulamentação da profissão de Jornalista e da exigência de diploma para o exercício profissional, esta dos anos 70, o ensino de Jornalismo precisou trilhar um caminho diverso daquele utilizado por cursos de Filosofia ou de Direito. Em primeiro lugar, a linguagem utilizada nas redações de jornais e rádios diferenciava-se tanto das normas culta da língua, quanto do estilo literário livresco, distanciando-se de suas origens. Esse aprendizado exigia um currículo particular, que enfatizasse, de algum modo, a prática da linguagem.

Um segundo ponto refere-se ao objeto do Jornalismo, qual seja a realidade cotidiana, sua observação e registro. Ora, uma simples reflexão nos mostra que esse processo se dá dentro de critérios rigorosos de seleção e apuração dos fatos sem, no entanto, confundir-se com a pesquisa do historiador. A notícia tem características e peculiaridades, como, por exemplo, o interesse que o fato possa despertar numa grande comunidade de leitores. O incomum, o diferente, o invulgar, é a pepita buscada pelo repórter no garimpo dos fragmentos sociais diários.

Não basta praticar a linguagem, a forma de redigir-se a nota; é necessário apreender-se os mecanismos de percepção, seleção, depuração, apuração, coleta, entrevista. E isso exige a prática realizada fora do ambiente de sala de aula.

Evidencia-se que os currículos de Jornalismo e da disciplina de Radiojornalismo foram exaustivamente modificados nestes cinquenta anos, na UNISANTOS, confirmando tratarem-se de uma permanente construção cultural, baseada na contínua seleção de elementos da cultura a serem ensinados e resultando de um processo de decisões negociadas.

No período de 1955/1957, quando do início do curso de Jornalismo, integrado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a disciplina Rádio e Tele-jornalismo era basicamente teórica, como se depreende do seguinte Plano de Ensino:

Plano de Ensino de Rádio e Tele-jornalismo 1955/57

1. Histórico da Comunicação; Samuel Morse; O significado do telégrafo no campo das comunicações;
2. Histórico da Radiodifusão; dados biográficos de Marconi; O rádio e a sua influência social;
3. Finalidade educacional do rádio; de que forma dá o rádio moderno, cumprimento a essa sua finalidade; programações de fundo educacional;
4. O rádio como veículo orientador da opinião pública; vantagens do rádio no setor informativo; diferença entre boletins noticiosos e “jornal falado”;
5. A redação especial para os boletins radiofônicos: como deve ser feito; que deve objetivar; qual sua vantagem?
6. O rádio como veículo de entretenimento;
7. A finalidade cultural do rádio;
8. A tríplice finalidade do rádio – comentários;
9. Definir: programador, produtor de programas, discotecário e *broad-casting*; a finalidade cultural do rádio;
10. O Rádio e sua influência cultural – a tríplice finalidade do rádio;

Quase 20 anos depois, em 1970, quando começava a funcionar o curso de Comunicação Social, com suas três habilitações, a radiodifusão e o radiojornalismo ocupavam duas disciplinas distintas, sendo que a segunda compartilhava seu espaço curricular com tele-jornalismo. Nos quadros a seguir, os programas desenvolvidos em 1971:

1971

Disciplina: **Introdução às Técnicas de Comunicação: a linguagem jornalística na radiodifusão**

Titular: Benedito Juarez Bahia; Assistentes: Ebrahim Ramadan; Sérgio Paulo Freddi

1. Por que tanta gente ainda ouve rádio?
2. A implantação da técnica e o avanço

- 3.A rádio-difusão e seus condicionamentos em vários países;
- 4.A sustentação do meio e as principais mensagens;

1971

Disciplina: **Introdução à Tele-Rádiodifusão**(semestral) - 3º ano

Titular: João Walter Sampaio Smolka

1. Análise crítica de noticiário;
2. Componentes básicos da notícia em rádio e TV;
3. Realidade e exploração dramática em rádio;
4. Fontes de informação em rádio e telejornalismo;
5. Características da notícia e seus efeitos. Informar para formar. O triângulo de Charles Wright.
6. O surgimento da Tv e suas conseqüências na área de radiojornalismo. O transistor. Mensagem e audiência na formulação de Lasswell;
7. A entrevista (I). Sondagem, Processo e técnicas;/planejamento. Limites no rádio moderno;
8. A entrevista (II). Laboratório de som. Temática fixa. Técnica: grupal.
9. A entrevista (III). Temática de livre escolha. Técnica: campo aberto.
10. Alcance do rádio e da TV, do ponto de vista da audiência, no Brasil e no mundo.
11. Importância do rádio para o desenvolvimento. Fatos de integração nacional. Educação (e...)
12. Projeto Minerva. Evolução do jornalismo em Rádio e TV. Níveis de qualidade.
13. Contribuição das escolas de jornalismo. Profissionalização;
14. Perspectivas para o desenvolvimento nacional.
15. Entrevista (IV). Laboratório.
16. Trabalhos práticos na mesa de som.

Ao encerramento do semestre letivo daquele ano, em 25 de novembro, como prática da disciplina, foi realizado um programa radiofônico sobre música popular, no auditório da Faculdade de Filosofia. Mesmo sem dispor de infra-estrutura adequada, os agentes envolvidos, professor e alunos, conseguiram realizar uma atividade de caráter profissionalizante, com a gravação de um programa de auditório.

No ano seguinte, a Facos demonstrou seu pioneirismo e arrojo ao realizar o curso “Programa de Rádiodifusão Educativa”, sob orientação do Prof. João Walter Sampaio Smolka, com carga de 120 horas-aula. O programa dividia-se em três áreas: Radiojornalismo, Linguagem de Rádio e Teleducação. As aulas aconteciam as sextas-feiras à noite e, de 27 alunos que se matricularam, 18 concluíram o curso, sendo 12 de Pedagogia e 6 de Jornalismo, todos do quarto

ano letivo. Baseado nos conceitos de educação permanente, logrou criar três séries de programas educativos, do tipo novela, sob os temas *Alimentação*, *Vamos ler jornal* e *Povo desenvolvido é povo limpo*, com 20 scripts cada.⁵⁰

Em 1973, o curso oferece as disciplinas de Técnicas de Comunicação –Jornalismo Radiofônico e Técnicas de Comunicação – Tele-Rádiodifusão, sendo Walter Sampaio titular de ambas. A leitura dos respectivos Planos de Ensino, nos quadros a seguir, sugere que a primeira centrava-se na prática de radiojornalismo, enquanto a segunda trabalhava conceitos de radialismo e produção, nos dois meios, conforme quadros a seguir:

1973

Disciplina: **T.C. Jornalismo Radiofônico**

Titular: João Walter Sampaio Smolka

1. O jornalismo no Rádio Brasileiro

2. Conceito de Radiojornalismo

3. Técnica de elaboração da notícia radiofônica: a) Das 5 respostas fundamentais; b) Das 6 características básicas; c) Notícia impressa versus notícia radiofônica;

4. O Universo da notícia radiofônica: a) seleção; b) montagem; c) estilo em radiojornalismo;

⁵⁰ O Prof. Walter Sampaio, profissional de rádio e TV, que chegou a dirigir a Escola de Comunicação e artes da USP, revelou-se um visionário ao investir na teleducação, no início dos anos 70, embora esse investimento pode ser entendido como uma tradução midiática de um fato particular: ele era casado com a pedagoga Neide Smolka, da USP. Ainda naquela década, eles compraram o Colégio do Carmo, em Santos, e num amplo mutirão familiar, colocaram em prática uma visão pedagógica diferenciada que fez sucesso por longo período. Nessa empreitada, incluiu o curso superior de teleducação. No relatório do curso ministrado na Facos, ele destacou em suas considerações gerais: *“Acreditamos que o curso, considerado desde o início como experimental, alcançou plenamente os seus objetivos, quais sejam o de formar radiojornalistas e produtores de rádio educativo. Os alunos áureo Silva e Sonia Pinheiro já estão colocados em emissoras de rádio local(...). Quanto aos demais alunos, acreditamos que poderão produzir programas radiofônicos de cunho educativo, com temas de educação permanente (ao invés de educação formal) através do CESTEL – Centro Santista de Teleducação, criado pela Facos para dar continuidade aos programas elaborados pelos alunos do Curso. Vale assinalar que os 60 programas radiofônicos já referidos já estão praticamente colocados (vendidos comercialmente) em emissoras de Santos, São José dos Campos e outras espalhadas pelo país. Brevemente será assinado convênio de distribuição desses programas com a Rádio Cacique de Santos. Finalmente, cumpre-nos acentuar que, a partir de janeiro de 1973, o CESTEL entrará em funcionamento oficialmente e sua primeira tarefa será preparar os questionários de avaliação dos 60 programas, para realizar os testes de pré-avaliação e avaliação permanente das mensagens educativas neles constantes. Além disso, o Centro desenvolverá novas séries de programas, com base nos resultados da 3ª pesquisa realizada pelo CEPAC – Centro de Pesquisas Aplicadas em Comunicação, que tratou do levantamento de carências educacionais de duas grandes comunidades santistas.”*

5. Apresentação da notícia radiofônica; a) relação tempo-espço; b) recursos plásticos;
6. Natureza de informativos radiofônicos: a)Adjetiva; b)Substantiva;
7. A entrevista radiofônica:a)Técnica de entrevista ;b Produção de entrevistas e debates;

1973

Disciplina: **T.C.Tele-Radiodifusão**

Titular: João Walter Sampaio Smolka; Assistente: Murilo Marques Bellezia.

1. Rádio: Histórico; o surgimento no mundo e no Brasil; a necessidade; os primeiros anos; tendências;
2. Rádio: Aspectos da radiodifusão brasileira; as conquistas de cada decênio; o quadro atual;
3. Rádio: estúdio/técnica/link; transmissor; propagação; frequências (exercício de script);
4. Rádio: Produção em Rádio; script; gravação; estilos;
5. Organograma de uma emissora; rádio educativa; estatal; prova de avaliação sobre rádio;
6. Rádio: Apresentação, comentários dos scripts/finalização/comentário das provas;
7. Televisão:histórico; o surgimento no mundo e no Brasil; a necessidade; os primeiros anos;
8. Televisão: outros aspectos; organograma de uma emissora comercial; organograma de uma emissora educativa;
- 9 Televisão: O estúdio; técnica;link;luz;som;programação;Tv a cores;
- 10.Televisão: script; linguagem de TV; gravação; cenografia; o intérprete; efeitos; VT;
- 11.Televisão: a programação; estudo de uma programação vespertina; o programa ao vivo; o programa de auditório;
12. Televisão: estudo comparativo de Rádio e Televisão; resumo do assunto Televisão;
- 13.Televisão: TV Educativa; necessidades; problemas; prova de avaliação de TV;
- 14: Televisão: apresentação das provas; comentários; finalização do assunto Tele-radiodifusão;

No ano seguinte, 1974, conforme os quadros a seguir, surge a disciplina de Jornalismo Radiofônico, em substituição a Técnicas de Comunicação Jornalismo Radiofônico, com três aulas semanais. E a disciplina de Tele-Radiodifusão, pelo que se percebe, torna-se mais prática e mais plástica, com espaço para gravação de programas e uma carga de sete aulas semanais, sendo três para o 5º semestre e quatro para o 7º. Evidencia-se a intenção do mestre em estimular a utilização dos meios de comunicação como veículos de educação. Esses planos são os mesmos de 1975.

1974

Disciplina: **Tele-radiodifusão**

Titular: João Walter Sampaio Smolka; Assistente: Rose Marie Inojosa Grava.

1. O Rádio e a Televisão – sua natureza e função como veículos de comunicação de massa.
2. O Rádio
 - 2.1 O Rádio no Brasil: uma perspectiva histórica.
 - 2.2 O advento da televisão e a crise do rádio
 - 2.3 Técnicas de utilização do veículo

- 2.4 A elaboração de um roteiro (aula prática)
- 3. A Televisão
 - 3.1 A televisão no Brasil: seu desenvolvimento e problemas.
 - 3.2 A implantação da Tv a cores e suas conseqüências;
 - 3.3 Técnicas de utilização do veículo;
 - 3.4 A elaboração de um roteiro (aula prática)
 - 3.5 Técnicas de animação;
- 4. O público receptor e as mensagens da tele-rádiodifusão;
 - 4.1 O público adulto e suas opções;
 - 4.2 A propaganda como programa;
 - 4.3 As telenovelas e seu papel social;
 - 4.4 O público infantil e suas opções;
 - 4.5 Os programas educativos;
- 5. Educação pelo Rádio
 - 5.1 O projeto Minerva – audição de programas e análise;
 - 5.2 Elaboração de dois programas educativos (aula prática);
 - 5.3 Gravação e análise pelo grupo;
 - 5.4 Gravação e análise pelo grupo;
 - 5.5 Prevenção de atitudes anti-sociais pelo rádio;
 - 5.6 Elaboração de dois programas sobre os assuntos discutidos no tema 6(aula prática)
 - 5.7 Gravação e análise pelo grupo;
 - 5.8 Gravação e análise pelo grupo;
 - 5.9 Orientação de adolescentes pelo rádio;
 - 5.10 Elaboração de um programa sobre o assuntos discutido no tema 6(aula);
 - 5.11 Gravação e análise pelo grupo;
 - 5.12 Avaliação;
 - 5.13 Balanço e comentários dos resultados auferidos no semestre;

1974

Disciplina: **Jornalismo Radiofônico**

Titular: João Walter Sampaio Smolka; Assistente: Rose Marie Inojosa Grava.

- O radiojornalismo no Brasil;
- A natureza da linguagem radiofônica;
- O estilo radiofônico e suas normas;
- A utilização dos recursos sonoros;
- Os gêneros jornalísticos;
- Os Boletins Noticiosos;
- Os Informativos;
- Os comentários e editoriais;
- As Entrevistas;
- Os programas de Instrução;

O desafio proposto, pelo que se pode perceber na amostragem selecionada nos primeiros anos do Curso de Comunicação Social, não apenas se mostra oportuno pela efeméride do

cinquentenário do curso de Jornalismo, como pelo ineditismo da pesquisa, praticamente sem referências similares entre dissertações e teses dessa área de conhecimento e correlatas. Ao mesmo tempo, possibilita uma profunda reflexão sobre o modelo curricular ora em curso na disciplina de Radiojornalismo, num momento de significativo conflito no próprio mercado profissional onde os recursos tecnológicos disponíveis comparecem como “mocinhos e bandidos”. E projeta desdobramentos sobre o momento vivido pela instituição, de grande reorganização acadêmica e curricular em seus 28 cursos.

Reconstrução: viva o tempo real!

Março de 1994. A base prática da disciplina de Radiojornalismo limitava-se à redação e gravação de notas elaboradas a partir de “*press-releases*” fornecidos pelo docente responsável. A atividade estendia-se pelos dois semestres do quarto ano de Jornalismo – na época, o curso era anual e atendia, principalmente, à limitação de tempo do respectivo docente, jornalista e funcionário público celetista⁵¹.

A negociação inicial, a partir da contratação de mais um docente para a disciplina, dói transferir para este a responsabilidade pelas aulas do terceiro ano, o qual reformulou a proposta de trabalho. Com uma carga de 34 horas-aulas semestrais, idealizou-se como meta oferecer um embasamento conceitual formal associado à um processo prático contínuo e crescente.

Estabeleceu-se, assim, o seguinte programa para a série inicial:

- História do rádio, desde a evolução tecnológica que resultou na invenção deste meio de comunicação, sua transformação em meio de massas, seu impacto no mundo; a chegada

⁵¹ Todos os professores de Radiojornalismo da UNISANTOS, ao longo destes 50 anos, desenvolveram carreiras profissionais em jornalismo, rádio e alguns, em televisão. São: Juarez Bahia, João Walter Sampaio Smolka; Rose Marie Inojosa Grava; Reynaldo Tavares; Claudia Fonseca; Teresa Cristina Tesser; Ricardo Musa; Marcelo Luciano Martins Di Renzo; Paulo Roberto Börnsen Vibian.

ao Brasil e o papel do visionário educador Edgard Roquette Pinto; sua popularização e a atuação do governo de Getúlio Vargas; a fase de ouro capitaneada pela Rádio Nacional; a perda de espaço para a televisão; sua recuperação; e os principais gêneros desenvolvidos.

- A linguagem do rádio, um meio quente por excelência, suas características, peculiaridades e disfunções e, em especial, sua diferenciação da mídia impressa.
- Os formatos jornalísticos existentes, sua organização, elaboração, produção e realização.
- Produção de notícias, em várias etapas: redação a partir de material fornecido; redação a partir de material coletado; redação com a inclusão de sonoras; gravação do material.

Naquele ano, a faculdade inaugurou, ainda no primeiro semestre, um novo estúdio de rádio, amplo, bem equipado e com bom revestimento acústico, funcionando no quinto andar do prédio da Faculdade de Comunicação. Posteriormente, foi transferido de local por ocasião da criação do Centro Tecnológico de Comunicação, que agrupou todos os laboratórios num único andar, no nível térreo. E, evidentemente, recebeu alguns equipamentos novos.

Com a possibilidade de utilização do estúdio, a proposta educacional adotada no terceiro ano incorporou uma novidade: a idéia do tempo real. As gravações passaram a ser realizadas reproduzindo-se as condições do tempo de fechamento noticioso de uma emissora comercial. Em outras palavras, o rigor profissional foi trazido para o ambiente acadêmico. Havia um período de tempo destinado à preparação do noticiário e um horário pré-determinado para gravação, o qual não podia ser modificado ou dilatado. Todo o processo era alvo de avaliação.

De um certo modo, esse espírito profissionalizante já permeava a prática nos projetos impressos desde o Agência Facos, o primeiro a ser desenvolvido pelos estudantes, ainda no segundo ano. A reprodução do ambiente profissional contribui para a fixação de conceitos

teóricos, revela problemas individuais permitindo a busca de soluções específicas e, por último, funciona como um estágio, uma das exigências do Plano de Diretrizes Curriculares para Comunicação.

As características dos veículos impressos e eletrônicos, em especial o rádio, estabelecem diferenças para a compreensão do tempo. No impresso, o tempo determinava o teto para a finalização da redação de textos, da editoração, da diagramação e da entrega de fotos, conforme o caso. O produto final, o exemplar impresso, este incluía um tempo de produção gráfica, distante do aluno. Já na prática radiofônica, este tempo é controlado pelo alunado, posto que ele elabora e também apresenta o programa. Ele não fica esperando a gráfica imprimir os exemplares, ao contrário, ele próprio “imprime” seu produto final.

Então, a questão do tempo radiofônico torna-se complexa, posto que passa a ser a unidade de medida do trabalho. No impresso, a unidade é o centímetro de coluna. Uma determinada quantidade de linhas escritas numa lauda (outra medida, mesmo cada vez mais em desuso, graças à informática.) corresponde a uma determinada centimetragem, ocupa um espaço tangível, palpável. Em termos radiofônicos, essa mesma quantidade de linhas corresponde a uma determinada quantidade de segundos. O programa é elaborado não em páginas, mas em minutos, horas.

Um exemplo comparativo: uma página de jornal *standart* (54cmx6col) equivale a 10 mil caracteres de texto, ou seja, 143 linhas de texto (70 caracteres cada), sem contarmos a área reservada para título e uma foto. Em rádio, como se estima que a leitura de uma linha, em ritmo jornalístico, dure 5 segundos, temos 714 segundos, ou 11 min 54seg.

Para preencher uma página, o editor utiliza, além dos textos, elementos como manchetes, fotos, vinhetas, fios, quadros, ou seja, um conjunto pictográfico, cênico, objetivando construir uma leitura espacial da informação para o receptor. Há uma ordenação nesse processo, que

define qual lado da página é mais ou menos importante com base na maior ou menor possibilidade de percepção do leitor. Algo semelhante ocorre na produção radiofônica. Além das vinhetas sonoras, há o trabalho do locutor, modulável ao ritmo do programa, mas personalizado. Embora exista um padrão de leitura, ensinado nos cursos profissionalizantes de locução, há uma certa dose de subjetividade graças ao elemento humano. Isso significa que o produto radiofônico se completa no momento exato de sua execução, ou seja, um produto de cinco minutos, que pressupõe 60 linhas de texto, terá menos linhas se incluídos alguns elementos de construção espacial e de serviço (hora certa, por exemplo) ou, terminará antes, dependendo do ritmo de leitura.

Essa realidade relembra que o jornalismo impresso também viveu situação semelhante. Era na produção gráfica, na montagem das páginas em chumbo, que se faziam os ajustes do plano gráfico, obrigando, por vezes, a redução ou corte da matéria (daí, o surgimento do conceito e prática do *lead* noticioso: ao menos, o mais importante ficava preservado).

A complexidade acima mencionada está em levar o aluno a pensar temporalmente, espacialmente, em um universo virtual intocável e invisível aos olhos humanos. A exigência de atuar num dado tempo real, como se estivesse atuando ao vivo, obriga-o a tratar desta imaterialidade que é o radiojornalismo como algo concreto, sobre o qual tem controle.

Não basta informar o aluno sobre o tempo do rádio, é necessário levá-lo a vivenciar esse tempo, experimentar sua pressão, conhecer seu ritmo, permitir-lhe decidir quando e como reescrever um texto “ao vivo”, de improviso.

A incorporação do tempo no processo de ensino-aprendizagem, além das vantagens já descritas, acarretou a necessidade de incorporar-se esse item aos sistemas de avaliação e de notas. Com relação a este último, o tempo passava a representar um dado valor quantitativo equivalente aos valores atribuídos à pauta, à coleta de dados, à redação, à organização editorial da

matéria ou do produto, à estética sonora e à arquitetura espacial resultante. Equivalente e não igual posto que cada etapa, embora fundamental, tem um peso diferente na construção final. Por exemplo, a pauta criativa pode ser criativa e original, mas a coleta de dados pode resultar insuficiente e superficial, prejudicando o produto final que tem o tempo exato. Ou, tudo está bem realizado, mas o tempo ultrapassa o desejado.

Com relação ao processo de avaliação da disciplina, a inclusão do tempo, quer de produção, quer de gravação, revelou-se poderoso instrumento de preparação profissional, afastando os exercícios realizados da percepção de meras tarefas escolares e aproximando-os ao conceito de produtos realizados no padrão esperado pelos mercados consumidor e empregador. Sua influência revelou-se benéfica ao processo de ensino-aprendizagem, requalificando a disciplina como atividade-laboratorial e permitindo uma quantificação estatística da produção anual, otimizando assim o tempo do estúdio de rádio destinado ao jornalismo.

Novas mudanças

Ao final daquele ano de 1994, o professor titular da disciplina de Radiojornalismo desligou-se da universidade, abrindo-se o caminho para uma reformulação mais radical e completa. A principal alteração foi adotar-se um modelo programático que contemplasse os quatro semestres referentes ao terceiro e quarto anos, num encadeamento teórico-prático adequado a cada etapa.

Nessa nova concepção curricular, no quarto ano, cada semestre passou a incorporar o desenvolvimento de um projeto radiojornalístico. Assim:

- No primeiro semestre, produção de boletim noticioso, incluindo planejamento editorial, planejamento estético-espacial, produção de vinhetas, redação noticiosa a partir de entrevistas, editoração; gravação do material.

- No seguinte, produção de radiojornal de 30 minutos, incluindo planejamento editorial, planejamento estético-espacial, produção de vinhetas, redação noticiosa a partir de entrevistas, editoração; gravação do material.

O resultado obtido desdobra-se em dois aspectos positivos: a) motivacional; b) valorização da disciplina no curso. No primeiro, saltou aos olhos o maior interesse demonstrado pelos discentes, sendo que vários buscaram encaminhamento nesse segmento profissional. Quanto ao segundo, em 2000 comprovou-se a necessidade de a disciplina ocupar maior espaço na grade e, em conseqüência, a carga do terceiro ano dobrou, passando para 68 horas-aulas semestrais, sem aumento da carga global do curso. Como resultado desse processo de reorganização das disciplinas, os planos de ensino, utilizando-se como exemplo os de 2005, ficaram assim:

Plano de Ensino da disciplina Radiojornalismo I, ano de 2005

Ementa:

A disciplina apresenta três segmentos distintos: histórico, teórico-técnico e prático. Em um primeiro momento, o aluno toma contato com a história do rádio no mundo, no Brasil e na região. Em seguida, aprende as técnicas de redação do texto jornalístico em rádio (características e peculiaridades da linguagem radiofônica) e, para finalizar, aplica esses conhecimentos na elaboração (redação e gravação no estúdio) de notas e boletins jornalísticos.

Objetivos Gerais:

A disciplina contribui para a consecução dos objetivos do curso de Jornalismo, na medida em que possibilita ao aluno uma visão histórica, teórica e prática do processo de construção do ambiente midiático no rádio, contribuindo para a construção de um profissional crítico e com domínio da técnica.

Objetivos Específicos:

Fornecer embasamento histórico sobre o rádio no Brasil e no mundo, para que o aluno possa identificar as características do meio radiofônico nas duas diversas etapas históricas, a fim de facilitar a compreensão sobre rádio da atualidade, bem como propiciar conhecimentos teóricos e práticos a respeito da produção de jornalismo em rádio, estimulando a preparação e difusão de textos noticiosos que obedeçam as características do meio, capacitando-o a atuar em redações e equipes de reportagem de emissoras.

Conteúdo Programático:

A história do rádio no Brasil e no mundo;
 O rádio na Baixada Santista;
 O jornalismo no rádio brasileiro;
 Radiodifusão comunitária;
 Produção de linguagem (linguagem, signo e signo sonoro);
 Tecnologia do Rádio (AM, FM e Internet);
 Linguagem Radiofônica: características;
 Linguagem Radiofônica: peculiaridades;
 A notícia em rádio (definições e redação);
 Formatos jornalísticos (a nota e o boletim).

Metodologia/Estratégias/Procedimentos de Ensino:

Os conteúdos são abordados por meio de aulas expositivas, com e sem recursos audiovisuais (datashow), apresentação de vídeos e aulas práticas no estúdio-laboratório e na redação.

Sistemática e Instrumentos de Avaliação:

A avaliação é realizada de maneira individual e contínua, envolvendo: Prova escrita; Produção prática; Participação e frequência.

Bibliografia Básica:

FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. *O mito no rádio: a voz e os signos da renovação periódica*. São Paulo: ANNABLUME: ECA/USP, 1993.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio, os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

PARADA, Marcelo. *Rádio: 24 horas de jornalismo*. São Paulo: Panda, 2000.

PRADO, Emílio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

Bibliografia Complementar:

BIANCO, Nélia R. Del e MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio no Brasil, tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, D.F.: UnB, 1999.

CHANTLER, Paul e HARRIS, Sim. *Radiojornalismo*. São Paulo: Summus, 1998.

COMUNICAÇÃO & Sociedade. *Revista Semestral de Estudos de Comunicação*. São Bernardo do Campo: IMS, v. 10, n. 18, dez. 1991.

JUNG, Milton. *Jornalismo de Rádio*. São Paulo: Contexto, 2004.

ORTIZ, Miguel Angel e MARCHAMALO, Jesús. *Técnicas de comunicación em radio. La realización radiofónica*. Buenos Aires: Piados Ibérica, 1997.

PEROSA, Lílian Maria F. de Lima. *A hora do clique. Análise do programa de Rádio "A Voz do Brasil" da Velha à Nova República*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

PORCHAT, Maria Elisa. *Manual de Radiojornalismo da Jovem Pan*. São Paulo: Ática, 1986.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

SAMPAIO, Walter. *Jornalismo Audiovisual: Rádio, TV e Cinema*. Petrópolis: Vozes, 1971

Projeto Laboratorial de Rádio I / 7º semestre / 2005**Ementa:**

A disciplina apresenta uma abordagem prática do Radiojornalismo, constituindo-se basicamente na produção de formatos jornalísticos em rádio, por meio da pauta, entrevista, edição e veiculação de noticiário.

Objetivos Gerais:

A disciplina possibilita ao aluno a experiência necessária à complementação de sua formação acadêmica, por meio da vivência de todas as etapas do fazer jornalístico, da pauta à produção de radiojornais, de veiculação na comunidade e na Internet. Propicia, ainda, a formação de um profissional crítico e com domínio da técnica.

Objetivos Específicos:

Propiciar o desenvolvimento de entrevistas, reportagens e radiojornais, bem como o domínio da produção de roteiros e o domínio das técnicas de edição e apresentação de programas jornalísticos em rádio.

Conteúdo Programático:

Textos radiofônicos;

Linguagem radiofônica;

Reportagem e entrevistas: técnica e edição;

Produção em rádio;

Produção de roteiro;

Apresentação de programas jornalísticos em rádio.

Metodologia/Estratégias/Procedimentos de Ensino:

A disciplina considera os conteúdos já apresentados e desenvolvidos nas disciplinas Radiojornalismo I e II. O aluno, por meio da pauta, da captação de informação, da edição e da produção radiofônica, desenvolve uma visão abrangente das possibilidades oferecidas pelo meio para a produção de jornalismo. O conteúdo é desenvolvido com aulas expositivas, com o uso de recursos audiovisuais, e práticas no estúdio-laboratório de rádio e na redação.

Sistemática e Instrumentos de Avaliação:

Todo o material jornalístico produzido pelos alunos, com a orientação dos docentes, é avaliado de forma continuada e com a participação dos discentes, por meio da discussão do ponto de vista jornalístico e ético dos detalhes que envolvem a produção apresentada.

Bibliografia Básica:

FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

McLEISH, Robert. *Produção de rádio: um guia abrangente da produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001.
 PARADA, Marcelo. *Rádio: 24 horas de jornalismo*. São Paulo: Panda, 2000.
 PRADO, Emílio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

Bibliografia Complementar

BIANCO, Nélia R. Del e MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio no Brasil, tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, D.F.: UnB, 1999.
 CHANTLER, Paul e HARRIS, Sim. *Radiojornalismo*. São Paulo: Summus, 1998.
 JUNG, Milton. *Jornalismo de Rádio*. São Paulo: Contexto, 2004.
 NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. *O mito no rádio: a voz e os signos da renovação periódica*. São Paulo: ANNABLUME: ECA/USP, 1993.
 ORTIZ, Miguel Angel e MARCHAMALO, Jesús. *Técnicas de comunicación em radio. La realización radiofónica*. Buenos Aires: Piados Ibérica, 1997.
 ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio, os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.
 PORCHAT, Maria Elisa. *Manual de Radiojornalismo da Jovem Pan*. São Paulo: Ática, 1986.
 SAMPAIO, Walter. *Jornalismo Audiovisual: Rádio, TV e Cinema*. Petrópolis: Vozes, 1971.

Público

Os projetos impressos mantidos pelo curso de Jornalismo – Agência Facos, Mural e Jornal Entrevista – circulam na comunidade regional, em maior ou menor escala. O jornal-laboratório sempre teve uma tiragem acima do total de alunos, permitindo uma distribuição externa. No momento, dentro de uma concepção voltada ao público externo aos *campi*, conta com uma tiragem de 10 mil exemplares e distribuição gratuita em bancas de jornais, organizada por empresa especializada. O Mural é afixado pelos estudantes em empresas (bares, lanchonetes, restaurantes, associações de bairro, etc) localizadas na região enfocada (Morros, Zona Noroeste, Centro, por exemplo). O Agência é restrito aos estudantes, mas sempre sai dos muros da instituição.

Ou seja, ao exigir que o curso de Jornalismo publicasse pelo menos oito edições anuais de órgão-laboratorial impresso, pretenderam os educadores do MEC garantir uma situação de estágio real para os discentes e, ao mesmo tempo, cobrar uma qualidade mínima dos responsáveis pelos cursos, já que a produção é, por si só, reveladora.

Para o radiojornalismo, no entanto, nenhuma exigência foi feita, exceto que a Universidade contasse com a disciplina e com uma infra-estrutura mínima adequada à gravação e produção de produtos específicos. No entanto, a exposição da produção a terceiros que não o docente responsável, exige melhor qualidade do produto final e, por conseguinte, desafia o aluno a superar seus medos e limitações.

O ideal seria que as universidades contassem com emissoras educativas para não apenas possibilitarem esse aprendizado prático, mas também desempenharem importante papel sócio-educativo, principalmente junto às populações de baixa renda e de pouca instrução escolar. Quando isso não ocorre, uma alternativa é o desenvolvimento do chamado rádio-escola ou rádio interna.

O rádio-escola é um sistema de transmissão radiofônico por meio de linha telefônica privada que interliga uma determinada área, em geral o *campus*, possibilitando a difusão de programas noticiosos em horários pré-determinados (intervalo de aulas, por exemplo). A recepção se dá por meio de alto-falantes fixos. A expressão escola caracteriza o sentido de aprendizagem que o processo possibilita.

A emissora interna segue o mesmo princípio, mas sem utilizar linha telefônica. Os alto-falantes (ou cornetas) são conectados diretamente ao estúdio por meio de fiação específica para esse fim. Pode ser utilizada em escolas, mas também em empresas e órgãos públicos.

Sem dispor de uma emissora própria ou arrendada, a Facos, em diversos momentos, lançou mão de uma rádio-interna, transmitindo, no horário do intervalo das aulas, programas noticiosos de 15 minutos de duração. Chegou a manter, durante algum tempo, um docente para acompanhar, diariamente, a transmissão dos diversos programetes. Em 1995, meses após a inauguração do novo estúdio, intentou-se retomar esse modelo de publicização da produção, mas por motivos diversos despertou pouco interesse entre o alunado. Um dos motivos era a distância

entre o pátio, onde os alunos se concentravam no intervalo, e as caixinhas de som, instaladas no 5º andar do prédio da faculdade. Outro, por falta de manutenção, o som era rouquenho e quase incompreensível.

A adversidade acabou proporcionando nova investida acadêmica. Aliando-se a necessidade de exibir-se a produção discente à crescente redução de profissionais nas redações das emissoras de rádio locais, criou-se a Agência Rádio Facos de Notícias. Numa seqüência semanal de trabalho, os alunos produziam matérias com sonoras⁵² com duração máxima de três minutos cada, as quais, após seleção crítica, eram distribuídas às emissoras regionais com o compromisso destas de aproveitarem o material em seus noticiários. O projeto deu certo.

Cada matéria exige do aluno a elaboração de pauta, levantamento das informações, entrevistas, decupagem do material gravado, redação e gravação dos “offs”, roteirização e envio ao técnico de estúdio para finalização. Após, ele exhibe a matéria ao docente, acompanhada de um texto-chamada, destinado a ser lido por qualquer locutor de uma emissora quando da eventual veiculação da matéria. O docente analisa a matéria destacando os pontos fortes e fracos, sugerindo sua reorganização, quando há tempo e material para tanto, ou sua eliminação. Sendo aprovada, é enviada às emissoras para utilização mediante citação do respectivo crédito, que se constitui no nome do repórter e da identificação do projeto e da Universidade.

Essa prática, além do aspecto positivo de dar visibilidade à produção discente junto ao mercado empregador, contribuiu para reforçar os conceitos teóricos apreendidos, diante da responsabilidade atribuída à tarefa.

⁵² No jargão radiofônico, “sonora” corresponde a um trecho curto de uma entrevista gravada, utilizado na matéria ou reportagem. Equivale a uma declaração entre aspas no jornalismo impresso.

Por outro lado, aprimorou o treinamento dos técnicos de laboratório de rádio, permitindo-lhes estabelecer um diálogo dinâmico com os demais atores do processo, no qual partilhavam suas próprias experiências profissionais.

Um terceiro ponto, de fundamental importância, deu sustentação política à disciplina: Radiojornalismo passou a ter um produto público, distribuído junto ao mercado profissional e ouvido pela comunidade regional. Em outras palavras, equiparou-se aos projetos impressos e ganhou voz nas discussões internas e externas. Passou a ter peso nas negociações curriculares que se seguiram a partir daí.

Outros laboratórios

A criação do projeto Agência Rádio Facos de Notícias reforçou duas outras atividades laboratoriais, quais sejam, o Boletim, de 3 minutos, e o Radiojornal, de 30 minutos. A base teórico-prática destes dois programas é a estruturação editorial de um conjunto de notícias, a partir de um planejamento preliminar que inclui: a conceituação ideológica do programa; a escolha do nome, da linha fina, das vinhetas principais (abertura, passagem, encerramento), da trilha musical principal, das editorias; a produção do suporte sonoro, incluindo material secundário; a seleção de publicidade; a elaboração das pautas, das matérias centrais, com sonoras, e das notas secas. Incluía ainda, a locução e o controle da produção no estúdio.

Lógico que a produção do boletim de 3 min exige esforço diverso daquele empregado no radiojornal, em decorrência do tempo. No entanto, sendo realizada ainda no terceiro ano, torna-se uma atividade extremamente motivadora, posto que, ao aprendizado da técnica, alia-se a liberdade de criação, já a partir da postura ideológica da equipe. Nenhuma proposta é rejeitada *a priori*, sendo-o apenas após ter sido testada pelos discentes e revelado-se insatisfatória para as

metas de aprendizagem ambicionadas. O mesmo pensamento orienta o jornal, realizado no semestre subsequente. É possível, até, que a equipe mantenha o mesmo projeto.

Todas as duas atividades são precedidas de aulas expositivas, nas quais os princípios teóricos da atividade são apresentados, bem como os modelos possíveis. Igualmente, os alunos têm acesso ao plano de trabalho, o que facilita sua programação e organização de trabalho, levando-se em conta, até, a interdisciplinaridade latente nas atividades práticas do curso de jornalismo.

Ao serem criadas, as duas atividades aconteciam somente no quarto ano, ficando o Boletim no primeiro semestre e o Radiojornal no seguinte. Com a ampliação da carga horária no terceiro ano, o primeiro projeto passou a ser realizado no terceiro ano, segundo semestre, e o jornal passou a ocupar os dois semestres do quarto ano, totalizando oito edições por equipe.

A essa altura, sentiu-se necessidade de aprofundar o projeto, oferecendo aos alunos, novas oportunidades jornalísticas. Também buscou-se estimular os alunos a pesquisarem, quer sobre o rádio no litoral paulista, quer sobre temas de seu interesse.

Ao terceiro ano, com a oportunidade de discutir-se a evolução histórica do rádio, incluiu-se a pesquisa formal sobre a evolução regional do meio de comunicação. De atividade individual e livre, passou a ser elaborada em equipes, com temas predeterminados.

Ao quarto ano, ofereceu-se a possibilidade de realização de documentário radiofônico, produto jornalístico ainda muito utilizado na Europa, em particular, na Inglaterra e na Alemanha, dois grandes centros produtores dessa modalidade. Além de reforçar o desenvolvimento do senso estético espacial, a proposta estimulava a criação de uma narrativa mais literária e lúdica, embora baseada em fatos reais. Aproximava-se, desse modo, daquele formato que, em impresso, é denominado grande reportagem ou jornalismo literário.

O documentário é desenvolvido em dois semestres, sendo que no primeiro é escolhido o tema, desenvolvida a pesquisa pertinente, incluindo-se entrevistas e coleta de material histórico, e no segundo, são realizadas a gravação e a montagem da peça radiofônica, cuja duração média é de 55 minutos. A escolha dos temas a serem produzidos tem início pela apresentação de propostas individuais, nas quais os discentes devem informar: tema; gancho; enfoque; contexto; retrancas; material disponível (bibliografia, arquivos em áudio, pesquisas); fonte(s) obrigatória(s); motivação pessoal; conhecimento do tema.

Realizado em grupo, o documentário exige intensa negociação entre os alunos para garantir-se o sucesso da empreitada. O processo é acompanhado por reuniões periódicas e planos individuais de atividade, cobrados por meio de relatórios também individuais.

A percepção de que era necessário auxiliar o aluno a melhor coletar dados para suas matérias, em particular quando o processo exigia entrevista, levou à criação do projeto Mesa-redonda, em 2003. Esse formato é um dos mais populares no Brasil, quer nas emissoras de rádio, quer das de televisão, principalmente pelo baixo custo de produção envolvido. A graça desses programas apóia-se na atualidade/oportunidade do tema, na equilibrada seleção dos convidados e no apresentador, que deve prepara-se bem sobre o assunto e saber dosar o ritmo do programa.

A Mesa-redonda permitiu aos professores um monitoramento do processo de entrevistas até então inexistente em todos os projetos laboratoriais do curso. As entrevistas, ao longo do curso, costumam ser externas à sala de aula, impossibilitando o professor de acompanhá-las. A mesa é gravada em tempo real (30 minutos), no estúdio de rádio, o que possibilita ao professor, após o programa, discutir o desempenho do entrevistador. Aos produtores, cabe a missão de, uma vez escolhido o tema, elaborar a pesquisa do tema, elaborar a lista de convidados, promover os convites e garantir a presença dos convidados.

É necessário frisar que a Mesa-redonda contribuiu para equilibrar a rotina de tarefas desenvolvidas pelos alunos, após a implantação do Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de Jornalismo. Com uma grade completa no quarto ano, de 24 horas-aula em seis dias, a realização de quatro edições do radiojornal no segundo semestre corria o risco de perder sua qualidade editorial como decorrência do volume de trabalho exigido para os projetos laboratoriais desenvolvidos⁵³. A substituição das edições do radiojornal por outras tantas de mesa mostrou-se oportuna e, ao contrário do que se poderia imaginar, revelou-se um projeto motivador, posto que atraiu personalidades regionais ao estúdio, valorizando a atuação da equipe.

A produção resultante da Agência Rádio Facos de Notícias e da Mesa-redonda é integralmente disponibilizada na Internet, por meio de um *site* experimental desenvolvido em consonância com a disciplina, sobre o qual trataremos adiante.

Internet

Em 2000, de olho no avanço da rede mundial de computadores e na perspectiva de vir a tornar-se a grande mídia eletrônica do terceiro milênio, os professores da disciplina decidiram pela criação de uma base de dados para estudo e experimentação dessa realidade tão próxima e presente. Em homenagem ao italiano Guglielmo Marconi, foi denominada Base Marconi Multimídia.

Definiu-se, como objetivo, estudar a práxis do ensino de radiojornalismo em ambiente da rede mundial. Para tanto, como primeiro produto, foi lançada a Rádio Web Metropolitana, estabelecendo uma referência proposital à Região Metropolitana da Baixada Santista, criada,

⁵³ Jornal Entrevista(8 h/a); jornal *on line* Hipertexto (4 h/a); prática de telejornalismo(4 h/a); radiojornalismo (4 h/a); Novas Tecnologias(2 h/a) e Orientação de TCC(2 h/a).

pouco antes, em 1996, e à realidade do corpo discente da UniSantos, que registrava, à época, índice em torno de 60% de alunos residentes fora de Santos.

Entre 2000 e 2002, a proposta foi aceita pela Instituição como um Projeto de Iniciação Científica, com remuneração dos docentes envolvidos e manutenção de estudantes bolsistas.

A primeira atividade prática foi a transposição das matérias realizadas para a Agência Rádio Facos de Notícias para a base eletrônica, num ritmo de atualização semanal e incorporando algumas das vantagens da Internet, como textos e fotos dos autores. O resultado era híbrido, já que as reportagens tinham sido elaboradas para veiculação em rádio convencional, ou seja, com pouco controle do ouvinte. Porém, de imediato, trazia uma significativa alteração ao projeto, pelo menos com relação ao receptor.

Primeiro, uma ampliação do número de emissoras de rádio atingidas e que podiam utilizar as matérias em seus programas. Pelo sistema de distribuição utilizado até então, o máximo de emissoras beneficiadas com o projeto ficava na casa de 10, incluindo-se aí algumas “comunitárias”. Com a internet, esse número é incalculável: praticamente, todas as emissoras radiofônicas do Planeta podem usar o material!

Outra consequência foi a liberação do material jornalístico aos usuários da rede mundial, independentemente de intermediação das emissoras de rádio. O internauta pode ouvir as matérias que desejar, selecionadas no “cardápio” virtual, fazer *download* ou até mesmo, se desejar, gravar alguma para utilização futura. Ou seja, estava criada uma “rádio virtual” diferenciada dos padrões utilizados nas *webrádios* disponíveis na rede, quer comercial, quer universitária.

As rádios comerciais, com o surgimento da Internet, aproveitaram a nova mídia para: a) promover a mídia original junto aos internautas e ao segmento publicitário (nesse sentido, a TV Globo foi pioneira, pois utilizou o videotexto para a mesma função, em 1983); b) experimentação, criando um banco categorizado de músicas e, em alguns casos, serviço noticioso

atualizado periodicamente. Numa fase posterior, a Internet passou a complementar a programação oficial, transmitindo o programa ao vivo. O navegador pode ouvir e ver o seu programa favorito.

Essa modalidade, é necessário que se esclareça, cria um meio híbrido que não é rádio, nem televisão, nem impresso. Esse hibridismo vai além: o internauta é, a um só tempo, receptor e emissor. O rádio convencional, após sua transformação em veículo de entretenimento das massas, tornou-se unidirecional. O ouvinte tem sua participação interativa controlada pelo emissor, dono do sistema de comunicação. Por outro lado, sem ver como o programa é realizado (fenômeno original), ele ouve o programa que chega pelas ondas hertzianas (fenômeno resultante), este com uma estética narrativa orientada somente para a audição e um planejamento cênico espacial distintos de tudo o que de fato ocorreu na geração do programa. Essa é a base da relação emissor-receptor nos sistemas de comunicação secundários e terciários: temos acesso ao produto final, não aos meandros decisórios de elaboração/desenvolvimento deste produto. Uma reação a essa “falta de democracia” ou a esse “controle do conteúdo” pelo emissor ocorreu na Itália, começo dos anos 70, quando do início da popularização dos videocassetes. Reuniões sindicais ou políticas, por exemplo, eram filmadas e exibidas na íntegra, em televisores instalados em locais como bares, por exemplo. A idéia era “mostrar tudo” para que o indivíduo, livremente, construísse sua interpretação da realidade.

Esse hibridismo, em moda no rádio comercial, revela o momento da construção do programa. O receptor vê/ouve quase ao mesmo tempo, dependendo do sistema de recepção de internet que disponha (discado ou banda larga). Essa revolução é mais comercial, pois agrega-se como ouvinte o internauta, que ideológica. Por outro lado, com a digitalização da TV, uma nova teoria da comunicação precisará ser escrita para dar conta desta realidade.

As iniciativas universitárias no campo de rádio pela internet, como as desenvolvidas pelos cursos de jornalismo da Universidade do Sul de Santa Catarina e pela PUC do Rio Grande do Sul, buscaram a construção de uma emissora convencional, com uma grade de programação em parte ao vivo, mas sem imagens, e outra parte em sistema de banco de dados.

Existem dois tipos de rádio na *Internet*: a emissora tradicional (analógica, AM ou FM) que montou uma página na *web* e dispõe de diversos recursos extras aproveitando as vantagens da rede mundial de computadores; e a rádio feita exclusivamente para a *web*, sem antes ter sido veiculada via antena. No primeiro caso, somente acontece a retransmissão do som, na qual a emissora utiliza a *Internet* prioritariamente como meio alternativo de divulgar-se, buscando maior alcance. Já o rádio feito para a *Internet*, a verdadeira webrádio, usa a *Internet* como meio exclusivo de veiculação, e possui a necessidade de ter um conteúdo e planejamento específico para a *web*. (FONSECA, 2004, p.20)

A proposta experimental desenvolvida no curso de Jornalismo da UNISANTOS intenta estudar: a) a utilização da internet como integrante do processo de ensino-aprendizagem das disciplinas de Radiojornalismo, e não de On line ou Novas Tecnologias, portanto, como (1) instrumento de trabalho e como (2) meio de comunicação, associados a uma estrutura narrativa auditiva; b) a substituição do sistema de distribuição das reportagens da Agência Radio Facos de Notícias, de modo agilizar o processo e ampliar o número de emissoras beneficiadas; c) a linguagem híbrida que a internet possibilita, associando às matérias mencionadas, textos e fotos, num momento inicial.

Esta proposta de webrádio, no entanto, rejeitou desde o início, a idéia de oferecer aos internautas uma grade de programas. A intenção, realizada em parte, era disponibilizar um banco de matérias, categorizado em editoriais e setores de cobertura, com atualização periódica e sistemática. Entendeu-se que esse processo necessitava ser melhor compreendido e estudado para que os elementos pertinentes a uma possível nova disciplina (*radiowebjornalismo*) pudessem ser identificados e confrontados com os elementos originais. O texto radiofônico, por exemplo, deve

ser curto, objetivo, sintético, escrito em ordem direta, posto que o ouvinte terá acesso a ele somente por meio da própria audição. Na internet, no entanto, o texto é lido pelo internauta. Essa observação revela a amplitude da mudança latente no ensino de radiojornalismo com o advento da internet.

Resultado desse cuidado, a Mesa-redonda, em seu processo de produção, já incorpora pelo menos duas práticas oriundas dos cuidados com a inserção na Internet: a redação de um texto telegráfico, com manchete inclusa, para atrair o internauta e informar sobre o assunto tratado; e fotografias do momento da gravação, acompanhadas de legendas.

Por outro lado, a rádioweb não se confunde com a disciplina de *On line*, posto que esta se orienta à práxis de um jornal virtual, no qual o áudio é complementar ao texto impresso.

Outro diferencial

Tentar propor aos discentes o desenvolvimento de programas reais destinados a platéias imaginárias, mas verdadeiras, é outro desafio acadêmico incluído na disciplina de Radiojornalismo, desde as primeiras atividades práticas. Embora se trate de um exercício destinado ao aperfeiçoamento dos procedimentos jornalísticos ensinados em classe que, ao final, terá sua qualidade mensurada com a atribuição de uma nota ou conceito, empenha-se a proposta em dissociá-lo da idéia de uma mera tarefa. Os jovens são instados a pensar em tempo real.

Esse enfoque permeia todas as etapas do trabalho, tanto na criação dos programetes, quanto no desenvolvimento dos conteúdos. Na pauta das matérias, leva-se em consideração a possibilidade de distribuição desse material por intermédio da Rádio Web. Não são aceitas propostas que gerem “matérias velhas”, entendendo-se aqui aquelas ocorridas há mais de dois da data de gravação do programa em questão, por exemplo.

Trabalha-se, assim, dentro da principal característica do meio, qual seja o imediatismo, o aqui-agora, o dinamismo da cobertura ao vivo. Essa dinâmica empresta um enfoque mais profissional à construção do produto final, quer o radiojornal, quer qualquer um dos outros já mencionados, contribuindo para um aprendizado mais efetivo das regras e conceitos da linguagem e prática radiofônicas.

A atribuição de notas segue um modelo próprio. Todas as produções são avaliadas, observando-se prioritariamente, o produto em si, em relação à linguagem e aos procedimentos adotados. A participação nas atividades propostas também é considerada, mantendo ou reduzindo a nota final. Há um retorno imediato ao aluno, quer em forma de orientação, quer em forma de conceito atribuído. Desse modo, a constância no envolvimento com a disciplina passa a ser uma exigência prática para que o aluno construa sua evolução dentro da meta da disciplina.

Recapitulando

O Projeto Experimental em Radiojornalismo contempla a prática, em articulação com os conceitos teóricos desenvolvidos nas disciplinas de Radiojornalismo I e II, ministradas do 5º ao 8º semestres. As atividades produzidas obrigatoriamente pelos formandos são:

Agência Rádio Facos de Notícias: O projeto funciona como uma agência de notícias radiofônicas, na qual os alunos atuam como repórteres. Os discentes debatem a pauta com os professores, que os orientam sobre a melhor forma de realização da proposta. Em seguida, o aluno vai a campo produzir a matéria combinada. No retorno à sala de aula, o material é avaliado individualmente, sendo liberado ou não. As matérias com defeitos técnicos são editadas ou refeitas a partir da orientação do professor. O material já avaliado é editado numa fita cassete e enviado semanalmente às emissoras de rádio da região, onde é veiculado nos espaços jornalísticos das programações, com o devido crédito. A emissora

só recebe esse material se der o crédito de produção aos alunos da Faculdade de Comunicação da UNISANTOS. Cada aluno participa de 10 a 12 edições por ano. As etapas de trabalho desenvolvidas no projeto são:

1. Reunião de Pauta;
2. Preparação das matérias;
3. Edição das matérias;
4. Avaliação e aprovação ou não do material apresentado;
5. Edição da fita final;
6. Elaboração do espelho/roteiro;
7. Distribuição do material;
8. Avaliação dos resultados.

Boletim de notícias: programete com duração variando entre 3 a 5 minutos, desenvolvido no sexto semestre, em equipe. Ao lado da prática noticiosa, os alunos desenvolvem técnicas de produção e edição, desde a criação do projeto editorial e definição do nome, até a construção do arcabouço estético, com característica musical e vinhetas, passando pela editoração do programete e o desenvolvimento de roteiro. As gravações são semanais, em horário e escala pré-determinados pelos docentes. A produção das matérias é um capítulo à parte. Nas quatro primeiras edições, as matérias são secas, sem utilização de sonoras. Nas quatro últimas, cada aluno deve produzir pelo menos uma matéria com sonora. A produção das sonoras leva o estudante a aprender o manuseio do gravador, os procedimentos adequados à captação do áudio em diferentes ambientes e condições de trabalho, o processo de decupagem da gravação e de seleção editorial. Ao todo, cada equipe grava oito boletins, preparando-se para a etapa seguinte, a produção de radiojornal.

Rádio Facos: radiojornal produzido em equipes, apresentando periodicidade mensal, com 30 minutos de duração. Os discentes exercitam a prática jornalística, como pauta, reportagem, entrevista, edição e produção, bem como a roteirização e apresentação do radiojornal. Cada equipe produz de seis a oito edições por ano.

Documentário: grande reportagem desenvolvida em equipe durante os 7º e 8º semestres. Na primeira fase, cada estudante sugere uma pauta, cabendo aos docentes a seleção das mais interessantes, oportunas ou viáveis. Na seqüência, a classe divide-se entre os temas selecionados e cada grupo elabora um roteiro preliminar indicando a divisão e trabalho e as contribuições individuais á proposta. Por meio de reuniões sistemáticas e relatórios, individuais e coletivos, os docentes acompanham o desenvolvimento da pesquisa. O calendário de atividades do 7º semestre termina com a entrega do roteiro básico do programa, o qual contribui para que os professores definam o cronograma de gravações do semestre seguinte. Na fase final, no 8º semestre, as equipes produzem os programas, que têm duração média de 45 minutos cada. Os melhores programas são oferecidos às emissoras comerciais da região⁵¹. Ao final, terão sido desenvolvidas as seguintes habilidades profissionais:

1. Planejamento da proposta;
2. Realização da pesquisa;
3. Redação do roteiro;
4. Produção;
5. Gravação/apresentação;

⁵¹ Em 2006, estão em produção os seguintes projetos: *250 anos de Mozart*; *Chorinho em Santos*; *Bandas independentes*; *O movimento beatnick*; *O político Mário Covas*; *Santos, a cidade dos deficientes*; *460 anos de Santos*; *Um dia no Hospital Guilherme Álvaro*; *a vida na Ilha Diana*; *A trajetória do Jornal Cidade de Santos*;

6. Edição/Montagem.

Mesa-redonda: desenvolvida no 8º semestre, este programa-laboratorial possibilita a realização de debates e painéis sobre temas da atualidade, ao vivo, com a participação de convidados, às vezes em posições antagônicas. Cada programa tem duração de 30 minutos e é disponibilizado integralmente na Base Marconi Multimídia, para acesso público. Realizado em equipes, cabe aos discentes a elaboração da pauta, pesquisa sobre o assunto, contato com os entrevistados, apresentação e documentação fotográfica, para utilização na Web. Esse projeto possibilita aos professores a realização de um ajuste fino nos procedimentos de entrevistas, comumente realizadas sem a presença docente. Cada equipe grava quatro programas, ocorrendo rodízio nas atividades.

É conveniente, para facilitar uma melhor interpretação do conjunto de tarefas escolares desenvolvidas, lançar-se um olhar sobre os calendários de atividades desenvolvidos nos quatro semestres de 2005 e de 2006:

Radiojornalismo / Série: 5º Sem.		
CALENDÁRIO 1º SEM 2005		
Noite	Manhã	Conteúdo / Atividade
24/02	25/02	Apresentação do Curso; bibliografia;
03/03	04/03	O desenvolvimento da Comunicação e dos meios de comunicação; classificação dos meios de comunicação com base no receptor; História do Rádio I; Rádio e Globalização (pesquisa e redação);
10/03	11/03	História do Rádio II(Brasil/Rádio Nacional); Sensibilização auditiva (conto e produção); Rádio e Globalização (entrega)
17/03	18/03	História do Jornalismo no Rádio; Gravação do Conto(M); Redação do Conto(N);
24/03	25/03	Ferriados/Páscoa
31/03	01/04	História do Rádio- capítulo Santos; (M): ouvir gravação do conto(M); Rádio e Globalização (devolutiva); Criação de conto sem verbo de ação(M)

07/04	08/04	Sensibilização auditiva: gravações(N)
14/04	15/04	Sensibilização auditiva audição dos contos(N) e Contos sem verbos(M); Signo Radiofônico(M/N); Linguagem Radiofônica; Exercício I (N: +Exercício II)
21/04	22/04	(M): Linguagem Radiofônica; Exercício II
28/04	29/04	Avaliação escrita individual
05/05	06/05	Linguagem Radiofônica: Prática de Redação(textos fornecidos)
12/05	13/05	Linguagem Radiofônica: Prática de Redação (texto próprio)
19/05	20/05	Linguagem Radiofônica: Redação e Gravação(texto próprio)
26/05	27/05	(M):Audição
02/06	03/06	Redação e Gravação(texto próprio); (N): + audição
09/06	10/06	Redação e Gravação(texto próprio)
16/06	17/06	Redação e Gravação(texto próprio)
23/06	24/06	Avaliação: Gravação de Notícia (texto próprio)

(*) não há reposição desta avaliação.

Radiojornalismo / Série: 5º Sem.		
CALENDÁRIO 1º SEM 2006		
Noite	Manhã	Conteúdo / Atividade
09/02	10/02	1. Apresentação do curso/ bibliografia; 2.Redação(solicitar;1400 carac.)
16/02	17/02	1.O desenvolvimento da comunicação e dos meios de comunicação; 2.Classificação dos meios de comunicação com base no receptor; 3.História do Rádio I(mundo); 4.Redação: (receber)
23/02	24/02	1.História do Rádio II(Brasil/Rádio Nacional); 2. Sensibilização I (conto1 /produção); 3.Redação (reescrever;700 carac)
02/03	03/03	1. História do Rádio III(Santos);2.Sensibilização II (conto 2- sem verbo/produção); 3 Redação: (receber);4.
09/03	10/03	1. Rádio: Tecnologia; Sensibilização III(gravação conto 2)
16/03	17/03	1. Rádio: Signo Radiofônico; 2. Sensibilização IV: ouvir gravações;
23/03	24/04	1. Rádio: Linguagem Radiofônica; 2. Exercício I; 4.Redação final(sintetizar: 270 caracteres)
30/03	31/03	1. Rádio: Linguagem Radiofônica; 2. Exercício II;
06/04	07/04	1. Rádio: Linguagem Radiofônica; 2. Exercício III;
13/04	14/04	<u>Páscoa</u>
20/04	21/04	1. Rádio: Linguagem Radiofônica; 2. Prática de Redação(textos fornecidos);
27/04	28/04	1. Rádio: Linguagem Radiofônica; 2. Prática de

		Redação(texto próprio)3. // <i>Obs.: M- Idem + aula anterior</i>
04/05	0505	Avaliação escrita individual
11/05	12/05	1.Redação;2.Gravação(texto próprio);3., Audição;
18/05	19/05	1.Redação;2.Gravação(texto próprio);3., Audição;
25/05	26/05	1.Redação;2.Gravação(texto próprio);3., Audição;2. Pesquisa I: Memória do Rádio(3º Relatório);
01/06	02/06	1.Redação;2.Gravação(texto próprio);3., Audição;
08/06	09/06	Avaliação: Gravação de Notícia (texto próprio)
15/06	16/06	Notas

Radiojornalismo II / 6º semestre manhã e noite				
Calendário 2º SEM 2005				
<i>Noite</i>	<i>Manhã</i>	<i>Boletim</i>	<i>Agência Facos</i>	
04.08	05	Apresentação	Apresentação	
11	12	Base teórica	Base teórica	
18	19		Prática de Gravação	
25	26		Pauta 1,Pauta 2	
01.09	02		Pauta 3,Pauta 4	Audição1, Aud.2
08	09			
15	16	Boletim – base teórica	P5, P6	A.3, A.4
22	23	Boletim – produção	P7, P8	A5, A6
29	30	Boletim – produção	P09	A7, A8
06.10	07	B1: N- 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12; M – 1,2,3,4,5,6,	P10	A9
13	14	B2: N- 4,5,6,7,8,9,10,11,12,1,2,3; M –3,4,5,6,1,2;	P11	A10
20	21	B3: N- 7,8,9,10,11,12,1,2,3, 4,5,6; M –5,6,1,2,3,4;	P12	A11
27 – AULAS SUSPEN SAS	28	B4: M –1,2,3,4,5,6;	P13(m)	A12(m)
03.11	04	B4: N- 10,11,12,1,2,3, 4,5,6, 7,8,9; B5: M –3,4,5,6,1,2;	P13(n); P14(m)	A12(n);A13(m)
10	11	B5: N- 1,2,3, 4,5,6, 7,8,9, 10,11,12; B6: M –5,6,1,2,3,4;	P14(n);P15(m)	A13(n);A14(m)
17	18	B6:	P15(n);	A14(n);A15(m)

		N- 4,5,6,7,8,9,10,11,12,1,2,3; B7: M -1,2,3,4,5,6;	P16(n)(m)	
24	25	B7 + B6: 10 minutos N- 7,8,9,10,11,12,1,2,3, 4,5,6; B8: M -3,4,5,6,1,2;		A15(n); A16(n)(m)
Boletim – Horário de Gravação - Seguir a ordem das equipes Noite: 19h15/19h30/19h45/20h00/20h15/20h30/20h45/21h00/21h15/21h30/21h45/22h00/ Manhã: 8h00/8h15/8h30/8h45/9h00/9h15				

Radiojornalismo I I - 6º sem M/N			
CALENDÁRIO 2º SEMESTRE 2006			
(inclui pesquisa sobre a memória do Rádio na Baixada Santista – quatro emissoras)			
Manhã	Noite	Boletim (5´)	Agência Facos(2 a 3´)
03.08	04.08	Apresentação	Apresentação
10	11	Base teórica	Base teórica
17	18	Boletim – produção	Prática de Gravação / Pauta 01
24	25	Boletim – produção	Audição 1/Pauta 02
31	01.09	Boletim – produção	Audição 2 / Pauta Agência 1
07	08		
14.09	15	GravaçãoB1(com entrevista sem edição): N- 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10, M - 1,2,3,4,5,6,7,8	Pauta Ag. 2
21	22	GravaçãoB2(com entrevista sem edição): N - 4,5,6,7,8,9,10,1,2,3; M -3,4,5,6,7,8,1,2;	Pauta Ag. 3
28	29	GravaçãoB3(com entrevista sem edição): N - 7,8,9,10,1,2,3, 4,5,6; M -5,6,7,8,1,2,3,4;	Pauta Ag. 4
05.10	06.10	GravaçãoB4(com entrevista sem edição): N- 10,1,2,3, 4,5,6, 7,8,9; M -7,8,1,2,3,4,5,6;	Pauta Ag. 5
12	13		
19	20	Gravação B5(com sonora editada): N- 1,2,3, 4,5,6, 7,8,9, 10; M -1,2,3,4,5,6,7,8	Pauta Ag. 6
26	27	Gravação B6(com sonora editada): N- 4,5,6,7,8,9,10, 1,2,3; M - 3,4,5,6,7,8,1,2;	Pauta Ag. 7
02.11	03.11		
09	10	Gravação B7(com sonora editada): N- 7,8,9,10, 1,2,3, 4,5,6; M - 5,6,7,8,1,2,3,4;	Pauta Ag. 8
16	17	Gravação B8(com sonora editada): N- 10,11,12,1,2,3, 4,5,6, 7,8,9; M -3,4,5,6,1,2;	Pauta Ag. Especial

23	24	Gravação de Boletim Especial – 15'	
30	01.12	Avaliação do semestre	
Boletim – Horário de Gravação - Seguir a ordem das equipes			
Noite: 19h15/19h30/19h45/20h00/20h15/-/21h00/21h15/21h30/21h45/22h00/ Manhã: 8h00/8h15/8h30/8h45/-/9h30/9h45/10h00/10h15/			

Projeto de Radiojornalismo / Série: 7º Sem – Manhã
CALENDÁRIO 1º SEM 2005

Data	Agência Facos 7h30 – 8h30	Radiojornal 8h30 – 9h00	Documentário 9h00 – 10h30
02/03		Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/ Organização das equipes	
09/03	Pauta 1 – Eqs. A e B	Discussão Roteiro Preliminar(espelho)/Produção	Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/ Organização das equipes / Critérios da proposta
16/03	Audição A g. 1 – A e B; Pauta 2 - Eqs. C e D	Produção	Elaboração da proposta
23/03	Audição Ag.2 – C e D	Gravação RF 1 – 4 equipes	Entrega da proposta (digitada)
30/03	Pauta 3 – Eq. D	Avaliação RF 1	Apresentação das propostas selecionadas/ Organização das equipes
06/04	Audição Ag.3 - D Pauta 4 – Eq. B	Gravação RF 2 – Eq. D	
13/04	Audição Ag.4 - B Pauta 5 – Eq. C	Gravação RF 2 – Eq. B	1ª Reunião Equipes
20/04	Audição Ag.5 - C Pauta 6 – Eq. A	Gravação RF 2 – Eq. C	
27/04	Audição Ag.6 - A Pauta 7 – Eq. D	Gravação RF 2 – Eq. A	1º Relatório
04/05	Audição Ag.7 - D Pauta 8 – Eq. B	Gravação RF 3 - Eq. D	
11/05	Audição Ag.8 - B Pauta 9 – Eq. C	Gravação RF 3 – Eq. B	2ª Reunião Equipes
18/05	Audição Ag.9 - C Pauta 10 – Eq. A	Gravação RF 3 – Eq. C	
25/05	Audição Ag.10 - A Pauta 11 – Eq. D	Gravação RF 3 – Eq. A	2º Relatório
01/06	Pauta 12 – Eq. B	Gravação RF 4 - Eq. D	
08/06	Pauta 13 – Eq. C	Gravação RF 4 – Eq. B	Entrega dos Roteiros

15/06	Pauta 14 – Eq. A	Gravação RF 4 – Eq. C	
22/06		Gravação RF 4 – Eq. A	Divulgação do Calendário do 2º Semestre 2005

Projeto de Radiojornalismo/ Série: 7º semestre – Manhã			
CALENDÁRIO 1º SEMESTRE 2006			
Data	Agência Facos 7h30 – 8h30	Radiojornal 8h30 – 9h00	Documentário 9h30 – 11h10
08/02	Divisão equipes (4)	Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/ Organização das equipes (4)	
15/02	Pauta 1 – Eqs. 1,2,3	Discussão Roteiro Preliminar (espelho)/Produção	Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/ Organização das equipes / Critérios da proposta
22/2	Audição Ag. 1 – 1,2,3 Pauta 2 - Eqs. 4,5	Produção	Elaboração da proposta
08/03	Audição Ag.2 – 4,5	Gravação RF 1 – 5 equipes	Entrega da proposta (digitada)
15/03	Pauta 3 – Eq. 4	Avaliação RF 1	Apresentação das propostas selecionadas/ Organização das equipes
22/03	Audição Ag.3 - 4 Pauta 4 – Eq. 2	Gravação RF 2 – Eq. 4	1ª Reunião Equipes (1/2) / 1º Relatório
29/03	Audição Ag.4 - 2 Pauta 5 – Eq. 3,5	Gravação RF 2 – Eq. 2	1ª Reunião Equipes(1/2) / 1º Relatório
05/04	Audição Ag.5 – 3,5 Pauta 6 – Eq. 1	Gravação RF 2 – Eqs. 3 e 5	
12/04	Audição Ag.6 - 1	Gravação RF 2 – Eq. 1	
19/04			2ª Reunião Equipes (todas) / 2º Relatório
26/04	SIMCOM	SIMCOM	SIMCOM
03/05	Audição Ag.8 – 2, 4 Pauta 9 – Eqs. 3,5	Gravação RF 3 – Eq. 2, 4	
10/05	Audição Ag.9 – 3,5 Pauta 10 – Eq. 1	Gravação RF 3 – Eqs.5, 3	3ª Reunião Equipes (todas) / 3º Relatório
17/05	Audição Ag.10 - 1 Pauta 11 – Eq. 4	Gravação RF 3 – Eq. 1	
24/05	Pauta 12 – Eq. 2	Gravação RF 4 – Eq.4	
31/05	Pauta 13 – Eqs. 3,5	Gravação RF 4 – Eq. 2	Entrega dos Roteiros
07/06	Pauta 14 – Eq. 1	Gravação RF 4 – Eq. 5, 3	
14/06		Gravação RF 4 – Eq. 1	Divulgação do Calendário do 2º Semestre 2006

Projeto de Radiojornalismo / Série: 7º semestre – Noite			
CALENDÁRIO 1º SEM 2005			
Data	Agência Facos 19h00 – 19h30	Radiojornal 19h30 – 21h00 (*)	Documentário 21h00 – 22h30
02/03		Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/ Organização das equipes	
09/03			Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/ Organização das equipes / Critérios da proposta
16/03		Discussão Roteiro Preliminar(espelho)/Produção	Elaboração da proposta
23/03		Produção	Entrega da proposta (digitada)
30/03	Pauta 1 – Eqs. 9-6-3	Produção	Apresentação das propostas selecionadas/ Organização das equipes
06/04	Pauta 2 – Eqs.8-5-2	Gravação RF 1 – Eqs. 9-6-3	
13/04	Pauta 3 – Eqs. 7-4-1	Gravação RF 1 – Eqs. 8-5-2	1ª Reunião Equipes
20/04	Pauta 4 – Eqs. 6-3-9	Gravação RF 1 – Eqs. 7-4-1	
27/04	Pauta 5 – Eqs. 5-2-8	Gravação RF 2 – Eqs. 6-3-9	1º Relatório
04/05	Pauta 6 – Eqs. 4-1-7	Gravação RF 2 - Eqs. 5-2-8	
11/05	Pauta 7 – Eqs. 3-9-6	Gravação RF 2 – Eqs. 4-1-7	2ª Reunião Equipes
18/05	Pauta 8 – Eqs. 2-8-5	Gravação RF 3 – Eqs. 3-9-6	
25/05	Pauta 9 – Eqs. 1-7-4	Gravação RF 3 – Eqs. 2-8-5	2º Relatório
01/06	Pauta 10 – Eqs.9-6-3	Gravação RF 3 - Eqs. 1-7-4	
08/06	Pauta 11 – Eqs.8-5-2	Gravação RF 4 – Eqs. 9-6-3	Entrega dos Roteiros
15/06	Pauta 12 – Eqs. 7-4-1	Gravação RF 4 – Eqs. 8-5-2	
22/06		Gravação RF 4 – Eqs. 7-4-1	Divulgação do Calendário do 2º Semestre 2005

(*) A seqüência dos grupos indica a ordem de gravação (19h30, 20h, 20h30).

Projeto de Radiojornalismo / Série: 7º semestre – Noite			
CALENDÁRIO 1º SEMESTRE 2006			
Data	Agência Facos 19h00-20h00	Radiojornal 20h00-21h40	Documentário 21h40 – 22h40
08/02	Divisão equipes (9)	Organização das equipes (9)	
15/02	Pauta 1 – Eqs. 9/6/3	Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/	Conceitos/ Procedimentos/ Modelo Facos/ Organização das equipes / Critérios da proposta
22/2	Audição A g. 1 – 9/6/3 Pauta 2 - Eqs. 8/5/2	Discussão Roteiro Preliminar (espelho)/	
08/03	Audição Ag.2 – 8/5/2 Pauta 3 - Eqs. 7/4/1	Produção	Entrega da proposta (digitada)
15/03	Audição Ag.3 - Eqs. 7/4/1 Pauta 4 – Eqs. 9/6/3	Produção	Apresentação das propostas selecionadas/ Organização das equipes
22/03	Pauta 5 – Eqs. 8/5/2	Gravação RF 1 – Eqs. 9/6/3	1ª Reunião Equipes (8/5/2) 1º Relatório
29/03	Pauta 6 – Eqs. 7/4/1	Gravação RF 1 – Eqs. 8/5/2	1ª Reunião Equipes(7/4/1) / 1º Relatório
05/04	Pauta 7 – Eqs. 6/3/9	Gravação RF 1 – Eqs. 7/4/1	1ª Reunião Equipes(6/3/9) / 1º Relatório
12/04	Pauta 8 – Eqs. 5/2/8 (pauta livre)	Gravação RF 2 – Eqs. 6/3/9	
19/04			2ª Reunião Equipes (todas) / 2º Relatório
26/04	Pauta 9 – Eqs. 4/1/7 (pauta livre)	Gravação RF 2 - Eqs. 5/2/8 Transferida para 6/5, sábado, das 10 às 12h.	
03/05	Pauta 10 – Eqs. 3/9/6	Gravação RF 2 – Eqs. 4/1/7	
10/05	Pauta 11 – Eqs. 2/8/5	Gravação RF 3 – Eqs. 3/9/6	3ª Reunião Equipes (todas) / 3º Relatório
17/05	Pauta 12 – Eqs. 1/7/4	Gravação RF 3 – Eqs. 2/8/5	
24/05	Pauta 13 – Eqs. 9/6/3	Gravação RF 3 - Eqs. 1/7/4	
31/05	Pauta 14 – Eqs. 8/5/2	Gravação RF 4 – Eqs. 9/6/3	Entrega dos Roteiros
07/06	Pauta 15 – Eqs. 7/4/1	Gravação RF 4 – Eqs. 8/5/2	
14/06		Gravação RF 4 – Eqs. 7/4/1	Divulgação do Calendário do 2º Semestre 2005

Projeto de Radiojornalismo II / Série: 8º semestre – Manhã CALENDÁRIO 2º SEMESTRE 2006⁵²		
Data	Mesa-redonda 8h00; 8h45;	Documentário Produção e gravação
02/08	Conceitos e orientação técnica/ Modelo CCA/	
09/08	Discussão e escolha da primeira pauta (gravada)	
16/08	Produção	
23/08	Gravação Mesa 1(M1); Eqs.: 2; 4	
30/08	Gravação Mesa 1(M1); Eqs.: 3 / 5	<i>Entrega do programa gravado e roteiro, primeira turma, em 31/08</i>
06/09	Avaliação da primeira rodada; discussão e escolha da segunda pauta (gravada).	
13/09	Gravação Mesa 2(M2); Eqs.: 4; 2	
20/09	Gravação Mesa 2(M2); Eqs.: 5; 3	
27/09	Avaliação da segunda rodada; discussão e escolha da terceira pauta (gravada).	<i>Entrega do programa gravado e roteiro, segunda turma, em 29/09</i>
04/10	Gravação Mesa 3(M3); Eqs.: 2; 4	
11/10	Gravação Mesa 3(M3); Eqs. : 3; 5	
18/10	Avaliação da terceira rodada; discussão e escolha da quarta pauta (gravada).	
25/10	Gravação Mesa 4(M4); Eqs.: 4; 2	<i>Entrega do programa gravado e roteiro, terceira turma, em 31/10</i>
01/11	Gravação Mesa 4(M4); Eqs.: 3	
08/11	Gravação Mesa 4(M4); Eqs.: 5	
22/11	(reservado)	
29/11	(reservado)	
1. As mesas-redondas selecionadas serão veiculadas pela rádioweb e pela emissora Boa-Nova FM 96,3, de Praia Grande, aos sábados.		

Projeto de Radiojornalismo / Série: 8º semestre – Noite CALENDÁRIO 2º SEMESTRE 2006⁵³		
Data	Mesa-redonda 19h30; 20h15; 21h00	Documentário Produção e gravação
02/08	Conceitos e orientação técnica/ Modelo CCA/	

⁵² Este calendário equivale ao do segundo semestre de 2005, para o 8º sem manhã.

⁵³ Este calendário equivale ao do segundo semestre de 2005, para o 8º sem noite.

09/08	Discussão e escolha da primeira pauta (gravada)	
16/08	Gravação Mesa 1(M1); Eqs.: 9 / 8/ 7	
23/08	Gravação Mesa 1(M1); Eqs.: 6 / 5/ 4	
30/08	Gravação Mesa 1(M1); Eqs.: 3 / 2/ 1	<i>Entrega do programa gravado e roteiro, primeira turma, em 31/08</i>
06/09	Avaliação da primeira rodada; discussão e escolha da segunda pauta(gravada)	
13/09	Gravação Mesa 2(M2); Eqs.: 8/ 7/9	
20/09	Gravação Mesa 2(M2); Eqs.: 5/ 4/6	
27/09	Gravação Mesa 2(M2); Eqs.: 2/ 1/ 3	<i>Entrega do programa gravado e roteiro, segunda turma, em 29/09</i>
04/10	Gravação Mesa 3(M3); Eqs.: 7/9/8	
11/10	Gravação Mesa 3(M3); Eqs.: 4/ 6/ 5	
18/10	Gravação Mesa 3(M3); Eqs.: 1/ 3/ 2	
25/10	Gravação Mesa 4(M4); Eqs.: 9 / 8/ 7	<i>Entrega do programa gravado e roteiro, terceira turma, em 31/10</i>
01/11	Gravação Mesa 4(M4); Eqs.: 6 / 5/ 4	
08/11	Gravação Mesa 4(M4); Eqs.: 3 / 2/ 1	
22/11	(reservado)	
29/11	(reservado)	
<i>1. As mesas-redondas selecionadas serão veiculadas pela rádioweb e pela emissora Boa-Nova FM 96,3, de Praia Grande, aos sábados.</i>		

Percebe-se a existência de uma quantidade significativa de tarefas, sistematizadas e capazes de realizar o projeto curricular proposto. É nítida a proposta de encadeamento das atividades de modo a construir, numa seqüência lógica de crescente grau de dificuldade e responsabilidade, uma base sólida para o conhecimento e prática da linguagem radiojornalística. Assim, temos a seguinte ordenação do pensar-fazer ao longo de quatro semestres: sensibilização sonora; produção da notícia sem áudio; produção de notícia com áudio (entrevista e sonoras); construção e boletins; construção de radiojornal; construção de documentário; construção de

mesa-redonda. Uma consequência desse processo é que a quase totalidade das equipes de trabalho formadas não se altera ao longo desse período, ocorrendo igual continuidade com os títulos que os discentes escolhem – esclarecedores de seus próprios conflitos, experiências e perspectivas profissionais - para identificar o primeiro trabalho coletivo, qual seja, o boletim⁵⁴.

A comparação entre os planos revela um currículo em ação, num processo de reelaboração da prática, correspondendo à preocupação em adequar-se o conjunto de atividades escolares aos diferentes agentes de pressão, como número de discentes na turma, avaliação dos resultados obtidos em aplicação anterior, por exemplo.

Cabe ressalva à infra-estrutura disponível. Em que pese o apoio contínuo da direção da Instituição, liberando recursos para manutenção e atualização de equipamentos, o estúdio está sub-dimensionado para atender a demanda. A situação agravou-se quando esse laboratório, que era quase que exclusivamente utilizado pelos discentes de Jornalismo, passou a ser compartilhado pelos demais cursos de Comunicação, num processo de negociação desgastante em diversos sentidos.

O Projeto Político-Pedagógico considerou a infra-estrutura geral adequada ao desenvolvimento do curso de Jornalismo, mas com ressalvas. Segundo a análise, o espaço físico está saturado para atender a demanda de todos os cursos da faculdade, não permitindo igualmente a ampliação dos laboratórios destinados às disciplinas técnico-profissionais. As salas de aula não contam com a climatização necessária ao clima quente da Cidade e é preciso que o prédio sofra reformas que possibilitem o acesso pleno e facilitado de qualquer pessoa. Embora disponha de

⁵⁴ Em 2005, foram criados os seguintes boletins, cujos nomes prosseguiram no rádio-jornal e na mesa-redonda: **Manhã**: PATUSCADA, ALTERNATIVA, GIRO NOS ESPORTES, ANTENA DA BAIXADA, ALÉM DA ESCOLA, QUESTÃO FEMININA; **Noite**: GIRO DE NOTÍCIAS, VAI PARA O CABIDE, O NOVO DO VELHO, CADEIRA CATIVA, A ILHA EM MINUTOS, SEM MAQUIAGEM, AGÊNCIA METROPOLITANA DE NOTÍCIAS, ESPORTE AGORA, SINTONIA LOCAL, TOQUE ALTERNATIVO, LENTES VIVAS, MISCELÂNEA.

uma sala de Internet e de uma sala de informática (aberta a todos os alunos do campus), o número de computadores disponíveis é pequeno em relação ao total de usuários.

As disciplinas de Radiojornalismo utilizam espaços comuns (redação e sala de Internet) e laboratórios específicos, a saber, um estúdio de Rádio e um laboratório de pré-edição. Os equipamentos disponíveis são:

Sala de Internet / 30 m²	
Equipamentos	Unidades
Microcomputadores	11
Impressora HP 840 C	2

Estúdio de Rádio / 37,17 m	
Equipamentos	Unidades
MD – SONY – mod. MDS-JE630	1
Mesa TASCAN -16 canais - modelo M-1516	1
Amplificador CYGNUS – modelo PA-400	1
Gravador de rolo TASCAN – modelo 22-2	1
Fones de ouvido SONY modelo MDR 7506	4
Compact Disc Player TEAC modelo CDP 1100	1
Compact Disc Player SONY modelo CDP M-65	1
Tape Deck Record TASCAN – modelo 102	4
Microverb III Alessis 16 Bit Digital (reverb)	1
Híbrido Gentner modelo SPH 3A	1
Toca Disco Technics modelo SL 1210MK2	2
Caixas de som Bertoni modelo BP 650 140W	2
Microfones Electro Voice modelo RE 27 N/D	3
MD (mini disc) SONY modelo MDS JES10	1
Sintonizador Receiver Pioneer modelo SX 255R	1
Noice Reduction (reduzidor de ruído) modelo Dbx 140X	1

Laboratório Redação / 73,03m²	
Equipamentos	Unidades
Microcomputadores	27
Impressoras	8

Ao longo deste período, o modelo curricular de radiojornalismo foi ampliado de 204 para 272 horas-aulas, distribuídas entre teoria e prática, entre sala de aula e estúdio. Também os formatos estudados e praticados foram incluídos conforme a percepção do desenvolvimento desejado das etapas anteriores. A rádioweb, por exemplo, foi criada e implantada em 2000, primeiro como uma atividade de Iniciação Científica (Base Marconi Multimídia), para depois ser incorporada ao contexto curricular. Além disso, a riqueza da experiência possibilitou a realização de oficinas sobre o uso da rádioweb como instrumento em comunicação empresarial, dirigidas aos estudantes de Relações Públicas da UNISANTOS.

Pelo exposto, é possível afirmar que a organização do ensino-aprendizagem de radiojornalismo na UNISANTOS, na última década, responde aos atuais desafios da área. O modelo de ensino, a proposta curricular, a dinâmica e o conjunto de tarefas construídos têm dois objetivos: a) estabelecer uma relação formal entre as disciplinas Radiojornalismo I e II e Projeto de Radiojornalismo, ministradas entre o 5º e o 8º semestre do curso; b) adotar uma práxis baseada em diversos formatos jornalísticos, desenvolvida numa espiral de complexidade e criatividade, estimulando a pesquisa, o aperfeiçoamento contínuo e a participação.

Os resultados – sólida preparação dos discentes, ampliação de discentes atuando profissionalmente no meio rádio, ampliação da carga horária, premiação nacional e internacional, referência para pesquisas, reconhecimento acadêmico de seus docentes que coordenam o curso de Jornalismo desde 2002 – sugerem isso.

CONCLUSÃO

O ensino de jornalismo na UNISANTOS e, dentro deste, o ensino de radiojornalismo, de 1954 para a presente data, atendem aos três conjuntos definidos por Sacristán responsáveis pela construção do saber escolar: a seleção e organização de conteúdos culturais para elaboração do currículo; a interação em um espaço institucional com regras e condições próprias; a inserção cultural na realidade social, mais ampla e historicamente anterior. Essa observação inicial é o pressuposto de estar-se diante de uma proposta educacional sólida, consistente, centrada na criação e transmissão do conhecimento, tendo como foco a formação plena do indivíduo, como cidadão e profissional, por meio da educação para uma sociedade melhor e mais justa.

Esse foi o papel social e pioneiro que o bispo Dom Idílio José Soares chamou para a diocese de Santos, ao convocar a sociedade local para a criação da Sociedade Visconde de São Leopoldo e das faculdades católicas, hoje Universidade Católica de Santos. Ao ser instituído em 1954, dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências Letras, o curso de Jornalismo já trazia em si a marca da dimensão sócio-cultural que lhe cabia carregar: tratava-se de preparar profissionais para atuarem em comunicação, uma indústria em expansão exponencial tanto no faturamento global, quanto – e principalmente – pelo controle da sociedade por meio da cultura. Hoje, vive-se num estado de “centralidade da cultura” que indica como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo, inclusive “nossas identidades [...]. Isso significa que devemos pensar as identidades sociais como construídas no interior da representação, através da cultura, não fora delas”(HALL,p.22-26).

A construção do curso de jornalismo e de sua identidade pedagógica, bem como a construção da disciplina de radiojornalismo e de sua identidade, ambas ao longo desses 52 anos,

pelo que se pode perceber nesse estudo, quer por meio da pesquisa documental, quer pela pesquisa bibliográfica, quer - talvez com maior ênfase - pela vivência pessoal em diferentes momentos dessa história, soube equilibrar a interação dos conjuntos em favor do objetivo maior.

Como marcos dessas construções, temos, em seu momento inicial, um cenário de política internacional dominado pelo crescimento das superpotências, Estados Unidos e União Soviética, provocando a chamada guerra fria, com um lado oferecendo as delícias da *american way of life* e o outro, uma ideologia de supremacia do Estado em favor da coletividade, o comunismo, ambas vendidas à sociedade pela mesma indústria midiática. O curso e a disciplina nascem para formar jornalistas com sólida formação cultural, crítica e católica. Muita teoria e pouca prática. A profissão em si não exige qualquer formação, paga mal, mas já garante prestígio.

A mudança do rumo da política brasileira nos anos que se seguem ao golpe de 1964 vai, de um lado, resgatar a censura à indústria cultural dos tempos do Estado novo, só que com maior rigor e violência e, por outro chamar para si o controle da ordenação curricular do curso. E lança mão de um expediente benéfico às instituições de ensino – a exigência do diploma para exercício profissional – para sufocar o acesso às redações. Neste segundo momento, o curso ganha *status* de faculdade e há uma dinâmica reordenação dos currículos disciplinares, especificamente em radiojornalismo, posto que nesse momento, início dos anos 70, a televisão já se impôs ao gosto popular e desbancou o rádio como veículo familiar de entretenimento. Na prática, o jornalismo impresso ainda domina a cena.

A partir dos anos 80, a política interna sinaliza nova mudança, com a volta dos civis à Presidência da República e a elaboração de uma nova Carta magna, a qual vai abrir caminho para a democratização dos meios de comunicação, por meio das rádios livres e depois, comunitárias. No entanto, uma novidade começa a sacudir o mundo: a informática começa a chegar às residências. Em 1982, começa a funcionar no Brasil o videotexto, sistema que une as

potencialidades da televisão e do telefone e acaba por apropriar-se da linguagem breve e telegráfica do rádio. Surgem uma nova estética informacional e uma nova gramática de símbolos. O mundo da ficção torna-se real. A academia acompanha e a nova tecnologia torna-se disciplina. Ali estava o prenúncio do que viria a acontecer nos anos seguintes. Sem uma emissora própria, a faculdade investia em um sistema interno de caixas de som, para estimular a prática radiofônica.

O País volta a votar em todos os cargos executivos. No Brasil, a imprensa goza de extrema liberdade num mundo que está aprendendo a controlá-la por diferentes meios, inclusive assassinando jornalistas, o computador pessoal torna-se uma realidade e, com ele, chega a internet. A sociedade se recria. “Estes são os novos ‘sistemas nervosos’ que enredam, numa teia, sociedades com histórias distintas, diferentes modos de vida, em estágios diversos de desenvolvimento e situadas em diferentes fusos horários.” (HALL,p.17-18) É aqui que a cultura global causa impacto na cultura local. As relações de trabalho mudam, o trabalho, as redações mudam. Há um novo jornalismo, centrado no entretenimento, no show, no espetacular, em ascensão. Faltam postos de trabalhos nas redações, mas a rede mundial de computadores abre novas perspectivas profissionais, por meio dos *blogs*, das *webrádios* e do ensino à distância que, com outra roupagem, surge com a missão de salvar muitas Instituições de Ensino Superior.

A disciplina, ao contrário do que o cenário faria supor, pelo que se apreendeu no estudo, fortaleceu-se nesta década de intensas reviravoltas. Sua proposta curricular foi reorganizada, incorporando todas as tendências e novidades sem, no entanto, ceder ao modismo fácil. Os valores acadêmicos foram preservados, a autoridade foi mantida, a interação entre os agentes finais do processo ensino-aprendizagem ampliou-se por meio do conceito de uma emissora sempre no ar. Como diferencial de extrema importância, agregou-se à proposta pedagógica a idéia, a sensação, a experimentação do tempo-real, acarretando uma produção em ritmo intenso e constante, mesmo fora do ambiente sala de aula ou estúdio. Por outro lado, as tarefas

desenvolvidas transformaram-se em produtos jornalísticos distribuídos às emissoras de rádio da região e à comunidade em geral, por meio da Rádíoweb Metropolitana, uma das atividades construídas com a participação dos discentes desde 2000. Busca-se, como recente inovação em construção, a sensibilização sonora já no 5º semestre, o que tem demonstrado ser benéfico ao aprendizado da linguagem radiofônica.

Essa construção pedagógica é fruto de ampla negociação permanente em todos os sentidos e em todos os conjuntos envolvidos. Isso corresponde a não perder de vista a sociedade, a instituição, os estudantes, o futuro, todos os dias, todos os inícios de semestre, todos os anos. O resultado, a resposta à questão central deste estudo é que a disciplina está organizada face aos desafios atuais. Se o objetivo de todo esse processo educacional é passar para as gerações do amanhã o conhecimento acumulado da sociedade, portanto, levar o aluno a saber aprender para que, no futuro, faça a sua parte quando chegar a vez; se, como diz Pignatari em seu poema, o organismo quer perdurar, então o depoimento (*sic*) abaixo, de uma aluna do 8º semestre⁵⁵, dá a exata medida de que o currículo proposto está se realizando:

Toda vez que tem programa para apresentar me dá um frio na barriga, a perna treme...

Como se estivéssemos no ar!

É uma experiência que tá valendo muito a pena. Haja coração!

A cada programa que termina... um alívio!

⁵⁵ Depoimento de Patrícia Fagueiro veiculado na Comunidade “Agência Radio Facos de Notícias” – Orkut. Acesso em: agosto 2006.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Júlia F. *A invasão cultural norte-americana*. São Paulo:Moderna, 1988.(Coleção Polêmica)
- BACHELARD, Gaston. *O Racionalismo Aplicado*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1977.
- _____. *O Direito de Sonhar*. São Paulo.Dipel.1985.
- BAGDIKIAN, Benjamin H. *Máquinas de Informar*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. *O homem que parou os relógios: Ensaio sobre comunicação, cultura e mídia*.São Paulo:Annablume,1999.
- BARROS Fº, Clóvis de. *Ética na comunicação, da informação ao receptor*. São Paulo. Moderna, 1995.
- _____. *Liberdade de Imprensa: da utopia à tirania*. *Revista da ESPM*. São Paulo. Escola Superior de Propaganda e Marketing. Setembro/outubro 2005, p58-65
- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BARBUTO, Claudio. A automação das rádios está no ar.In: *Revista Telecom*,julho-1998,p.30.
- BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BIANCO, Nélia R. Del e MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio no Brasil, tendências e perspectivas*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília, D.F.: UnB, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares*. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne> >. Acesso em: 03 set 2006.
- BURGELIN, Olivier. *A comunicação social*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- CAMACHO, Joel. Influência dos meios de comunicação nas atitudes e comportamento do homem: uma leitura crítica de McLuhan.In: MELO,J.Marques; BRANCO,Samantha

C.(org.).*Pensamento Comunicacional Brasileiro: o grupo de São Bernardo*. S.B.Campo/SP, UMESP, 1999.

CAPPARELLI, S. *Comunicação de massa sem massas*. 2.ed. São Paulo: Cortez,1982.

_____ ; STUMPF, Ida R.C. *Teses e dissertações em comunicação no Brasil (1997-1999):resumos*.Porto Alegre: PPGCom/UFRGS, 2001.

CHANTLER, Paul; HARRIS, Sim. *Radiojornalismo*. São Paulo: Summus, 1998.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria&Educação*. Porto Alegre, nº 2, p.177-229.

COHN, Gabriel.(org.). *Comunicação e indústria cultural*. 4.ed. São Paulo. Nacional, 1978.

COMUNICAÇÃO & Sociedade. *Revista Semestral de Estudos de Comunicação*. São Bernardo do Campo: IMS, v. 10, n. 18, dez. 1991.

CONTRERA, Malena S.; FIGUEIREDO, Rosali R.; REINERT, Leila. *Jornalismo e Realidade: A crise de representação do real e a construção simbólica da realidade*. São Paulo: Mackenzie,2004.

COSTELLA, Antônio. As emissoras piratas e o direito internacional. In: *Revista Comunicação e Artes ECA/USP*. São Paulo: Revista dos Tribunais, nº 6, 1971, p.13-47.

_____.*Comunicação - do grito ao satélite*. São Paulo: Mantiqueira. 1984.

DEMO, Pedro. *Educação e qualidade*. Campinas: Papirus, 1995.

DI RENZO, Marcelo L. M. *A Guerra dos Mundos*. In: *Revista Leopoldianum Especial nº3*. Santos, SP: UniSantos.Novembro, 1998.p.79-92.

_____. *Edição em Radiojornalismo*. In: Lopes, Dirceu Fernandes; Coelho Sobrinho, José; Proença, José Luiz. *Edição em Jornalismo Eletrônico*. Edicon /NJC /ECA /USP. São Paulo. 2000. p.11-34.

_____ ; VIBIAN, Paulo R. B. . *Radiojornalismo: Uma proposta Pedagógica*. In: *Revista Leopoldianum Especial* nº3. Santos, SP:UniSantos. Novembro, 1998.p.135-144.

_____ ; _____. *Aprenda Radiojornalismo*. Santos: Facos / UniSantos. 1997. (Apostila)

_____ ; _____. TESSER, Teresa Cristina. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação de Santos*. 2002

_____ et al. A ética do povo (sobre)vive na banca de jornal. In FONSECA, Ouhydes (org). *Estudos Éticos de comunicação: Teoria e Pesquisa*. Santos: Leopoldianum, 2003, p. 43-84. Cadernos Pesquisa em Pós-Graduação – série Comunicação.

DIZARD Jr., Wilson. *A Nova Mídia: a comunicação de massa na era da informação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2000.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo.Perspectiva, 1976.

_____. *O Signo*.Lisboa: Presença,1977.

EGYPTO, Luiz. *A sala de aula do mundo*. Entrevista com Nilson Lage, docente da Universidade Federal de Santa Catarina. Observatório da Imprensa. 29 ago 2001.Disponível em :< <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/> >. Acesso em: 29 ago 2001.

FAGGION, Helber Guther. *História Digital e Jornalismo On-Line*. Ensaio. São Paulo-SP, 2001. Disponível em:< <http://www.nova-e.inf.br> >. Acesso em: 03 ago 2006.

FARO, J.S. *A universidade fora de si: a Intercom e a organização dos estudos de comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom, 1992.

FANUCCHI, Márcio. O rádio de Brecht setenta anos depois. In: *Revista USP*. São Paulo, nº34,junho/agosto 1997.

FEDERICO, M. Elvira B. *História da Comunicação: Rádio e TV no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 1982.

FERRARETO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

FERREIRA, Djalma. A decisão sobre o rádio digital. In: *Revista Rádio e TV*. 1998, p.30.

FONSECA, Andrei Reolon. *As notícias nas webrádios universitários: estudo de caso da RafioFam e da Agência Rádio Facos de Notícias.*(Trabalho de Conclusão de Curso).PUC Rio Grande do Sul, junho 2004.

FORQUIN, Jean-Claude.*Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.*Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. *Conscientização.* 3.ed. São Paulo.Morales, 1980.

_____. *A educação na cidade.* São Paulo. Cortez, 1991.

FREITAS, Luiz Carlos de. *Crítica da Organização do Trabalho e da Didática.* Campinas, SP: Papirus, 1995.

GANDELMAN, Henrique. *O que você precisa saber sobre Direitos Autorais.*Rio de Janeiro: Senac Nacional. 2004.

GIACOMANTONIO, Marcello. *Os meios audiovisuais.* São Paulo: Martins Fontes. 1981.

GIANINIA, Ana R.; PASSOS, Renata. Rádio Comunitária: a informação democratizada. In: *Jornal Muito+*, São Paulo, setembro, 1999, p.20.

GIMENO SANCRISTÁN, J. *O currículo: Uma reflexão sobre a prática.* Trad. Ernandi F.da F.Rosa. 3.ed.Porto Alegre:ArtMed,2000.

_____;GÓMEZ, A. I. Pérez. *Compreender e transformar o ensino.* Trad. Ernandi F.da F.Rosa. 4.ed. Porto Alegre:ArtMed,1998.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Pedagogia e lutas de classe no Brasil (1930-1937).* Ibitinga. SP:Humanidades, 1991.

GOLDFEDER, Miriam. *Por trás das ondas da Rádio Nacional.* São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GOMES, Mariano Laet. Sociedade Visconde de São Leopoldo: uma história que merece ser lembrada. *Leopoldianum - Revista de estudos e comunicações.* V.1, nº 1. Santos:SVSL, 1974, p.91-95.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação. In: *Teoria & Educação*. Porto Alegre, nº 2, pp.231-253.

HAYAKAWA, S.I. *A linguagem no pensamento e na ação*. 3.ed.São Paulo. Pioneira, 1977.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 1995.

JUNG, Milton. *Jornalismo de Rádio*. São Paulo: Contexto, 2004.

KLIPPERT, Werner. Elementos da peça radiofônica. In: SPERBER, George B.(org.) *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1980.

KLÖCKNER, Luciano. *A notícia na Rádio Gaúcha*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

KUNSCH, Margarida M.K. *Comunicação e Educação: Caminhos Cruzados*. São Paulo. Loyola, 1986.

_____; FERNANDES, A.M. *Comunicação, democracia e cultura*. São Paulo. Loyola, 1989.

LAGE, Nilson. Comunicólogos tramam extinguir a formação graduada dos jornalistas. *JBCC Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Bernardo do Campo, São Paulo. Ano 7, N. 270, maio de 2005.

LOBATO, Elvira. Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos. In: *Folhaonline*, 18 jun 2006. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br>>. Acesso em: 19 jun 2006.

LOPES, Saint-Clair. *Comunicação – radiodifusão hoje*. Rio de Janeiro: Temário, 1970.

MALIN, Mauro. Do transistor ao digital: A nova era de ouro do rádio. In: *Observatório da Imprensa*. 26 abr 2005. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=32FDS001>>. Acesso em: 08 set 2005.

MARCONDES Fº, Ciro. *O discurso sufocado*. São Paulo:Loyola,1982.

MASETTO, Marcos T. *Aulas Vivas*. São Paulo: MG Editores Associados, 1992. (tese de livre docência).

MATTELART, Armand. *Comunicação-Mundo: história das idéias e das estratégias*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

McLEISH, Robert. *Produção de rádio: um guia abrangente da produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001.

McLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. 5.ed. São Paulo. Cultrix, 1979.

MEDINA, Cremilda de A. *Entrevista. O diálogo possível*. São Paulo. Ática, 1995. (Série Princípios, v. 105).

MELO, J. Marques.;BRANCO, Samantha C.(org.) *Pensamento comunicacional brasileiro: o grupo de São Bernardo*. SB Campo/SP:UMESP.1999.

MELO, Marcelo M. e ROQUE, João P. Charloux. O futuro da radiodifusão democrática. In: *Jornal Unidade*, SJPESP São Paulo, 19 jul 99, p.10.

MIRANDA, O. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo:Summus,1976.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Currículos e programas no Brasil*. 2.ed. Campinas: Papirus,1995.

MOREIRA, Sonia Virgínia. *O Rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo.1991.

_____. *Rádio palanque*. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MOURA, Claudia Peixoto de. *O currículo de graduação para a área de relações públicas*. Porto Alegre: Famecos, PUC.2000. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~larp/gt2000/moura.htm>>. Acesso em: 03 set 2006.

_____. *O Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002. (Coleção Comunicação –21)

MURCE, Renato. *Os bastidores do rádio: fragmentos do rádio de ontem e de hoje*. Rio de Janeiro:Imago, 1976.

MOCHCOVITHCH, Luna G. *Gramsci e a escola*. São Paulo:Ática, 1992. (Série Princípios; v. 133).

NEIVA Jr., Eduardo. *Comunicação: teoria e prática social*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NISKIER, Arnaldo. *SOS Educação: sugestões para a virada do século*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. *O outro lado da voz do Brasil* (dissertação de mestrado) Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 26 de abril de 1995

NUNES, Mônica R. F. *O mito no rádio: a voz e os signos de renovação periódica*. São Paulo: Annablume, 1993.

ORTIZ, Miguel Angel.; MARCHAMALO, Jesús. *Técnicas de comunicación en radio*. La realización radiofónica. Buenos Aires: Piados Ibérica, 1997.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. São Paulo: Summus, 1985.

_____. *Rádio USP: fazendo história*. *Jornal da USP*, São Paulo, 1998.

_____. *A invasão dos marcianos: a guerra dos mundos que o rádio venceu*. São Paulo, outubro 1998. (artigo)

_____. *Rádio: interatividade entre rosas e espinhos*. In: *Revista Novos Olhares*. ECA/USP, ano 1, nº2, 2º semestre 1998.

_____. *Falando de jornalismo...no rádio paulista*. In: LOPES, Dirceu F. (org.) *A evolução do jornalismo em São Paulo*. São Paulo: ECA/USP/Edicon.1996,

PARADA, Marcelo. *Rádio: 24 horas de jornalismo*. São Paulo: Panda, 2000.

PEIRCE, Charles S. *Escritos Coligidos*. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Col. Os Pensadores)

PEROSA, Lílian Maria F. de Lima. *A hora do clique*. Análise do programa de Rádio “A Voz do Brasil” da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume, 1995.

PERUZZO, Cicília M.K; SILVA, Robson B. da (orgs.). *Retrato do Ensino em Comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom, Taubaté: Unitau, 2003.

PIGNATARI, Décio. *Informação. Linguagem. Comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1968.

PORCHAT, Maria Elisa. *Manual de Radiojornalismo da Jovem Pan*. São Paulo: Ática, 1986.

PRADO, Emílio. *Estrutura da Informação Radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

PRADO, José Luiz Aidar (org.). *Crítica das Práticas Midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker, 2002.

PRADO, Magaly. *Produção de Rádio: Um manual prático*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

RAMONET, Ignácio. *A Tirania da comunicação*. 2.ed. São Paulo: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Fernando Curado. *Rádio: produção, realização e estética*. Lisboa. Arcádia. [s.d.]

ROMANO, Vicente. *El Tiempo y el espacio en la comunicación: la razón pervertida*. Navarra: Lizarra.S.L., 1998.

SAVIANI, Nereide. *Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

_____. Universidade e flexibilidade curricular – desafios contemporâneos da produção e do ensino da ciência. In: *Revista Leopoldianum*. Santos: Ed. Leopoldianum, 2005 (no prelo) .

_____. Educação e Comunicação: um olhar para a educação escolar. In: *Interface das representações urbanas em tempos de globalização*, Bauru: Unesp, 25 ago 2005 (Anais do Seminário)

SAMPAIO, Mário F. *História do Rádio no Brasil e no Mundo*. Memórias de um pioneiro. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAMPAIO, Walter. *Jornalismo Audiovisual: Rádio, TV e Cinema*. Petrópolis: Vozes, 1971.

SANTOS, Reinaldo. Radiodifusão comunitária já é legal. In: *Jornal da ABI* .Ano 47, nº267, julho/setembro 1998.

SARRAUTE, C. Welles e Wells. *Le Monde*, Paris. 16 mar 1976.

SAROLDI, Luiz C. ; MOREIRA, Sônia V. *Rádio Nacional, o Brasil em Sintonia*. 2.ed. São Paulo. Martins Fontes/Funarte, 1988.

SECOMANDI, Elcio; FREDDO, Antonio. *Circuito Turístico dos Fortes*. Santos: Leopoldianum, 2005.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 20.ed. São Paulo:Cortez.1996.

SOUZA, Mauro W. (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995

SPERBER, G. B. (org.) *Introdução à peça radiofônica*. São Paulo: Pedagógica e Universitária. 1980.

SOARES, Edileuza. *A bola no ar: o rádio esportivo em SP*. São Paulo. Summus. v.45, 1994.

TREVISAN, Leonardo. Os Yes Men: um outro modo de discutir liberdade de expressão. *Revista da ESPM*. São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing. Setembro/outubro 2005, p.74-82.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIBIAN, Paulo R.Börnsen. *Radiojornalismo: é na escola que se aprende?*(dissertação de mestrado).Escola de comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Maio 2000.

VICENTE, Fernanda. Meio século de Jornalismo.*Jornal Entrevista*,Santos, SP: CCA UNISANTOS, Julho 2004. Caderno Especial, p.5.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Santos, __ / __ /2006

M L M D R

Brasileiro, natural de Santos - SP

Graduado em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação Social de Santos, em 1973, Marcelo Luciano Martins Di Renzo registrou atuações nas áreas de jornalismo diário, em jornais e emissoras de rádio de Santos e São Paulo; comunicação empresarial, em instituições de grande porte; comunicação governamental, em prefeituras da região; tecnologia da informação; cultura; e, ensino de Comunicação.

Cursou o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nos anos 80, desenvolvendo pesquisa sobre a Linguagem do Videotexto, sob orientação do Prof. Dr. Décio Pignatari.

Retornou a UNISANTOS em 1994, para lecionar Radiojornalismo. Além das atividades docentes nas disciplinas de Radiojornalismo e Jornalismo Impresso, que incluem orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso, desenvolve pesquisas nas áreas de História do Rádio no Litoral Paulista, Radiodifusão Comunitária e Webrádio. Coordenou o Departamento de Jornalismo entre 2002 e 2004 e, desde 2003, responde pela Editora Universitária Leopoldianum.

End.: Rua Carlos Gomes, 164, aptº 73

CEP: 11.075-674 Campo Grande - Santos – SP

Tel.: (13) 3251-6063

E-mail: mdirenzo@unisantos.br